



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 5

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 18 de novembro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da Sessão pela Sra. Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Feita a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se no último dia de debate sobre a **Apreciação do Programa do XII Governo da Região Autónoma dos Açores**. Dando continuidade ao debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Artur Lima (*CDS-PP*), Manuel Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Bruno Belo (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Mónica Seidi (*PSD*), Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), Mónica Rocha (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), André Rodrigues (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), Miguel Costa (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Francisco César (*PS*), António Parreira (*PS*), Carlos Silva (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Almeida (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Parece (*PSD*), César Toste (*PSD*), bem como os/a Srs./a Secretários/a Regionais da Saúde (*Rui Luís*), da Energia,

Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Proferiram intervenções finais para encerramento do debate os Srs./a Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), André Bradford (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação, o Programa do XII Governo Regional foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do [Projeto de Resolução: “Comissões Especializadas Permanentes”](#).

Também por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de novembro de 2016.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 16 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)**Paulo Jorge Abraços Estêvão****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Concluimos os nossos trabalhos ontem à noite no debate sobre a saúde. Temos duas inscrições ainda. Passo a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Dionísio Maia, queria perguntar-lhe se o senhor sabe em que parte da sessão é que se encontra, porque estamos no debate do Programa do Governo. Portanto, o senhor devia ter pedido esclarecimentos àquela bancada e não a mim.

De todo o modo, eu sempre lhe vou dizer que “presunção e água benta cada um toma a que quer”. Pelos vistos o senhor lava-se em água benta.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Mas vou dizer-lhe mais duas ou três coisas.

Sobre telemedicina agradeço-lhe ter passado um atestado de charlatanice ao outro Governo e a este, porque se há alguém que aqui sempre disse que aquilo que nunca tinha sido feito nos Açores era telemedicina fui eu; se há alguém que sempre insistiu que aquilo era telemedicina foi aquele Governo e os seus camaradas, Sr. Doutor, de maneira que agradeço ter passado o atestado de charlatanice a um Governo e aos outros todos.

Quanto ao resto e quanto à certificação das unidades hospitalares, não vem aqui o Sr. Doutor gozar com ninguém, porque não lhe reconheço competência para isso,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Toma!

O Orador: ... nem sequer credibilidade para me vir dar lições, que certificar um hospital é abrir uma portinha e fechar a outra.

Sr. Doutor, a credibilidade é quando está prometido há 20 anos a certificação de uma unidade de saúde e não se cumpre. Isso é que é credibilidade, não é vir dizer como é que se faz, porque eu não tenho que dizer como é que se faz. Há empresas especializadas que fazem isso, como o senhor bem sabe. Portanto, não sou eu que lhe vou dizer, nem muito menos se calhar o senhor o vai dizer.

Relativamente à deslocação dos médicos especialistas, Sr. Doutor, eu percebo que temos pontos de vista diametralmente opostos. É que a mim interessa-me que os doentes estejam nas suas ilhas, no conforto do seu lar. O seu interesse se calhar não é bem o mesmo, mas o meu é o interesse dos doentes e o conforto dos doentes.

Tenho a honra de nesta Região ter sido até o primeiro médico dentista a deslocar-se às ilhas, de ter assistido a muitos colegas seus a irem às ilhas e aos doentes estarem profundamente gratos por não terem saído da sua terra.

Isto começou em 1994, não era ainda o Partido Socialista Governo, e foi intensificado em 97, já era o Partido Socialista Governo, e por um homem com visão que se chamava Carlos Manuel Martins do Vale César, que mandou intensificar a deslocação de especialistas às ilhas.

Só quem pensa retrogradamente ou tem outros interesses é que é contra a que os especialistas vão às ilhas e aos cuidados de saúde de proximidade. Portanto, nessa matéria estamos em campos diametralmente opostos, Sr. Doutor.

Quanto à prevenção, Sr. Doutor, também me orgulho de nesta Região (e falta aqui o Sr. Doutor Domingos Cunha que ainda não chegou, que era Diretor do Centro de Saúde de Angra)...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já chegou!

O Orador: ... termos iniciado um Programa de Prevenção em Saúde Oral.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ele mudou de lugar!

O Orador: Está ali. Mudou foi de lugar, houve aqui uma troca.

Iniciámos no Centro de Saúde de Angra.

Se o senhor chegou cá há 30 anos, eu cheguei cá há 23, Sr. Doutor. Portanto, também não recebo lições suas sobre essa matéria.

Deputado Bruno Belo (PSD): Toma!

O Orador: Quanto à prevenção, era o Sr. Doutor Domingos Cunha Diretor do Centro de Saúde de Angra, iniciámos um Programa de Prevenção em Saúde Oral, que depois foi intensificado a seguir, era Secretário da Saúde também o Sr. Doutor Francisco Coelho e era Presidente deste Governo, dos velhos Governo, Carlos César, Sr. Doutor.

Infelizmente o novo Governo de Vasco Cordeiro e o seu antecessor estão a acabar com esse Programa de Prevenção de Saúde Oral, com o Programa de Prevenção nas Escolas, com a Prevenção para a Saúde e a deslocação de especialistas.

Portanto, o senhor tem que pedir explicações é por que é que se fazem números de circo, e circenses, dizendo que tem telemedicina. Tem que perguntar é aquele senhor, àquele Sr. Presidente do Governo e àquele Governo, não é a mim.

Tenho também o grato gosto (não vim para aqui para descansar) de vir aqui para trabalhar, o que faço há muitos anos e com propostas para os açorianos, Sr. Doutor (sabe?).

E vou dizer-lhe mais: o Vale de Saúde foi uma proposta minha, como bem se lembra (não está esquecido naturalmente!), e aplica-se a toda a gente, Sr. Doutor.

Como também fui autor e implementei um regime de fiscalização da atividade privada e de recibos que se passavam na privada, fraudulentos, em que nem sequer era o médico que os assinava. Vinha de unidades privadas em que cada cinco era setenta. Verdade ou mentira, Dr. Domingos Cunha?

Poupámos centenas de milhares de contos na altura, Sr. Doutor Faria e Maia.

Portanto, o senhor com certeza tem toda a sua credibilidade, agora não tem para vir dar lições de moral a ninguém.

Já agora, cumpra a sua função, interpele o Governo e peça esclarecimentos ao Governo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção nesta legislatura quero saudar e desejar à Sra. Presidente um bom desempenho no exercício das funções extensivo às Sras. e Srs. Deputados/as, assim como a todos os Membros do Governo.

Sendo este plenário destinado a apreciar e votar o Programa do Governo Regional, o debate tem divergido para áreas e por vezes focado em particularidades específicas de ilha, sendo na área da Saúde bem mais evidente.

Os Srs. Deputados João Paulo Corvelo e Bruno Belo, colocaram questões, às quais o Sr. Secretário Regional, pelo pouco tempo no exercício de funções, poderá não conhecer em pormenor, que importa clarificar, sendo este o motivo que venho a debate.

Mas, pelas intervenções feitas, fiquei com uma dúvida: será que o Programa de Governo, as intervenções já realizadas pelos Srs. Deputados Domingos Cunha e Dionísio Faria Maia, assim como a demonstração explanada pelo Sr. Secretário Regional no exercício das suas funções, não têm aspetos positivos e que vão contribuir para a melhoria da qualidade da Saúde aos Florentinos? Sinceramente penso que sim.

Deputado Bruno Belo (PSD): Esse papel está errado!

O Orador: Também não ouvimos nenhuma referência às melhorias que foram feitas na legislatura anterior, desde logo o trabalho para que todos os utentes das Flores passassem a ter acesso a consultas de Especialidade dentro do Serviço Regional de Saúde, ao contrário do que verificava, que muitos se deslocavam, mas para o setor privado, com custos elevados e até incomportáveis. As intervenções no Posto de Saúde das Lajes. O lançamento do concurso para a realização de obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde de Santa Cruz que, quando concluídas, permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado. A diversificação da prestação da oferta de serviços, como a Terapia da Fala; Psicologia e Nutrição. A melhoria nas Evacuações de Emergência resultante da medida de centralização no SRPCBA daquele serviço.

Não! O que ouvimos foi o centrar apenas em aspetos que correram menos bem resultante das alterações introduzidas na deslocação de Médicos Especialistas e na deslocação de utentes.

Deputado Bruno Belo (PSD): São tudo azares!

O Orador: É certo, e não olhando apenas a dados estatísticos, pois para nós o acesso à Saúde não se resume a números, se 2014 foi efetivamente muito difícil pelo reduzido número de consultas de Especialidade disponibilizadas, atualmente a situação foi revertida e em 2016 serão mesmo ultrapassados os números que tínhamos antes das alterações introduzidas para a deslocação de Médicos Especialistas e de utentes.

Os dados existentes referem, até 31 de outubro último, a realização de cerca de 950 consultas de especialidade e de 1300 exames complementares de diagnóstico nas Flores e em relação à deslocação de utentes para os três Hospitais ultrapassa já os 1500.

Referiu o Sr. Deputado Bruno Belo que há três anos que não existem consultas de Pediatria nas Flores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quase três anos!

O Orador: Sim, é certo e as Especialidades que agora existem? Sobre essas não falou.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo colocou várias questões, umas generalistas e as específicas da Ilha das Flores.

Começando pela necessidade de criação de um Centro de Saúde na Vila das Lajes. Este era um compromisso eleitoral da CDU em 2012, mas salvo melhor informação, ao longo da legislatura anterior, nunca foi feita nenhuma proposta para a sua concretização.

O compromisso do Partido Socialista, aliás já concretizado, foi de criação do Posto de Saúde que possui já várias valências, desde serviço de enfermagem, consultas de Nutrição, Psicologia, Terapia da Fala, Consultas Médicas em alguns dias de semana e Medicina Dentária, que como sabem era o único concelho da Região onde este serviço não era disponibilizado.

Relativamente à questão de instalação de uma ambulância com Suporte Imediato de Vida. Todos nós concordamos que seria útil, aliás já existiu 24 horas por dia durante todo o ano. Agora resume-se apenas num turno durante o dia.

Mas qual a razão daquela redução? O Sr. Deputado sabe. Esta limitação existe pela falta de recursos humanos habilitados para prestarem o serviço. Aliás a falta de efetivos do Corpo de Bombeiros da Secção Destacada daquela Vila implica que o combate a incêndios seja prestado apenas pelo Corpo de

Bombeiros de Santa Cruz, apesar da existência de equipamentos naquela Secção.

Mas tudo isto significa que consideramos que está tudo bem? Não.

Mas os Florentinos podem contar com empenho e determinação do Governo Regional e dos Profissionais de Saúde na melhoria contínua dos cuidados de saúde prestados.

Importará também dizer que, pela sensibilidade do setor, mesmo com mais investimentos e com todo o empenho dos profissionais de saúde, existiram sempre situações em que os utentes poderão ter razões de queixa. Esta é uma realidade que frequentemente nos é dada a conhecer pelos meios de comunicação social mesmo em localidades onde a oferta de cuidados de saúde é manifestamente superior à existente nas Flores.

O nosso compromisso é de tudo fazer para que essas situações não ocorram.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de participar num debate em que pudesse também teorizar sobre o conjunto do sistema de saúde, e teorizar sobre o conjunto do Programa do Governo aqui apresentado, mas com quinze minutos (dá uma média de cinco minutos por dia),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... para falar sobre esta questão não dá obviamente para ter uma abrangência desse tipo.

Portanto, a minha opção é trazer aqui a esta Casa as questões que preocupam, para os próximos quatro anos de vigência governativa por parte do Partido Socialista, as pessoas.

Trago mais uma vez uma questão prática: estamos a viver, no âmbito da ilha do Corvo, em termos de saúde, uma situação de enorme calamidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E perigo!

O Orador: Temos um médico, um único médico, em que as pessoas dependem num setor vital como são as questões de saúde. Estamos a viver uma situação em que o médico é acusado de incompetência por grande parte da população e que está inclusivamente incompatibilizado com grande parte da população.

Há muita gente que não vai à Unidade de Saúde porque tem medo, ou porque pura e simplesmente considera que não vale a pena, porque a Unidade de Saúde não consegue responder aos seus problemas.

As pessoas estão intimidadas. Há uma grande parte da população que está absolutamente intimidada por parte do médico. Aliás, o médico em questão faz questão de todos aqueles que não concordam com ele fixa-os. Quando passa por eles, e no Corvo passamos várias vezes uns pelos outros, fixa permanente a pessoa e tenta intimidar a população, fundamentalmente os indivíduos com os quais não fala.

Portanto, estamos a viver uma situação exclusiva. Inclusivamente, há poucos dias, uma parte da população, cerca de 40 pessoas, cantaram “Grândola, Vila Morena” em frente à Unidade de Saúde, para simbolizar a liberdade que querem obter a este nível.

Portanto, trata-se de uma situação de enorme dependência.

Só quem não vive neste tipo de comunidades, dependente de um único médico, um médico com quem não falam, um médico que os insulta, é que não compreende a situação de enorme vulnerabilidade das pessoas, fundamentalmente dos mais idosos.

Eu considero que o Governo Regional sabe desta situação e não está a fazer nada. Aliás, está a ser cúmplice nesta situação.

O Governo Regional é que mantém este médico em exercício e esta é uma situação explosiva que vai acabar mal, vai acabar muito mal e os senhores têm a obrigação de conduzir uma investigação independente em relação ao que de facto está a acontecer naquela Unidade de Saúde. Os senhores têm essa obrigação.

A pergunta que lhe coloco é se o Sr. Secretário assume aqui essa responsabilidade, assume aqui esse compromisso de conduzir essa investigação, tendo em conta o que lhe estou aqui a dizer com a maior frontalidade possível, na frente de todos estes Deputados, na frente do Governo Regional, assumindo plenamente aquilo que estou a dizer? Estou aqui a falar-lhe de uma situação verdadeiramente explosiva e insustentável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Saúde, na sua intervenção de tribuna, disse que estava preparado para dar resposta às vicissitudes do nosso sistema regional de saúde e fazê-lo com o espírito dialogante e de abertura. Ótimo! Fico contente que assim seja.

Então vou dar-lhe conta de duas das várias vicissitudes que na realidade, do nosso ponto de vista, temos que atacar e pôr fim no nosso sistema regional de saúde.

Primeira: um cidadão ou uma cidadã que reside numa ilha onde não há hospital e onde também não há algumas consultas de algumas especialidades, é

encaminhado pela médica de família ou pelo médico de família da Unidade de Saúde de Ilha, para uma ilha que tem hospital.

Leva consigo uma credencial para esta deslocação onde os serviços da Unidade de Saúde já põem a data da ida e a data do regresso, na SATA.

Se este trabalhador for, por exemplo, trabalhador de uma IPSS, ou de uma outra entidade privada, tem que meter baixa e baixa normalmente de três dias: o dia da viagem, o dia da consulta e o dia do regresso.

O que é que acontece?

Não recebe estes três dias. Ou seja, este trabalhador, este utente do Sistema Regional de Saúde, paga, no fundo, a sua consulta, mas se for um funcionário público já não paga. Vai e não tem nenhuma redução no seu vencimento.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário Regional, que raio de equidade e de igualdade de tratamento é esta, em que uma pessoa, se é funcionário público, pode estar doente e ser deslocado e não paga, mas se é trabalhador numa IPSS é deslocado, mas paga os três primeiros dias?

Pergunto-lhe se vai ou não pôr termo a esta falta de equidade e de igualdade de tratamento?

Segunda questão:

O Centro de Saúde de Ponta Delgada não tem Raio X há muito tempo, sob o pretexto da proximidade do hospital, da população de Ponta Delgada estar próxima do hospital.

Acontece que o hospital não aceita consultas externas.

O que é que isto quer dizer?

As pessoas vão procurar o privado e vão pagar do seu bolso para terem resposta à necessidade de um Raio X.

O Sr. Secretário Regional poderá dizer: bom, mas se forem à Ribeira Grande, por exemplo, ou a Vila Franca, ao centro, fazem o exame e não pagam. Mas em

Ponta Delgada está um quarto da população dos Açores e metade da população da Ilha de São Miguel.

Também lhe pergunto, Sr. Secretário, se isto é uma vicissitude para continuar ou se o senhor tenciona pôr-lhe cobro?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Exma. Senhora Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados:

Em resposta à exposição feita pelo meu colega Deputado Artur Lima, desculpe, eu não interpus, eu não fiz interposição ao Governo, porque estava em absoluto acordo com o que tinha sido dito e disse-o aqui na minha intervenção.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, não tenho que o fazer, se entendo não o fazer.

Em relação à questão que foi aqui levantada vamos clarificar uma coisa:

Entre a presunção e a água benta, eu vou sempre pela água benta.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Portanto, eu rebati afirmações que pelos vistos foram supostamente incómodas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se o ofenderam, peço desculpa, não era minha intenção.

As suas sim, as suas pretendiam ser ofensivas, mas também não é minha intenção tomá-las como tal.

Passemos ao seguinte: em relação à telemedicina, eu disse e volto a dizer, a telemedicina é uma conquista, é uma conquista que se faz no tempo, e se quiser que eu lhe lembre, em Portugal essa conquista começou a tentar ser feita em 2001 pela Direção-Geral de Saúde, com o patrocínio do Ministério da Saúde.

Estamos em 2015 e ainda não há regulamentação, nem legislação em Portugal, sobre este assunto.

O Conselho Europeu da Ordem dos Médicos, no final de 2014, emitiu um parecer em que era necessário que os Estados-Membros legislassem sobre esta matéria, porque telemedicina não é e-medicina, nem e-cuidados de saúde. Portanto, é uma conquista.

Por isso eu concordo que ela faça parte do Programa do Governo, porque o Governo deve apostar sempre na melhoria de toda a tecnologia que possa facilitar os cuidados de saúde de qualidade e de proximidade. Esta conquista é para ser feita, mas é para ser feita no tempo certo e do modo certo. Por isso estamos esclarecidos sobre a telemedicina.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: Em relação ao resto, pois, é a sua opinião.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, presumo que estamos no período de esclarecimento aos Membros do Governo, não é verdade?

De qualquer maneira, Sr. Doutor Faria e Maia, Sr. Deputado, com todo o respeito que lhe tenho, vou dizer-lhe o seguinte:

Mais uma vez agradeço-lhe ter passado um atestado de charlatanice, desde 96, a quem anda a prometer a telemedicina e que segundo o senhor acaba de reafirmar outra vez ela não poderia ser feita porque não está certificada segundo as normas europeias.

Portanto, o que foi feito é e-medicina. Foi uma transmissão entre São Jorge...

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Ninguém disse isso!

O Orador: ... e disseram que existia telemedicina nos Açores.

Muito obrigado, Sr. Deputado. Não existe telemedicina nos Açores, prometida desde 1996.

Então, se existe o senhor defina quais são as regras.

Quanto às regras da telemedicina eu também participei em grupos da Direção-Geral da Saúde exatamente sobre essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Doutor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo não se reveem na afirmação que faz em que na Ilha do Corvo se vive uma calamidade sob o ponto de vista da saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas vive-se!

O Orador: Nem calamidade e muito menos o Governo não é, nem nunca será, cúmplice de qualquer calamidade no âmbito da saúde e da saúde pública.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É reconhecida por muita gente!

O Orador: Pergunto-lhe, Sr. Deputado, se no meio das suas afirmações, que o senhor aqui fez, assumiu e bem, tem conhecimento de quantas reclamações a população da Ilha do Corvo tem na Unidade de Saúde de Ilha, quantas participações fez à Ordem dos Médicos por má prática ao nível do exercício do médico que lá exerce a sua atividade e se existe neste momento alguma informação que possa sustentar essa sua afirmação?

Por isso desafio-o aqui que faça de facto a participação objetiva, concreta, das situações que entende como sendo calamidade no âmbito da saúde e da saúde pública do Corvo, para que não só o Governo, mas as instâncias responsáveis

por apurar essas situações, o possam fazer fundamentados naquilo que for efetivamente denunciado.

Depois, gostaria também de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que na questão da telemedicina – isso aqui já foi falado pelo Deputado Dionísio Faria e Maia e pelo Sr. Deputado Artur Lima – não nos revemos, nem aceitamos esse tipo de charlatanice que o senhor quis passar ao Governo e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fui eu! Foi o Sr. Deputado Dionísio Maia! Não existe telemedicina, mas e-medicina!

O Orador: O que aconteceu, e o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, é que na Região houve e há situações pioneiras nesta matéria, e situações pioneiras nesta matéria que já salvaram muitos doentes.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso que se tenha consciência, e todos nós sabemos, que não existe até hoje nenhuma regulamentação sobre o uso da telemedicina, sobre quais os critérios que devem obedecer os profissionais que têm que estar na telemedicina, quem assume as responsabilidades no diagnóstico e os riscos que podem surgir de uma má avaliação ou de um mau diagnóstico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas existe ou não existe?

O Orador: O que é certo é que as experiências que existem da telemedicina na Região são positivas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, existe!

O Orador: O Sr. Deputado conhece-as e sabe onde é que elas estão. São positivas e volto a referir que já salvaram muitos doentes.

Gostaria também de falar na questão da deslocação de especialistas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Charlatanice!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Belo:...

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora temos uma nova modalidade: perguntamos ao Governo e responde o Grupo Parlamentar do PS!

O Orador: Como o Sr. Deputado sabe, a deslocação de especialistas é património do Partido Socialista...

Deputado Bruno Belo (PSD): Já foi reconhecido pelo PSD!

O Orador: ... que se orgulha de ter criado a Portaria 43/97, que permitiu a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já existia antes!

O Orador: Mas mais. Não se centrou apenas nos médicos hospitalares. Também permitiu aos médicos de medicina dentária e também permitiu aos médicos de medicina geral e familiar nas situações em que isso fosse necessário.

Isso foi um grande avanço nesses anos em que as condições não só de recursos humanos que tínhamos eram limitadas, como também muitos dos equipamentos também eram limitados.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E em 2014, o que é que aconteceu?

O Orador: Gostaria de lembrar que essa Portaria, como a atual que está em vigor, diz uma coisa muito importante que acho que toda a gente se está a esquecer. Diz assim o artigo 3.º, da Portaria 43/97 (vou citar):

“As deslocações deverão ocorrer de acordo com um programa anual de trabalho previamente acordado entre os hospitais e o centro de saúde.

2- A duração não pode exceder os dez dias e terá em conta [*e terá em conta*, aqui é que importante fazer isto] o volume de consultas que é pretendido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A deslocação de especialistas existe desde 1993!

O Orador: ... que são referenciados pelos médicos que estão no Centro de Saúde, e eventualmente o estudo de situações clínicas e atividades de formação de âmbito local”.

Esta Portaria tinha também a função, para além de permitir a articulação entre Centro de Saúde e hospitais, em conhecer, a interrelacionar os profissionais, ter os profissionais que estavam nos Centros de Saúde o acompanhamento e também a formação com os colegas hospitalares.

Este é também um dos principais objetivos desta Portaria que nós não podemos esquecer.

Gostaria de dizer que os termos de deslocação que são conhecidos, as condições, como a atual Portaria, o que permite efetivamente é praticamente o que lá está nesta última Portaria com a alteração da modalidade de deslocação.

Agora, há uma coisa que é preciso entendermos: uma coisa são os serviços prestados pelos serviços de saúde referenciados de acordo com as situações que estão diagnosticadas por cada médico no Centro de Saúde; outra coisa é fazer deslocações periódicas das especialidades A, B, C ou D para estar a ver um doente, dois doentes e os mesmos doentes três, quatro, cinco e seis vezes.

Esta não é a filosofia da deslocação de médicos especialistas, mas sim é uma filosofia de prestação de cuidados para garantir o acompanhamento e o diagnóstico nas situações em que os médicos locais não têm capacidade e depois fazer o acompanhamento e referenciá-los novamente quando isso for necessário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Alerto que dispõe apenas de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, para dizer-lhe o seguinte:

Esta situação é do conhecimento de toda a população. Há queixas, muitas queixas. Há inclusivamente uma que há pouco tempo foi referenciada, há cerca de um ano, por parte de um Membro do Governo, que tinha sido arquivada, e a pessoa, que até é deputada municipal do Partido Socialista, ainda continua à espera de ser notificada dessa decisão.

Há muitas situações que não tenho agora aqui tempo para descrever. Há muita gente que inclusivamente disse que tinha descrito esta situação ao próprio Presidente do Governo Regional quando lá esteve na Ilha do Corvo.

Esta situação é do conhecimento generalizado. Esta situação é uma situação insustentável, em que o médico não fala com grande parte da população, em que a atemoriza, em que a ameaça e há uma coisa que se chama divisão de poderes.

Como sabe, ou tem o dever de saber, estatutariamente, nós, os Deputados, temos a obrigação de apresentar no Parlamento questões desta índole.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não é na justiça.

Há uma opção entre aquilo que é o nosso exercício e aquilo que é o exercício da cidadania.

Essas são questões diferentes e o senhor sabe bem que tem compromissos estatutárias a esse nível e se não sabe devia saber.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Sr. Deputado esgotou...

(Aparte inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e o Deputado Paulo Estêvão)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores têm conhecimento e já deveriam estar a agir. Temos que proteger aquela gente, temos que proteger aquela população. Aquilo está muito mau e vai acabar mal!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Informo que o PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em primeiro lugar gostaria de lhe desejar sucesso no desempenho das suas funções.

Gostaria de colocar-lhe duas questões.

A primeira, em relação ao Centro de Saúde de São Roque do Pico e das Lajes do Pico, nomeadamente ao nível dos serviços e valências a manter que estão previstos para os próximos quatro anos, sobre as intenções do Governo, sobre o cumprimento da legislação em vigor?

Segunda questão:

Gostaria que nos informasse em que fase se encontra a instalação do serviço de hemodiálise e do equipamento de TAC no Centro de Saúde da Madalena?

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Isso é uma pergunta já sabendo a resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para dizer, e aqui também dar o meu testemunho, que quando fui à Ilha do Corvo também as pessoas se queixaram do comportamento ... Eu até diria

mais! Que esse médico do Corvo viola os princípios éticos e deontológicos do exercício da medicina quando autoriza quem quer e entende a deslocar-se da ilha.

Quem me contou teve que se deslocar à sua custa (é uma pessoa de poucas posses!), porque o médico teimou e não autorizava nem lhe pedia uma deslocação a um especialista.

Portanto, isso é uma incompatibilidade entre médico e utente e o Governo tem a obrigação moral e ética de não deixar acontecer essas situações.

São cidadãos, são açorianos como qualquer um outro em qualquer ilha dos Açores, só que tem uma contradição, é que não têm oportunidade de escolha e o Governo tem que garantir a liberdade de escolha a qualquer açoriano nestes casos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tentar maximizar o pouco tempo disponível que tenho para responder às questões que me foram, entretanto, colocadas.

Eu disse na minha intervenção que estava e estarei sempre disponível para o diálogo, para estabelecer os consensos que forem necessários nesta área.

Poderão contar comigo também, aqui, no Parlamento, para que o debate seja feito com elevação e com respeito mútuo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*):

Muito bem! Muito bem!

O Orador: É para isso que aqui estou e penso que é isso que os açorianos esperam de todos nós.

Relativamente às questões colocadas há duas que são transversais. Portanto, se me permitem, vou responder aos vários Deputados pela mesma lógica, que é a questão da deslocação de especialistas e o Regulamento da Deslocação de Doentes.

Como afirmei na minha intervenção, o Governo Regional está disponível para rever essa situação e melhorar os aspetos que tiverem que ser melhorados. Como tal, teremos em breve, certamente, propostas de melhoria a esses regulamentos.

De qualquer maneira, é de referir que relativamente à deslocação de especialistas tem-se vindo a verificar um aumento das consultas nas ilhas onde não há hospital. Isso é uma realidade.

É certo que não estará a ser em todas as especialidades que deveriam ser, mas é algo que vamos trabalhar neste sentido, nomeadamente pedir a cada uma das Unidades de Saúde de Ilha as necessidades que existem ao nível da deslocação de especialistas e termos uma programação anual para que as coisas sejam organizadas atempadamente.

Relativamente aos alertas que aqui foram colocados, quer pela Sra. Deputada Zuraida Soares, quer pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e Deputado Marco Costa, como é óbvio, serão situações que me vou inteirar de imediato e numa próxima oportunidade darei resposta a essas situações, que, ao não estarem corretamente a ser executadas, tudo faremos para que elas efetivamente se corrijam.

Sr. Deputado Marco Costa, relativamente às questões específicas do Centro de Saúde de São Roque do Pico, neste momento posso dizer-lhe que tenho já na minha posse memorandos de todas as Unidades de Saúde de Ilha e vou analisá-los nos próximos dias para perceber de facto quais são as preocupações que

cada uma delas tem, para que de facto possamos contribuir para a melhoria dos serviços em cada uma das ilhas.

O serviço de hemodiálise sei, por informações do Hospital da Horta, que estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas para que efetivamente o contrato que está previsto possa ser executado.

Sr. Deputado César Toste, concordo com a maioria das preocupações que aqui revelou e agradeço que as tenha transmitido. A questão concreta no final da sua intervenção, relativamente aos pagamentos que existem e que são reclamados aos enfermeiros, é de facto uma questão legal que temos que resolvê-la nestes termos. Portanto, em breve teremos que dar uma solução definitiva a esta situação.

O Sr. Deputado João Corvelo também levantou aqui algumas preocupações relativamente às listas de espera cirúrgicas nas Flores. Como também afirmei na minha intervenção, estamos já a preparar a regulamentação do SIGIC e, como tal, em breve começaremos a implementar as medidas que são necessárias para gerir essa situação.

De facto, é o que está aqui em causa. O SIGIC é um sistema de gestão de inscritos e tudo irá ser feito dentro daquilo que foi determinado pela própria Assembleia no Decreto Legislativo que elaborou.

Sr. Deputado Artur Lima, dentro do seu estilo parlamentar peculiar colocou-me aqui várias questões e eu também vou tentar rapidamente responder àquelas que entendo que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Defina peculiar!

O Orador: Diga? Não percebi!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostaria que definisse peculiar!

Presidente: Por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: Relativamente àquilo que afirmei dos médicos de medicina geral e familiar é efetivamente nossa pretensão que em 2018 esteja completa a rede

com mais 32 médicos, tendo em conta os médicos que neste momento estão a terminar em 2016, 2017 e 2018 os seus estágios, as suas especialidades, neste caso concreto.

Relativamente às listas de espera cirúrgicas, Sr. Deputado, o que está disponível no site da Direção Regional da Saúde é o que já está desde 2015.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: Houve uma alteração efetivamente porque...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi sua!

O Orador: Eu vou explicar, Sr. Deputado.

... uma das tabelas que estava lá prevista pôs em causa a proteção de dados. Como tal, em janeiro de 2015, alterou-se este quadro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... e o que está agora publicado mensalmente é o tempo que, o conjunto de cirurgias que foram realizadas, levou elas a serem efetivamente realizadas.

Existe, agora com a legislação do SIGIC, a possibilidade de alterarmos toda esta modalidade. Efetivamente a nível nacional já existe a possibilidade de cada utente aceder à sua área particular e saber quanto tempo está na lista de espera.

Portanto, com a regulamentação que iremos fazer e com o sistema informático respetivo, iremos procurar cumprir todas essas especificidades.

Quanto às idoneidades formativas efetivamente é uma preocupação que temos, porque queremos que cada vez mais especialistas estejam na Região, cada vez mais especialistas se formem na Região.

Isto é fundamental para garantir que, ao se formarem na Região, quando acabarem o internato, acabarem a sua especialidade, possam querer ficar aqui.

É isso que vamos rever junto da Comissão Regional do Internato Médico e junto da Comissão Nacional do Internato Médico que neste momento está a estudar também uma proposta para apresentar à ACSS relativamente a uma

nova modalidade de fixação dos especialistas e, como tal, tudo faremos também para que esta realidade seja transposta para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde:

Eu presumo que o meu estilo não lhe agrade, mas também não estou aqui para lhe agradecer. Eu estou aqui para defender os açorianos no meu estilo peculiar de exercer o meu mandato, mas fico muito satisfeito pela distinção. O que me distingue aqui é defender os açorianos e as propostas que tenho feito neste sentido foram várias e o senhor conhece-as.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E nós estamos aqui para quê?

O Orador: Diga, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nada, Sr. Deputado!

O Orador: Ah! Era só para lhe poder dar a resposta.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O que eu disse foi: acha que nós estamos aqui para quê? Não é para defender os açorianos?

O Orador: Às vezes.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Sr. Secretário Regional, nomeadamente nessa questão do médico de família em que eu...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Esta foi uma graça ao Sr. Presidente, uma simpatia peculiar, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Regional, eu já percebi então que a questão do médico de família já não é um compromisso, passou de compromisso a intenção, quando ontem foi aqui garantido que era um compromisso em 2018, mas o senhor também não se assuste nem fique preocupado com isto, porque os seus colegas prometeram, no fim da legislatura, médico de família para todos. Portanto, se o senhor falhar, também não virá grande mal ao mundo, os açorianos ficam mais uma vez sem médico de família.

Quanto à deslocação de especialistas, o Sr. Secretário não precisa de fazer nada, está tudo feito. Aplique a Portaria que regulamenta a deslocação de especialistas, em que todos os anos em janeiro ou em dezembro, as unidades de saúde mandam para a Direção Regional de Saúde as suas necessidades e são programadas as deslocações dos especialistas de dezembro para o ano todo. O seu anterior colega acabou com isso.

Portanto, é só aplicar o que está feito, não tem mais nada que fazer, Sr. Secretário.

Agora as listas de espera preocupam-me e muito.

A transparência deve ser um espelho desse Governo, as pessoas irem e saberem em que lugar estão na lista de espera.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados aprovou aquele quadro que era publicado pela Direção Regional de Saúde, porque foi-lhe pedido autorização, e a desculpa que o senhor ex-Secretário Cabral deu não foi por isso, foi exatamente para não sabermos quantos doentes existiam e há quanto tempo estavam à espera, porque sete anos é muito tempo e onze anos é mais ainda. E termos as piores médias do país ainda é mais preocupante, Sr. Secretário.

Enquanto lá fora é em média três meses que se espera por uma cirurgia, aqui é sempre superior a dois anos, Sr. Secretário. Isso é que é vergonhoso e é preciso acabar. Isso deve ser transparente para cada utente saber a sua posição na lista e quantos lá estão.

Portanto, o desafio que lhe faço é que volte a pôr um quadro transparente, informativo, para que todos possamos saber e não ser necessário andarmos a estudar os relatórios e contas dos hospitais para saber quem é quem, Sr. Secretário.

Transparência exige-se; transparência é o que a Democracia pede e transparência é o que os doentes pedem para saber onde estão e se não são prejudicados e beneficiados.

Tinha mais coisas para lhe dizer. Ficaré para janeiro, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Manuel Pereira, a intervenção que V. Exa. fez é bem elucidativa daquilo que foi a campanha eleitoral do Partido Socialista. Primeiro o Partido Socialista, depois os florentinos.

Deputado Francisco César (PS): Já cá faltava!

Deputado José Ávila (PS): Grande resultado o senhor teve nas Flores!

O Orador: Sr. Deputado Domingos Cunha, relativamente à Portaria que V. Exa. aqui referiu é verdade e o PSD já o reconheceu por diversas vezes que aquilo que havia em matéria de deslocação de especialista era uma boa medida.

Deputado Francisco César (PS): Isso é ao que se chama atirar pedras ao ar com telhados de vidro!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já fez mais intervenções nestes três dias do que nos últimos quatro anos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O PSD já o reconheceu por diversas vezes.

Esse património que o senhor diz que é do Partido Socialista é também dos açorianos, mas foi o Governo do Partido Socialista que o destruiu.

Vou só dar-lhe um exemplo, Sr. Deputado Domingos Cunha:

É verdade, é exatamente verdade tudo aquilo que disse e reconheço que está com um rigor muito grande sobre a matéria, mas em 2014, na Unidade de Saúde da Ilha das Flores, sabe quantas consultas de especialidade foram feitas? Zero!

Deputado Domingos Cunha (PS): Em que ano?

O Orador: Em 2014! Zero!

Em 2015 sabe quantas foram feitas?

Deputado Domingos Cunha (PS): Foram feitas algumas!

O Orador: Foram feitas algumas, mas reduziram imenso.

Deputado José Ávila (PS): O senhor diga quantas foram!

Deputado Domingos Cunha (PS): Seiscentas e quarenta e duas!

O Orador: Muito bem!

Sr. Secretário, os problemas da saúde não começaram no dia que o senhor tomou posse. O senhor quando tomou posse já entregou a sua “habilitação de herdeiros” àquilo que vinha do antecedente.

Portanto, só boa vontade, só boas-intenções, não chega. E o senhor não pode puxar o Partido Socialista para cima e os açorianos para baixo. É o contrário: é puxar os açorianos para cima e o Partido Socialista deixe-o lá estar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados Duarte Freitas e Jaime Vieira (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, respondeu-me apenas a uma pergunta. Eu questionei (para me poder responder também) em relação ao concelho das Lajes das Flores e em relação à deslocação de doentes para a Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

Em relação ao Sr. Deputado Manuel Pereira, o que tenho para lhe dizer é o seguinte e é muito rápido: ficou bem espelhado o que os florentinos acham em relação ao trabalho dos últimos quatro anos do Deputado do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Havemos de falar daqui a quatro anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta minha intervenção para saudar a Sra. Presidente da Assembleia, assim como todo o Governo, e em particular o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Rui Luís com quem nos últimos sete meses partilhei a dedicação e o empenho em prol da mesma instituição.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nestas circunstâncias, Sr. Secretário, mais do que questões, gostaria que nos esclarecesse relativamente à seguinte questão:

De acordo com a informação disponibilizada na Direção Regional de Saúde, a 30 de setembro de 2016 existiam cerca de 9916 açorianos inscritos para cirurgia.

Esta é uma situação dramática, que se perpetua ao longo de sucessivos governos, que já estava identificada há quatro anos atrás no programa apresentado, mas que o Governo não foi capaz de resolver, nem tão pouco garantir o cumprimento dos tempos máximos de resposta garantida.

Relembro que o primeiro Vale Saúde foi criado há seis anos. Têm sido poucos os resultados notáveis no combate às listas de espera cirúrgicas, uma vez que não teve, até ao momento o impacto desejado na redução do número de utentes inscritos, contribuindo de forma pouco significativa para a resolução de um problema com esta dimensão. Resta-nos acreditar no “novo” Vale Saúde...

Ainda relativamente a este assunto, e analisando a informação dada pelo mesmo sistema disponibilizado no *site*, gostaria ainda que nos esclarecesse relativamente aos números apresentados para os três hospitais da região, no mês de agosto na especialidade de Cirurgia Geral:

- Hospital da Horta 48 doentes operados;
- Hospital do Divino Espírito Santo: 164 doentes operados;
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira: 419 doentes operados (repite: 419 doentes operados!).

Pergunto, Sr. Secretário, quais foram as medidas milagrosas implementadas para este mês que não foram replicadas aos outros hospitais da Região,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... nem tão pouco aos outros meses do presente ano?

Obrigada.

Deputados António Marinho e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu não posso dizer mais nada!

O Orador: ... os seus números estão incorretos. Efetivamente, e eu referi na intervenção que fiz há pouco, 2014 foi um ano muito difícil, mas não foram zero consultas, foram cento e nove consultas.

(Diálogo entre o Deputado Bruno Belo e o Deputado José Ávila)

O Orador: Relativamente a 2015 foram seiscentas e quarenta e duas, mais exames complementares...

Deputado Bruno Belo (PSD): A mim não me precisa dizer isso, diga isso aos florentinos!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado, senão o senhor continua a dizer aquilo que quer ouvir, porque há sempre descontentamento na saúde, é natural.

A forma de estarmos, acho que deve ser perceber o que é que se está a passar, porque a saúde é um aspeto muito importante e não é para usar, acho eu, de demagogia e como arma política.

Portanto, estas são as realidades.

Eu reconheci que nem tudo correu bem. Há aspetos que vão ser melhorados, o número de consultas tem aumentado, o número de deslocação de utentes também tem aumentado e os compromissos que assumimos em 2012, conforme

distribuámos na casa de todos os florentinos, foram todos cumpridos ou estão em vias de ser cumpridos.

Deputados André Bradford e António Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque só tenho 30 segundos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não tem nada!

Deputado André Bradford (PS): Foi uma força de expressão!

O Orador: Sobre as questões que foram colocadas agora, Sra. Deputada Mónica Seidi, agradeço as suas palavras e que tenha revelado a dedicação e o empenho com que achou que eu também desempenhei as minhas funções nos últimos sete meses.

Relativamente à questão das listas de espera temos, como é óbvio, agora o SIGIC para implementar e relativamente a esta situação teremos oportunidade de, na Portaria que irá sair, criar as regras para que esta situação seja corrigida.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Seja?!... Desculpe!

O Orador: Corrigida. Corrigida no sentido de melhorada.

Relativamente à questão do “milagre” que revelou ocorrer no Hospital de Santo Espírito na Ilha Terceira, posso explicar muito brevemente o que é que aconteceu.

A Administração do Hospital de Santo Espírito esteve a fazer um trabalho apurado de olhar para as listas de espera para tentar perceber efetivamente o que é que acontecia com aquelas listas de espera.

Relativamente à especialidade que mencionou, o que ocorreu foi que existia um conjunto de pequenas cirurgias, que estavam inseridas no sistema, que foram

realizadas e não foram abatidas, ou seja, não tinha sido registada a data em que elas foram realizadas. Isto está descrito utente a utente, dentro do hospital.

A Secretaria foi informada na altura, no início de setembro, do que estava a ser feito e por que no sistema (e isso pode ser facilmente auditado se continuar a ter essa dúvida) foram abatidos cada um dos utentes, com a data em que efetivamente a cirurgia foi realizada.

O que acontece é que a publicação que aparece no site aparece com o total. Portanto, pareceu que do mês de julho para o mês de agosto, teria havido aquele *boom* de operações. Efetivamente no total não é essa a realidade.

Acontece que no sistema estão registadas, de mês a mês, quando foram feitas, efetivamente, essas cirurgias.

Deputado Bruno Belo (PSD): O problema é sempre do sistema!

Deputado Luís Garcia (PSD): Maldito sistema!

O Orador: Portanto, está feito aqui o esclarecimento relativamente a esta questão.

Penso que é um procedimento claro e foi uma medida de gestão e de transparência para que as coisas fossem claras.

Sr. Deputado Bruno Belo, não percebi a questão do “pôr para cima” e do “pôr para baixo”.

Eu, na minha intervenção e na minha atuação, vou pôr o cidadão em primeiro lugar. Como tal, tudo o resto, é marginal.

Sr. Deputado Artur Lima, não tenho qualquer problema. Não é uma questão de me agradar ou não agradar. Eu não estou aqui também para fazer essas avaliações.

É peculiar, é peculiar. Como todos os outros, cada um tem a sua forma de estar, como eu também tenho a minha e aqui estou para contribuir para o bem de todos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A sua forma de chegar aqui é que foi peculiar!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Então o que me está a dizer é que no mês de agosto (e relembro, no mês de agosto!), mês que o bloco operatório esteve parcialmente encerrado, a funcionar apenas com duas salas, vocês lançaram as pequenas...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Vocês, não!

A Oradora: Peço desculpa... O Conselho de Administração lançou os números relativamente à pequena cirurgia, num mês que a taxa de produção foi inferior e que obviamente acaba por passar para o mês seguinte.

Deputados Bruno Belo e Jaime Vieira (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: É isso que está a dizer.

Mas tenho mais, Sr. Secretário!

Relativamente ao Plano Regional de Saúde, que impacto teve até agora a sua implementação ao nível dos principais indicadores de saúde, bem como na melhoria da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos açorianos?

Deputados António Marinho e Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à intervenção de tribuna do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E as respostas?

Deputado Bruno Belo (PSD): É sempre assim!

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente e Membros do Governo da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores:

Saúdo-vos neste debate parlamentar sobre o Programa do Governo, com votos de entendimento sobre as grandes questões que interessam aos Açorianos, nomeadamente nesta área agora em discussão e apreciação, que é da saúde.

Na última campanha eleitoral todos os partidos da oposição ao PS elegeram o mote da diabolização do nosso Serviço Regional de Saúde. Adjetivaram-no e não o consubstanciaram. O PPM, adjetivou-o como mau, muito mau até, o PPD-PSD, como um dos mais graves problemas dos açorianos; e todos os outros, invariavelmente como mau ou insuficiente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Carlos César era o calcanhar de Aquiles!

O Orador: Falaram em nome de alguns utentes, explorando situações esporádicas de descontentamento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nem uma palavra foi dita sobre o que foi feito ou gasto em benefício efetivo de uma Medicina de qualidade, moderna, mais acessível e com tudo isto, tendencialmente gratuita.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tendencialmente gratuito!

O Orador: Enganos! Sras. e Srs. Deputados:

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Dos postulados em saúde, o mais frequente ouvir-se é: que a saúde não tem preço,... mas custa dinheiro!

Lembro-vos que o acesso aos cuidados de saúde é um bem, mas não o é de consumo, é um bem de acesso para quando e onde for preciso; e que custa dinheiro.

Quando falarmos do nosso Serviço Regional de Saúde, é muito importante referir que pelo artigo 59.º do nosso Estatuto Político-Administrativo, compete a esta Assembleia legislar em matéria de política de saúde desde a sua organização até ao circuito e comercialização do medicamento

E também é competência desta Assembleia aprovar o orçamento regional, discriminado por despesas e receitas, incluindo os programas de investimento de cada secretaria regional.

Mas durante esta campanha eleitoral foi dito que a saúde dependia só do Governo, mas ao governo compete executar as políticas de saúde emanadas desta Assembleia, com o propósito da sua adequação aos recursos disponíveis e às variáveis do sistema.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não sei Sras. e Srs. Deputados se houve nestas afirmações preconceitos ou enganos. Espero que tenha havido simplesmente ignorância sobre a matéria.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A nós deputados, como vimos compete-nos a parte mais difícil que é o de propor, se necessário, redesenhar ou reorganizar o sistema.

Não podem aqueles que acham que a saúde não tem preço, prometerem-na sem olharem à adequação dos recursos materiais,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... sem adequação dos recursos humanos, que não existem ainda em quantidade e diferenciação necessária, sem ponderarem outras formas de financiamento, porque a saúde tem um preço, tendencialmente mais elevado a cada ano que passa; se atendermos às exigências de prestação de cuidados de saúde seguros adequados e de qualidade.

A particularidade demográfica e geográfica da Região Autónoma dos Açores, condiciona tanto a performance, os acessos e os custos no **Serviço Regional de Saúde**, que somente a boa governação com o sacrifício por vezes, do algum pelo todo, nos leva a orgulharmo-nos dele, da sua evolução, da sua qualidade, do seu impacto positivo na vida dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este é o paradigma deste sistema. Da sua enorme interdependência de variáveis internas e externas, que mudam a prática em saúde, no tempo e no lugar.

Percebe-se que os Hospitais estejam no centro do Sistema e consumam grande parte do orçamento para a saúde, mas isso não reduz a importância que este Governo dá no seu programa, desde logo à cobertura total da população por médico especialista em Medicina Geral e Familiar, fixando como meta 2018, propondo-se intervir ativamente nestas áreas de cuidados em saúde, assim como na sua modernização.

Uma cobertura assistencial de proximidade e referenciação, diminuindo o hospitalocentrismo, apostando na qualificação e certificação destes serviços, é outra meta deste programa com que concordamos em absoluto.

Afinal, tudo isto acontece, ou está a acontecer, porque há vontade expressa neste programa do Governo em fazer o que ainda falta em saúde, como noutras áreas com impacto socioeconómico favorável na vida dos açorianos.

Com a chancela da **OCDE, Eurostat e Organização Mundial de Saúde**, postula-se uma organização modelar para os serviços de saúde, e promove-se um modelo de Sistema de Contabilidade da Saúde, numa Administração do Financiamento do Sistema de Saúde, como fundamental à gestão.

É neste interface financeiro que sabemos, que tipos de serviços são financiados, para onde vai o dinheiro, de onde vem o dinheiro e que instrumentos são usados para o financiamento.

Lamento desiludir aqueles que advogam o enterro de instituições financeiras e de gestão da saúde.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário Regional da Saúde já vai começar a pagar aos fornecedores!

O Orador: Exma. Senhora. Presidente, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente e Membros do Governo da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores:

Os serviços de Saúde são também uma atividade económica, geradora de emprego, produto interno e de rendimento, logo de valor acrescentado, sempre que forem produzidos e pagos na Região.

O Programa do Governo, ao propor a consolidação das parcerias com Unidades de Saúde Privadas que desenvolvam a sua atividade no Sistema Regional de Saúde, na complementaridade e racionalização dos recursos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu sei o que é que o senhor quer!

O Orador: ... está a contribuir não só para a eficiência do sistema, como também para o seu refinanciamento e para o desenvolvimento da economia regional.

Daqui, mais uma vez, a nossa concordância.

Que serviço Regional de Saúde queremos? Ou que Serviço Regional de Saúde podemos ter?

Este é o nosso maior desafio de sustentabilidade; porque nele começam as nossas necessidades e terminam as nossas possibilidades.

Este desafio começa nesta Assembleia, passa para o Governo e envolve sem dúvida nenhuma a responsabilização coletiva dos açorianos em aceitarem um Serviço Regional de Saúde bom, à medida das nossas possibilidades.

Tenho dito.

Deputado André Bradford e Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Sra. Deputada Graça Silva)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar para a última intervenção de tribuna sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A definição de saúde mais difundida é apresentada pela Organização Mundial de Saúde, que a define como: “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças*”.

Com base nesta frase, facilmente se depreende o carácter abrangente em torno desta temática, à medida que, quase em simultâneo surgem inúmeras questões do ponto de vista legal, social e económicas dos estados de saúde e doença.

Para o PSD, a saúde constitui uma área de atuação PRIORITÁRIA. E... apesar de termos perdido as eleições, mantemos as nossas convicções!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

A Oradora: A base de um sistema de saúde deve ser priorizada pela eficácia dos Cuidados de Saúde Primários, em articulação com os cuidados diferenciados, estimulando-se sempre o desempenho dos seus profissionais.

A resolução da problemática em torno da cobertura integral à população por médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar tem sido uma promessa anunciada, mas nunca cumprida até agora, nos sucessivos programas do Governo.

Apesar de existir um número considerável de internos de Medicina Geral e Familiar em formação, no Programa que hoje é apresentado, prevê-se que a sua resolução só esteja concluída a médio prazo, continuamos sem saber exatamente quando e arrisco desde já que 2018, seja talvez uma utopia...

São aproximadamente 38 mil os que continuam à espera de uma resposta, e a nossa única preocupação é que este número representa PESSOAS!!!

No entanto, e de forma a acelerar a resolução deste problema, urge cativar os médicos já especialistas nesta área, assim como fixar os internos que entretanto terminaram ou em breve irão terminar a especialidade em questão.

Estas medidas não deverão passar apenas por incentivos financeiros, mas também por estímulos à formação pós-Graduada, mantendo o profissional de saúde atualizado e motivado, com os avanços da Medicina.

O PSD defende uma SAÚDE DE PROXIMIDADE e de ACESSIBILIDADE igual para todos os Açorianos.

Nos últimos quatro anos, assistimos a um hiato na acessibilidade à saúde em diferentes áreas, sendo que este desequilíbrio prejudicial é mais notório entre os açorianos que vivem em ilhas sem hospital.

E na defesa de uma Região coesa territorial e socialmente, há que também evoluir na qualidade dos cuidados de saúde prestados aos nossos utentes, pois só assim conseguiremos combater os indicadores que continuam a assombrar a esperança média de vida dos Açorianos: vivemos menos anos, e somos proporcionalmente mais doentes...

Não é aceitável que nos dias que correm, que a realização de exames complementares de diagnóstico seja morosa para além do razoável. Não é razoável que hajam Açorianos sem acesso a consultas de especialidade... ou que esperem mais tempo do que o clinicamente desejável...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Urge combater o não cumprimento dos tempos de espera, e urge repensar nas velhas ferramentas disponíveis que possam de forma coordenada, organizada e criteriosa unir os Centros de Saúde às unidades Hospitalares, sendo a realização da teleconsulta uma opção vantajosa a vários níveis, permitindo uma discussão clínica centrada no doente, e por vezes o suficiente para evitar a deslocação do mesmo.

Finalmente, Sr. Secretário, permita-me que lhe diga, a Saúde é talvez o maior fator perturbador na vida de um Açoriano, afetando não só a sua qualidade de vida, mas também de todos os que o rodeiam, pelo que só uma atuação maximizada e em simultâneo nas mais variadas vertentes possibilitará uma

melhoria da qualidade do Sistema Regional de Saúde, sem esquecer uma gestão de Saúde transparente, rigorosa, e homogénea para toda a região, e sem esquecer que o que importa são os utentes, sendo que o lucro não é o objetivo final a alcançar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Repito: Perdemos as eleições, mas não as nossas convicções, e estamos aqui cientes de que tão importante quanto criticar, é também imperioso contribuir com as propostas.

E **peço-vos** que estas sejam analisadas independentemente da cor política proponente, sempre, mas sempre, em prol do bem-estar dos Açorianos.

Certamente teremos divergências, mas seguramente iremos trabalhar para o mesmo fim: devolver aos Açorianos uma Saúde com mais qualidade, uma Saúde **proporcional à distância** que separa cada uma das nossas ilhas.

Disse.

Deputados António Marinho e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então fazer um breve intervalo. Regressamos às 11H35.

Eram 11 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo para uma intervenção.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com enorme respeito e humildade que vos dirijo a minha primeira intervenção nesta Assembleia.

Ao assumir as tutelas da Energia, Ambiente e Turismo, faço-o com grande sentido de responsabilidade, mas também com grande entusiasmo, meu e da minha equipa, de tudo fazer, honrando a confiança que nos foi depositada, para que a gestão harmoniosa destas três áreas permita um cada vez maior impacto positivo no desenvolvimento da nossa economia e a melhoria das condições de vida dos Açorianos, nas nossas nove ilhas e 19 concelhos.

E pretendemos fazê-lo sempre com total abertura para com todos.

Com a criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, o Governo dos Açores pretende continuar a trabalhar para manter as características que tornam estas ilhas diferentes e peculiares no espectro turístico mundial. De uma forma singular, os Açores conseguem aliar uma riqueza paisagística e uma qualidade ambiental ímpares, às quais a sustentabilidade energética não pode ser alheia.

Em termos de Ambiente, os Açores são hoje amplamente reconhecidos pelo valor do seu património natural e pelo elevado nível de qualidade ambiental que ostenta.

A adoção de uma gestão integrada das zonas consideradas fulcrais para a conservação da natureza, através dos Parques Naturais de Ilha, veio conferir maior notoriedade – interna e externa – ao nosso património natural.

São exemplo disso as inúmeras classificações internacionais de zonas ambientalmente relevantes e este reconhecimento também encontra eco em diversas distinções atribuídas pelos órgãos de comunicação social especializados.

Na presente legislatura, promoveremos a ampliação e reforço da rede de centros de visitação e interpretação ambiental, pois estas estruturas asseguram a projeção das áreas protegidas e do património natural e cultural, sendo – cada vez mais – espaços privilegiados de divulgação do conhecimento e de desenvolvimento de atividades de animação e lazer.

Assim, iremos desenvolver um conceito próprio para o Turismo de Natureza, abrangendo estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental, instalados ou desenvolvidos em áreas protegidas.

Na mesma linha, e face à crescente importância que a observação de aves tem por todo o mundo, e que se reflete, também, no nosso arquipélago, vamos implementar a Rede de Observação de Aves dos Açores, promovendo um turismo ornitológico sustentável e responsável.

Os objetivos de sustentabilidade que temos vindo a enunciar, associados ao valor patrimonial e à sensibilidade dos ecossistemas das áreas protegidas, exigem uma monitorização permanente e um controlo efetivo das suas principais ameaças, designadamente a pressão antrópica e a dispersão de espécies invasoras.

Neste quadro, ganha relevância a elaboração dos planos de gestão dos Parques Naturais e das Reservas da Biosfera, bem como a adoção de regulamentos de acesso e o estabelecimento de capacidades de carga para determinadas áreas. Pela sua importância, estes instrumentos serão construídos e implementados em diálogo estreito e permanente com os setores interessados.

A gestão dos resíduos constitui um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento sustentável dos Açores. A reutilização rentável dos produtos, numa perspetiva circular da economia, entrou definitivamente na nossa agenda e hoje – cada vez mais – os verbos Reduzir, Reutilizar e Reciclar estão presentes.

Em poucos anos, os Açores passaram do fim do pelotão para a linha da frente no que respeita à valorização ambiental de resíduos urbanos em Portugal.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Já este ano – apenas até outubro – ultrapassámos os quantitativos de reciclagem de todo o ano de 2015, atingindo os 44,1 quilos por habitante, claramente acima da média nacional de 27,2 quilos.

Precisamente no momento em que decorre, em Marraquexe, a 22.^a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações sobre as Alterações Climáticas e com a entrada em vigor do Acordo de Paris sobre redução de gases com efeito de estufa, o mundo enfrenta um momento histórico e decisivo no que respeita ao combate às alterações climáticas.

O desafio com que nos deparamos – também aqui nos Açores – deve ser encarado como uma oportunidade para a reconfiguração tecnológica, assegurando a competitividade e a sustentabilidade em setores críticos, incluindo o mercado emergente das tecnologias verdes, e para equacionar questões fundamentais de segurança alimentar e energética, de salvaguarda de pessoas e bens, e das políticas de utilização dos solos e de mobilidade.

É com este objetivo que está em curso o processo de elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), que concluiremos durante o próximo ano.

Os efeitos das alterações climáticas, aliados à ação humana e às características dos sistemas biofísicos insulares, são potenciadores de desequilíbrios dos regimes hidrológicos.

Neste contexto, concluiremos a instalação da Rede Hidrometeorológica dos Açores, assegurando o conhecimento atempado do ciclo hidrológico, com a perceção rigorosa das disponibilidades hídricas, ao mesmo tempo que nos permite generalizar um sofisticado sistema de alerta de riscos, designadamente de movimentos de massa, acautelando a segurança de pessoas e bens face à ocorrência de cheias e inundações.

Os recursos hídricos são um bem natural de importância estratégica, reclamando uma gestão sustentável, assente em regras e procedimentos que promovam a boa utilização, a sua preservação qualitativa e quantitativa, e a preservação do ambiente, dentro do quadro estratégico definido pelo Plano Regional da Água, cuja revisão promoveremos na presente legislatura, e pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica.

As nossas lagoas são elementos marcantes da paisagem dos Açores, tendo algumas delas, durante décadas, sido sujeitas a pressões antrópicas que redundaram em processos de degradação da qualidade das massas de água.

Com os planos de ordenamento das bacias hidrográficas foi possível desencadear processos de recuperação do estado das lagoas dos Açores, com destaque para as Furnas e as Sete Cidades.

Apesar da evolução positiva da qualidade destas massas de água, ao ponto de terem atingido o seu melhor estado nos últimos anos, é certo que ainda temos um longo caminho a percorrer.

No que diz respeito à Lagoa das Furnas, em concreto – que permanece eutrofizada –, será dada prioridade a ações que visam atuar sobre a origem dos nutrientes que afluem à lagoa, até porque os estudos em curso indicam que continua a existir uma elevada concentração de nutrientes nos solos da bacia drenante, com risco de mobilização potencial para a massa de água.

Por fim, dentro do capítulo do ambiente, importará referir que o conhecimento é essencial à afirmação da cidadania ativa, incluindo uma efetiva cidadania ambiental, situação prevista no Plano Regional para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores.

No que respeita à Energia, como ainda agora referido, as alterações climáticas constituem um dos mais importantes fatores com o qual a Humanidade tem que se deparar, pela excessiva dependência dos combustíveis e pelo uso insustentável de recursos naturais que contribuem para a degradação irreversível do ecossistema. A sua continua degradação tem, por isso, impactos ambientais que se repercutem na qualidade de vida e na economia.

Desta forma, a prossecução de um desenvolvimento sustentável não se resume apenas a estar atento, a monitorizar o frágil equilíbrio ambiental, a débil harmonia ecológica. Este percurso faz-se também atuando de forma transversal a vários setores económicos, com especial ênfase para o setor energético, devido ao impacto que este gera na utilização de recursos, sejam eles de origem fóssil ou renovável. Daí que seja preponderante o objetivo último de atingir a sustentabilidade na utilização dos recursos, a adoção de uma política energética responsável e orientada para o aproveitamento das fontes primárias de energia renovável (hídrica, geotérmica, eólica e solar), bem como garantir uma gestão otimizada do sistema elétrico que faça corresponder o “mix” ótimo de produção de energia elétrica com o consumo.

O facto é que o trabalho desenvolvido até hoje na área energética nos Açores permite-nos encarar as metas europeias para a energia até 2020 com confiança,

na medida em que não somos uma sociedade caracterizada por um consumo intensivo de energia (consumimos per capita menos 46% de energia que a média dos 28 países da UE) e a tendência crescente registada no consumo de energia elétrica nos Açores tem vindo a ser correspondida com o aumento da penetração das energias de base renovável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mau!

Deputado Francisco César (PS): Não é, não!

A Oradora: Todavia, fruto da disponibilidade de fontes de energia renovável na generalidade das ilhas, da noção de finitude ou escassez de recursos endógenos inerente à condição de ilhéu e ao arrojo em atingir novos patamares ambientais, a sociedade açoriana corporiza o objetivo de reforçar o contributo de tais fontes no “mix” de produção de energia elétrica e de encontrar soluções alternativas de diagrama de consumo, complementares às atuais, que contribuam para uma menor pegada ecológica.

Não obstante a exigência que, neste aspeto, a nossa descontinuidade geográfica impõe, os Açores apresentam condições naturais que nos podem posicionar como referência na adoção de políticas energéticas sustentáveis.

O Governo dos Açores pretende implementar um conjunto de medidas que visam alcançar objetivos que promovam a eficiência energética, alinhados com a estratégia europeia e baseados na racionalidade económica e no desenvolvimento sustentável.

Assim:

- Promover-se-ão consumos e comportamentos energeticamente eficientes em parceria com a sociedade em geral, atraindo projetos de diversificação energética, com especial ênfase nas energias renováveis;
- Continuar-se-á a apostar na inovação tecnológica e eficiência energética, desenvolvendo projetos piloto na Administração Pública e nas escolas;

- E temos condições para potenciar os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro “laboratório” de soluções para a mobilidade elétrica.

Neste particular, esta ação permite aumentar a eficiência energética e otimizar a profusão do consumo de energia elétrica, reduzindo as emissões de CO2 e a dependência energética dos Açores para com o exterior, advogando-se para tal o apoio à difusão da utilização de veículos elétricos de transporte de passageiros ou comerciais, de utilização pública ou particular, em articulação com a entidade gestora do sistema, na garantia de disponibilização das infraestruturas de abastecimento elétrico.

Pretendemos assim tornar a Região Autónoma dos Açores uma referência internacional pelo pioneirismo da implementação da descarbonização da mobilidade, conferindo-lhe a classificação de região inovadora e energeticamente sustentável, em grande harmonia com o tipo de turismo que defendemos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Em termos de Turismo, hoje, o enorme potencial turístico do arquipélago dos Açores é inquestionável.

As deslumbrantes belezas naturais associadas à autenticidade da história e tradições, permitem que os Açores se afirmem cada vez mais, nos planos nacional e internacional, como um destino europeu no meio do Atlântico, reconhecido internacionalmente como ilhas vulcânicas preservadas, de natureza exuberante, um pouco mística até, onde cada visitante deve ser recebido como um convidado especial que, em segurança, pode vivenciar uma grande diversidade de atividades, quer seja em terra, quer seja no mar, com forte ligação à natureza.

Nos últimos quatro anos continuamos a apoiar o crescimento da nossa capacidade de alojamento, num movimento claro de diversificação e valorização da oferta turística.

Como resultado conjugado deste movimento e da capacidade do Governo dos Açores de concretizar um enorme salto qualitativo e quantitativo ao nível das acessibilidades aéreas, foi possível alcançar 1,3 milhões de dormidas nos primeiros nove meses deste ano, o que representa um crescimento de 21% face a igual período de 2015 (que, por sua vez, já havia registado um crescimento considerável face a 2014).

Mas não podemos, nem vamos, ficar deslumbrados com as estatísticas e considerar que o setor vai evoluir sozinho.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

A Oradora: E aqui, o nosso objetivo último é muito claro: criar condições para que o turismo assuma na atividade económica um maior peso, quer seja pela componente de produto (direto ou indireto), quer pela criação de emprego, procurando que este seja um crescimento consolidado.

Como é que o poderemos fazer? Com uma postura de exigência e inconformismo.

Com uma comunicação eficaz, que reforce a notoriedade do destino, que permita atenuar a sazonalidade e tire partido da diversidade entre ilhas com ofertas de qualidade específicas e diferenciadas.

Fá-lo-emos através da prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

i) Qualificação do destino – Um dos desafios mais exigentes, que só poderá ser alcançado com uma aposta forte:

- na formação dos recursos humanos;
- numa evolução qualitativa da oferta do alojamento turístico, nas suas diversas tipologias, e de restauração e similares (no âmbito da revisão do POTRAA)

- na capacidade de oferta de produtos de animação turística de qualidade coerentes com a nossa vocação (passeios pedestres, *whalewatching*, *birdwatching*, vulcanismos, mergulho, turismo de saúde, termalismos, enoturismo, entre muitos outros);

- nas infraestruturas disponíveis – melhorando e inovando desde a simples sinalética às zonas balneares, trilhos, miradouros, centros de interpretação, entre muitos outros.

ii) Sustentabilidade do destino – Em estreita ligação com a componente natureza, atentos às implicações do crescimento da atividade turística, atuando na defesa do nosso património ambiental.

iii) Eficácia na promoção – Através da implementação do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores que, tendo sido realizado com os contributos de todos os parceiros/intervenientes, foi recebido de forma bastante consensual;

iv) Eficiência nas acessibilidades – Garantido a sustentabilidade e a fiabilidade das acessibilidades aéreas.

E assim, com enorme respeito pelo Ambiente, base essencial da nossa identidade, uma gestão consciente e sustentável da geração e da utilização da nossa Energia, temos condições para construir um futuro onde o Turismo assumira um papel cada vez mais preponderante na nossa economia.

É esse o nosso compromisso! Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem uma inscrição. Agradeço, no entanto, que se continuem a inscrever.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar a Sra. Secretária da Energia, Ambiente e Turismo, desejando-lhe os maiores sucessos nas suas funções.

Com referência à Energia estranhámos que, e sendo esta matéria como consta do Programa de Governo e passo a citar "...o sector que mais contribui para o desenvolvimento sustentável capaz de combater as alterações climáticas através do equilíbrio entre crescimento económico, a justiça social e a harmonia ambiental", não se leve a sério a matéria em termos de propostas.

De facto, apenas se apontam as metas europeias em matéria de energia no Programa e não se assumem, ou continuam-se sem se assumir, os dois grandes documentos estratégicos regionais, nomeadamente (e se não sabem passo a dizer) o Plano Estratégico para a Energia dos Açores e o Plano de Ação para a Energia Sustentável das Ilhas (podem consultar).

Continuam a revelar-se lentas e pouco produtivas as medidas de promoção de utilização racional de energia, de fomento de eficiência energética ou de produção descentralizada de energias renováveis.

Continuamos com uma forte dependência energética que expõe a nossa economia à flutuação dos preços dos bens energéticos, contribuindo para, entre outros problemas:

- A diminuição do poder de compra das famílias;
- O agravamento das desigualdades de oportunidades em comparação com outros territórios;
- A redução da diversidade sectorial do tecido económico;

e

- O aumento da fragilidade das exportações.

Ainda assim, e após sucessivos avanços e recuos, apraz-nos verificar que finalmente há uma posição clara deste Governo em relação à mobilidade elétrica.

Esperamos que o Governo Regional assuma, desta feita e de uma vez por todas, o Plano Estratégico para a Mobilidade Elétrica dos Açores, que resulta de um estudo concluído há cerca de três anos e que permanece guardado numa gaveta.

Deputado Francisco Coelho (PS): Ou será num armário?

A Oradora: Por fim, e em matéria de Energia, deixamos um repto para que se avance para a modernização do desenho das redes de distribuição nas várias ilhas, uma lacuna deste Programa de Governo, furto, quiçá, de um eventual esquecimento (mais um!).

Esta será uma ação imperativa para que problemas, e só a título de exemplo, como os de interrupção ao fornecimento de energia na ilha Terceira deixe de existir.

No domínio do Ambiente, (passamos agora para o ambiente) é sabido que na Região este sector nutre, alimenta e influencia outros sectores e toda uma parcela da economia açoriana, de forma direta ou indireta. É, por isso, crucial desenhar estratégias funcionais que assegurem e garantam a salvaguarda dos princípios básicos para a sua conservação, recuperação e valorização.

Esta prioridade prende-se não apenas com as razões óbvias associadas à perspetiva básica da conservação da natureza e dos recursos naturais, mas também com as consequências positivas que daí advém para a qualidade de vida dos Açorianos.

Assim, e sobre esta matéria colocava apenas quatro questões:

Primeira – Para quando um efetivo combate às espécies invasoras?

Segunda – Em virtude dos desastrosos (e eu digo: desastrosos!) resultados nos esforços envidados no combate à eutrofização das lagoas da Região, quais as

ideias e iniciativas a encetar para contrariar esta tendência de degradação? (aqui não posso deixar de referir, e discordando da Sra. Secretária, as Furnas e as Sete Cidades ambas com Planos de Ordenamento de Bacia Hidrográfica e milhões de euros de investimento realizado que não se repercute em termos de resultados na recuperação dessas massas de água)

Terceira – Para quando a avaliação da capacidade de carga e da pressão do uso e fruição das áreas sensíveis incluídas nos Parques Naturais de Ilha (esta é uma medida do vosso Programa), já que zonas como o Miradouro da Vista do Rei nas Sete Cidades, Miradouros e trilhos de acesso à Lagoa do Fogo, entre outros, enfermam de evidente sobrecarga e exigem uma ação rápida e eficaz? Não podemos ficar eternamente à espera de uma avaliação.

Quarta pergunta, e esta acho que ninguém saberá responder, mas faço-a na mesma:

- Gostaria de saber onde acaba a Direção Regional do Ambiente e começa a AZORINA?

Deputados Duarte Freitas e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por fim, Sra. Secretária, antecipamos com bastante expectativa que, no desempenho das suas tarefas, ajude a combater a ideia de incompatibilidade entre proteção e conservação Ambiental e desenvolvimento económico e social.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia, gostaria de cumprimentar a Sra. Presidente e a sua Mesa, bem como o Sr. Presidente do Governo e os seus Membros, e por fim, as Sras. e os Srs. Deputados, desejando a todos, os maiores sucessos para esta Legislatura.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria também de reforçar perante todos o meu compromisso em honrar a responsabilidade que me foi atribuída pelos terceirenses e pelos açorianos, em geral, contribuindo hoje e sempre para a manutenção de um debate construtivo, proativo e complementar.

Deputado André Bradford (PS) e Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

A Oradora: Começo por dizer que os Açores, enquanto Região ultraperiférica, gozam de uma riqueza ambiental como poucas regiões do mundo e a sua predominância rural leva-nos a uma natural valorização da atividade agrícola, da defesa e preservação do seu ativo florestal, dos seus recursos naturais e habitats e da sua inconfundível paisagem.

Ora, todos estes fatores conduzem-nos a um crescente destaque como destino europeu de excelência no que concerne a atividades ligadas ao turismo rural e temos exemplos claros disso mesmo.

Neste sentido, Sra. Secretária, e tendo em conta a importância das nossas lagoas neste contexto, pergunto-lhe quais as medidas que o Governo pretende desenvolver ao nível da monitorização das águas para que se consigam obter resultados mais efetivos sob o ponto de vista da melhoria da qualidade das mesmas, visto que da mesma qualidade advém o reforço da nossa imagem enquanto região certificada por natureza.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aproveito rapidamente para saudar a Sra. Presidente e para saudar todas as Sras. e Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, desejando que o trabalho realizado por nós possa ser profícuo para os Açores.

Sra. Secretária, em matérias de ambiente e de ordenamento do território consideramos esta proposta de Programa do Governo, em diversos aspetos, manifestamente irresponsável. Irresponsável, já que, ao nível da salvaguarda e segurança das populações e do planeamento de emergência, continuam a estar em falta, ou por esclarecer, algumas medidas de extrema importância.

Refiro-me por exemplo ao Plano Regional de Alterações Climáticas, às Cartas de Risco a Perigos Naturais da Região Autónoma e à instalação dos Radares Meteorológicos e de Estações Meteorológicas de Superfície.

É notório que em diversos setores desta proposta as alterações climáticas globais e os seus impactos são referidos como uma realidade e que até parece ter alguma preocupação por parte do Governo Regional. Aliás, abundantemente se ouviu falar já aqui de alterações climáticas e ainda hoje a Sra. Secretária também o fez.

No entanto, ironicamente a Região Autónoma continua sem estar dotada de um Plano Regional para as alterações climáticas que está previsto no âmbito da implementação da estratégia regional para as alterações climática e que deveria ter ficado pronto em 2015, meados de 2015.

Pergunto por isso, Sra. Secretária, por que razão o mesmo ainda não foi operacionalizado? E até ao final do ano conto fazer esta pergunta mais algumas vezes,...

Deputado Francisco Coelho (PS): É melhor gravar!

O Orador: ... até ao final de 2017, porque V. Exa. disse que estaria prontinho em 2017.

O mesmo acontece com as Cartas de Risco a Perigos Naturais dos Açores, que incluem riscos como a ocorrência de deslizamentos de terras, sismos, erupções vulcânicas, erosão, tsunamis e outros perigos, aos quais os Açores são extremamente suscetíveis e que por isso são um elemento fundamental para o ordenamento do território e para a segurança das populações das nossas ilhas.

Estas Cartas deveriam ter ficado prontas em 2012, com a garantia do então Sr. Secretário Regional Álvaro Meneses de que seriam disponibilizadas *on-line*. Porém, nunca chegaram a ver a luz do dia. Estão prontas? Algum dia irão ficar? Serão disponibilizadas?

Em relação à Rede de Radares Meteorológicos, cujas nossas propostas remontam a 2010 e a 2013, e tendo em conta a retirada do radar meteorológico por parte dos norte-americanos, o que irá acontecer é que iremos passar por um período em que estaremos completamente às escuras em termos de informação vital para a salvaguarda das nossas populações.

Portanto, já que o Sr. Presidente anteontem não se quis alongar muito nesta matéria, eu pergunto, Sra. Secretária, para quando teremos a Rede de Radares Meteorológicos implementada? Quantos serão? Em que ilhas estarão? E pergunto ainda, será também instalada uma Rede de Estações Meteorológicas de Superfície tal como previsto na proposta do CDS-PP?

Por outro lado, lamentamos também o desaparecimento de uma série de medidas previstas no anterior Programa do Governo, e que pura e simplesmente se evaporam da atual proposta, e dou como exemplos a Carta Regional de

Ruído, o Manual de Boas Práticas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável, os Planos de Emergência para todos os trilhos dos Açores e pergunto quais as razões para esse desaparecimento?

Pergunto também quais as medidas concretas previstas para o combate a este autêntico flagelo no nosso arquipélago, que é a infestação por térmitas, e que projetos estão previstos para a irradicação e controlo das térmicas e para a desinfestação dos edifícios?

Aproveito ainda, Sra. Secretária, para lhe perguntar se o Governo Regional tenciona implementar as medidas de diversas propostas que foram aprovadas nesta Casa e que seriam importantes contributos para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, para a preservação do ambiente, para a segurança da nossas populações e para o desenvolvimento sustentável da Região, como são exemplo as Resoluções 26/2014 e 9/2015, que versam sobre a Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas Globais e a implementação do Plano Integrado do Desenvolvimento Sustentável das Fajãs de São Jorge?

Gostaríamos assim de tentar perceber por que razão, após a sua aprovação, estas propostas não estão refletidas neste conjunto de intenções do Governo Regional e se serão efetivamente implementadas?

Para já, muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Legislatura, permitam-me também desejar à Sra. Presidente e à sua Mesa, às Sras. e aos Srs. Deputados e

ao Sr. Presidente do Governo e às Sras. e aos Srs. Membros do Governo, os votos de um bom trabalho ao serviço dos Açores.

O Programa do XII Governo dos Açores, aqui em análise, na área da energia, pretende implementar um conjunto de medidas que visam alcançar objetivos que promovam a eficiência energética na Região Autónoma dos Açores, alinhados com a estratégia europeia, baseada na racionalidade económica e no desenvolvimento sustentável dos Açores.

As metas europeias para a energia até 2020 consistem na redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa relativamente aos níveis de 1920, num aumento da quota da energia proveniente das fontes renováveis de 20% e na redução do consumo da energia primária em 20%, mediante um aumento da eficiência energética.

Por um lado, neste Programa do Governo, são propostas medidas e políticas que promovem o aumento da taxa de penetração das energias renováveis conduzindo a uma redução da dependência dos combustíveis fósseis, contribuindo para uma economia insular de baixo teor de carbono.

Por outro, são propostas também medidas que visam promover a redução do consumo e promover alterações de comportamento por parte de todos os consumidores.

Por último, também gostaria de realçar e de destacar o objetivo de aumentar a eficiência energética na administração pública através de ações de sensibilização que induzam a um consumo energeticamente eficiente e pelo uso de soluções que permitam monitorizar e controlar os consumos, custos e emissões de CO₂ também nas escolas e, essencialmente, através das alterações de comportamento de elevada importância na eficiência energética.

Por fim, pergunto à Sra. Secretária como pretende implementar o Plano de Mobilidade Elétrica que prevê para a Região, as suas linhas orientadoras, para concretizar esse mesmo objetivo?

Finalizo considerando que o Partido Socialista considera que a concretização e a implementação destas políticas irão contribuir decisivamente para que a Região Autónoma dos Açores seja ainda mais reconhecida mundialmente pelas suas boas práticas energéticas, contribuindo para reforçar a sua imagem de ambientalmente sustentável, elemento também fundamental para o desenvolvimento e crescimento sustentável do nosso turismo.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições. Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram colocadas e no tempo que disponho vou tentar responder sucintamente às mesmas.

Começo por uma pergunta do primeiro dia, do Deputado João Corvelo, relativamente à lixeira das Flores. Elas estão as duas seladas. Houve, efetivamente, em Santa Cruz, um problema com a tela de uma delas, problema já associado ao empreitado, que está em resolução.

Relativamente à Deputada Catarina Furtado, que colocou várias questões, efetivamente o Plano de Energia para os Açores está em revisão. Portanto, aquelas questões que coloca vão ser respondidas precisamente nesse Plano e vamos conseguir ter respostas sólidas para aquilo que está aqui em questão.

Mobilidade Elétrica, sim. Finalmente! É importante!

A evolução tecnológica também permite nesta fase termos soluções que antes não tínhamos. Portanto, estamos precisamente na fase perfeita para o fazer.

Relativamente ao ambiente, relativamente ao combate às invasoras, penso que estava a referir-se às plantas invasoras.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Todas as espécies invasoras! Terrestres, marinhas! Estamos a falar nesse sentido!

A Oradora: A Direção Regional do Ambiente tem feito um trabalho bastante intenso nesta matéria. Portanto, relativamente aos documentos que temos publicados também encontramos resposta a isso.

Relativamente às lagoas, que é uma questão que nos preocupa a todos, as lagoas, principalmente a das Sete Cidades e a das Furnas, tiveram durante décadas resíduos que foram colocados lá dentro e fizeram com que aquelas massas de água tivessem num estado muito mau.

Só em 2000 é que foram criados esses Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas e em 2005, em concreto, o das Furnas, que é o caso que neste momento mais nos preocupa.

As medidas que foram implementadas permitiram a redução significativa dos nutrientes que lá são despejados.

Hoje temos uma das melhores situações dos últimos tempos, mas não estamos satisfeitos, especialmente a das Furnas em que ela continua, de facto, numa situação eutrofizada.

Neste âmbito procedeu-se à implementação do Plano de Ordenamento da Bacia, à aquisição de 275 hectares de terrenos agrícolas, retirou-se a área de pastagem, removeram-se toneladas de resíduos abandonados e procedeu-se à transformação da paisagem, nomeadamente através da eliminação de espécies de plantas invasoras, substituída por flora nativa e criação de áreas florestais com a plantação de mais 115 mil árvores.

Tudo isto fez com que a água tivesse atingido, de facto, nos últimos três anos, o seu melhor estado. Mesmo assim não estamos satisfeitos porque ela continua eutrofizada.

Os dados preliminares que temos indicam que a elevada concentração de nutrientes no solo ainda é um problema significativo. Por isso estamos a atuar. Como?

Primeiro: vamos desviar os afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa, que é aquele que mais drena nutrientes para a Lagoa.

Até ao final do ano também há um concurso público para a reflorestação de 101 hectares da pastagem da zona oeste sobre a encosta do Touro e também até ao final do ano contamos concluir a proposta de alteração deste Plano de Ordenamento Hidrográfico, o que também nos permitirá ter aqui uma visão diferente sobre esta matéria.

A recuperação deste sistema é naturalmente um processo lento e complexo. Implica um trabalho intenso e permanente, no qual o Governo dos Açores continua muito, muito empenhado.

Relativamente à avaliação de carga das zonas turísticas, como é sabido, esta questão colocou-se muito recentemente com o maior afluxo de turismo que tivemos. Portanto, estamos já a trabalhar sobre isso e é um compromisso nosso, termos, tal como foi referido na intervenção que fiz há pouco, medidas que consigam conciliar da melhor forma estes dois temas, ambiente e turismo.

Relativamente às competências da Azorina é uma questão também bastante pertinente. A Azorina é um instrumento operativo, não é uma administração paralela.

Ela tem como missão gerir os Centros de Interpretação. Essa gestão antes era feita com contratos-programa a diversas entidades onde gastávamos muito mais dinheiro do que o que gastamos hoje.

Portanto, temos conseguido reduzir, em termos de contratos-programa, com despesa pública e, por outro lado, estamos a potenciar também as receitas que estes centros conseguem, podem e devem contribuir para o Orçamento da Região.

Deputado André Bradford (PS) e Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

A Oradora: Uma nota especial relativamente à situação financeira da Azorina que está atualmente controlada, sendo o passivo que tem apenas o decorrente da aquisição dos terrenos, precisamente da bacia hidrográfica das Furnas, com vista à melhoria do contexto em que a mesma se encontra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

A Oradora: Relativamente à Sra. Deputada Mónica Oliveira, a questão das Furnas já foi aqui referida. Portanto, esse é o nosso empenho em conseguir melhorar, de facto, a qualidade da água deste ex-libris do nosso turismo.

Relativamente ao Sr. Deputado Alonso Miguel, as várias questões que referiu fazem parte dos programas que a Direção Regional do Ambiente prevê e tem em curso, uns novos, outros em reformulação.

Relativamente à Rede de Radares Meteorológicos é importante ter presente que essa é uma competência do Governo da República. Portanto, a nós compete-nos fazer alguma pressão e gerir este processo da melhor forma. Sabemos que está prevista a introdução de um radar em São Miguel e temos também a obrigação, naturalmente em diálogo e em articulação, caso o da Terceira seja efetivamente desmantelado, de garantir/pugnar pela instalação de um novo, mas mais uma vez importa referir aqui que esta é uma questão de competência do Governo da República e não do Governo dos Açores.

Relativamente à Mobilidade Elétrica, efetivamente é a altura de o fazermos e é por aí que vamos avançar.

Obrigada.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*) e **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a informação não está correta. A lixeira, em Santa Cruz das Flores, continua a descoberto com as lonas e os plásticos a voarem para os terrenos das pessoas que lá estão perto, com uma agravante, que é, vai pela linha de água e estão a chegar ao mar esses plásticos. Ou seja, a lixeira não está selada, nem está nas devidas condições.

Segundo sei, o Governo Regional já pagou esta obra e a obra continua sem as devidas condições.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Há um problema efetivamente na tela que está a ser resolvido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, queria chamar-lhe a atenção para um erro de redação, presumo eu, no Programa do Governo, numa das áreas que a senhora tutela, concretamente na página 75, no objetivo “Planear o Território”, sob a epígrafe “Medidas”.

No fim dessa página, uma das medidas é:

“Conformar o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores com as opções que resultarem da revisão do Plano Regional de Ordenamento Turístico dos Açores”.

Eu presumo que isto seja um erro de redação, porque ponho-me a pensar da seguinte maneira:

Se o sentido é conformar os Planos de Ordenamento do Território com o Plano de Ordenamento do Turismo, então vamos construir um hotel. Onde? Onde der jeito! E depois? E depois conforma-se o Plano de Ordenamento do Turismo ao Plano de Ordenamento do Território.

Ou seja, Sra. Secretária Regional, aquela coisa do turismo sustentável, defesa do ambiente, natureza intacta, aliás conceitos e valores que a Sra. Secretária referiu, e bem, na sua intervenção de tribuna e que é um dos objetivos fundamentais na sua defesa, fica completamente invertido.

Portanto, ou isto é um erro de redação ou é um crasso e grave erro de política ambiental. Como eu tenho dúvidas, perguntava-lhe.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Secretária da Energia, Ambiente e Turismo, perguntei-lhe sobre o estado de recuperação das lagoas das Furnas e das Sete Cidades. Responde-me só em relação às Furnas.

Em relação às Sete Cidades acrescentava aqui mais qualquer coisa, é que existe uma segunda fase de requalificação das Sete Cidades.

Portanto, para quando essa fase? Ao fim e ao cabo diz que isto é um processo moroso, de recuperação do estado trófico das Lagoas, mas então precisamos dessa segunda fase que é a tal que faz a aquisição dos terrenos na envolvente da

Lagoa e que retiram de certa forma carga orgânica que desemboca na degradação da massa de água.

Depois, só em relação aqui aos documentos regionais em matéria de energia, dizia-me que o Plano Estratégico para a Energia dos Açores está em revisão. Aliás, já devia ter sido revisto há bastante mais tempo.

Acho que o processo de revisão deveria ter iniciado em 2012, mas pronto, passemos à frente.

Então pergunto-lhe, e agora referindo também aqui o Deputado André Rodrigues, que vai novamente buscar as metas europeias, e eu digo, o Plano Estratégico para a Energia dos Açores até pode estar em revisão, mas existe o Plano de Ação para a Energia Sustentável das Ilhas que revê em baixa as metas do anterior Plano, mas que resulta de um compromisso, e resulta de um compromisso que foi assumido pela Região num documento que é o “Pacto das Ilhas” e que foi assumido pela anterior Secretaria Regional do Ambiente e Mar. Portanto, estes planos estratégicos, estes planos regionais fazem-se para...?

Nunca se chega à operacionalização. Eles reveem-se, mas ficam em gavetas.

Tantos planos existem em matéria de energia, em matéria de ambiente.

Qual é a sua posição em relação a isto?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, fico na dúvida se a senhora ouviu as perguntas que eu coloquei, porque eu coloquei várias e respondeu-me apenas a uma.

Gostaria de saber, acerca do Plano Regional para as Alterações Climáticas, que já em 2012 o Governo Regional considerava ter máxima prioridade (se isso é prioridade, eu não sei o que é menos importante), que decorre das obrigações

definidas no Protocolo de Quioto, no pacote Energia/Clima 2020, e a partir de agora também no Acordo de Paris, por que é que ainda não foi implementado? Além disso, com tudo o que está vertido na proposta de Programa do Governo, mais torna estranho que não haja nada que justifique que isto não esteja implementado.

Depois, as Cartas de Risco a Perigos Naturais. Gostaria de saber também por que é que ainda não estão implementadas?

Ainda hoje ouvi aqui falar em sistemas de alerta.

Pois bem, Sra. Secretária, as Cartas de Risco são para fazer o zonamento dos vários tipos de perigo, porque não podemos ter sistemas de alerta de 10 em 10 metros. Portanto, aquilo é a modelação da destruição espacial, da probabilidade de ocorrência de cada um dos tipos de riscos. Eu gostaria de saber por que é que ainda não estão implementadas e se ficarão?

Depois, tinha perguntado também em relação ao combate à infestação por térmitas. Eu não sei se tem noção do problema que temos nos Açores causado pelas térmitas.

Portanto, teríamos todo o interesse em saber em que estado é que isso está e quais são os planos e as medidas concretas que temos.

Depois, também falou há pouco e achei estranho, que a capacidade de carga dos sistemas naturais colocou-se apenas recentemente devido ao afluxo de turismo.

Pois, Sra. Secretária, fazemos planos é antes das coisas acontecerem, para quando elas acontecerem estarmos preparados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção aqui na bancada, gostaria de congratular a Sra. Presidente, através de si todos os Deputados desta Casa, o Sr. Presidente, os Srs. Membros do Governo, fazendo votos de que este mandato decorra com a criação de políticas e de práticas que conduzam ao desenvolvimento sustentável dos Açores.

Antes de entrar na minha questão em concreto gostaria de congratular este XII Governo Regional pelo facto de ter incluído áreas como a energia, como o ambiente e como o turismo numa única secretaria. Revela bem a nossa visão global e integrada sobre estas questões.

O turismo cada vez mais tem que andar a par do ambiente; as questões ambientais têm que ser transversais a todos os departamentos do Governo e esta foi uma opção estratégica resultante de uma visão clara, progressiva e uma visão de sustentabilidade que temos para a nossa Região.

Antes de ir à minha questão em concreto, gostaria de referir aqui que dizer que “é desastroso o estado das Lagoas dos Açores” é que é desastroso. Essa expressão é que é desastrosa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Em Santa Maria não há lagoas!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): É puxar para baixo!

A Oradora: É puxar para baixo os Açores, sim senhora.

É preciso ter em conta os resultados e é preciso sabermos onde é que estávamos...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

A Oradora: Sra. Presidente, não sei se posso continuar.

Não saber onde é que estávamos e onde é que estamos hoje é inadmissível.

Temos problemas, de facto, em algumas lagoas.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Nas Sete Cidades!

A Oradora: Temos problemas na Lagoa das Furnas. Este problema da Lagoa das Furnas não é novo.

Em questões ambientais, os assuntos não se resolvem de um dia para o outro. São graduais, as coisas levam o seu tempo.

Nos anos 60 começaram a haver problemas ao nível da eutrofização da Lagoa das Furnas,...

Deputado Luís Garcia (PS): Anos 60?

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi no outro milénio!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantos milhões já foram postos em cima?

A Oradora: ... quando começaram a ser introduzidos os fertilizantes, que usavam, como é óbvio, fósforo em excesso e começaram a surgir os problemas de eutrofização das Lagoas.

Os senhores já passaram por lá, pelo Governo Regional. Nada fizeram. É verdade, haviam outras preocupações. Podiam ter acautelado essas questões, mas não o fizeram.

Hoje em dia existe já uma preocupação muito efetiva relativamente a estas questões.

Em 2005 tínhamos, por exemplo, na Lagoa Azul das Sete Cidades, um estado trófico de 56.3, ou seja, um estado eutrófico. Hoje temos um estado oligotrófico, com 38.3 de índice de estado trófico da Lagoa Azul das Sete Cidades.

Portanto, alguma coisa foi feita, Sra. Deputada.

É lamentável que se diga que não foi nada feito, porque isso não corresponde minimamente à verdade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ninguém disse que nada foi feito. O que foi dito foi que os resultados foram nenhuns!

A Oradora: Os resultados em ambiente não se veem de um dia para o outro e os senhores deviam ter essa noção, porque as questões ambientais não se tratam de um dia para o outro. Não se compra uma máquina e o problema da eutrofização das Lagoas acaba. Não é assim que isso funciona.

Relativamente às questões da remoção da flora invasora nos Açores, existe um Plano que está a ser implementado em todas as ilhas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais um plano!

A Oradora: Está a ser realmente implementado.

Quem está no terreno, quem trabalha todos os dias com os açorianos no terreno, quem vai ao campo, quem trabalha com as pessoas, vê perfeitamente que essas questões estão a ser tratadas.

Já houve uma grande reflorestação em determinadas áreas, áreas ambientais e tem havido um grande investimento por parte do Governo Regional sobre estas questões.

Em 2012, ao nível das áreas intervencionadas, eram cerca de 187.4 hectares; em 2016, 749.16 hectares. Só daí vemos o grande investimento que tem sido feito e as áreas que realmente têm sido recuperadas em termos paisagísticos, ao nível da requalificação e da substituição de flora invasora por espécies endémicas.

Portanto, também não vejo aqui uma grande calamidade. Dizer que está tudo mal é, no mínimo, derrotista.

Relativamente à questão que gostaria de colocar à Sra. Secretária, é certo que na valorização dos resíduos, ao nível dos anos, tem-se verificado um aumento, nomeadamente desde 2012 até 2015.

É certo também que a eliminação e a deposição de resíduos em aterro têm diminuído, fruto das boas políticas do Governo Regional ao nível da gestão dos resíduos e da implementação dos Centros de Processamento de Resíduos.

Gostava de questionar a Sra. Secretária relativamente ao ponto de situação dos Centros de Processamento de Resíduos e também relativamente às selagens das lixeiras, quais as que estão em falta e o ponto de situação dessas empreitadas.

Sei que no decorrer desta Legislatura todas essas situações serão colmatadas e está bem expresso no Programa do Governo. No entanto, gostaria que me desse algum ponto de situação, dentro do pouco tempo que sei que tem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar, um cumprimento especial à Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo e também uma congratulação por esta nova orgânica contemplar estas três áreas na mesma secretaria, o que faz todo o sentido.

É um bom sinal de que teremos um turismo sustentável, ambientalmente atrativo e que sejamos uma região com energias...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Energias alternativas!

O Orador: ... para podermos mostrar aquilo que temos de melhor para oferecer ao mundo.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Também permitam-me que fale um pouco do turismo, porque tive o privilégio de estar nesta Casa em 2012 quando esta oposição (alguma da que ainda aqui está, alguns dos protagonistas, outros já não, mas esta mesma oposição), com o mesmo estilo que já comprovou aqui nesta Legislatura, veio aqui dizer que o turismo estava à beira de uma catástrofe.

Deputado Francisco César (*PS*): Ainda me lembro!

O Orador: Uma grande intervenção!... Grandes intervenções!... Estava à beira de uma catástrofe!...

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi antes de Sérgio Monteiro, depois de Sérgio Monteiro tudo mudou!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor devia ter falado antes com o Comandante Lizuarte Machado!

O Orador: Calma!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Corríamos o risco de perder definitivamente este setor para a nossa economia. Corríamos esse risco!

Hoje, a vossa postura mais uma vez só veio aqui provar que os senhores puxam sempre para o mesmo lado, sempre para baixo.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Estamos a falar dos Açores!

O Orador: Por isso não convém falar de um turismo que está bem e recomenda-se.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O enorme potencial turístico dos Açores é um facto, por mais que vos custe.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não nos custa nada!

O Orador: As boas políticas regionais do turismo também são um facto, por mais que vos custe.

Os números do turismo comprovam isso mesmo. Basta ver os últimos números do mês de setembro,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: ... um acréscimo homólogo de 17,6% nas dormidas...

Deputado Paulo Parece (PSD): Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: ... mas isto não é bom na visão dos Srs. Deputados do PSD.

Deputado Bruno Belo (PSD): É belíssimo!

O Orador: Os proveitos totais que atingem 9,3 milhões de euros, mas isto parece que também não é bom para o PSD.

Deputado André Bradford (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: Mas como se isto não bastasse, o turismo, para nós, PS, o turismo para este Governo Regional, continua a ser um turismo com números muitos positivos, mas é tão positivo como tão desafiante...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tão positivo!...

O Orador: ... por mais que vos incomode, Sra. Deputada.

É nesse sentido que devemos saber aproveitar como também devemos saber melhorar o que houver a melhorar, para que seja um setor cada vez mais decisivo na nossa economia, e decisivo na empregabilidade que este setor necessariamente acarreta.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores deviam de apresentar um Voto de Congratulação a Sérgio Monteiro!

O Orador: Para isso, e julgo que está claramente expresso no Programa do XII Governo, devemos apostar na profissionalização do setor, na qualificação técnica e na cultura para o turismo e no aproveitamento que já está a ser feito e que deve ser ampliado da nossa marca Açores.

Esta é uma boa aposta, foram boas políticas do Governo Regional.

Permitam-me aqui, no setor do turismo, destacar e realçar, porque há quem teime em continuar a puxar para baixo aquela que é uma empresa, um símbolo da Região e vital também para este setor,...

Deputado Bruno Belo (PSD): E não só! Este setor tem mais uns aninhos!

O Orador: ... o extraordinário trabalho que a SATA Azores Airline está a fazer para este setor também.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores é puxaram para baixo a SATA. Os senhores é que a mataram!

O Orador: Basta ver, Srs. Deputados, aquilo que é o crescimento no mercado dos Estados Unidos da América. Cresceu 56,8%. Este é o resultado de uma SATA que os senhores não gostam e teimam em destruir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é o resultado de uma SATA que contribui decisivamente para o setor do turismo, por mais que vos custe.

Deputado Paulo Parecer (PSD): Não apoiado!

O Orador: Termino, Sra. Secretária, desejando os maiores sucessos nesta pasta e que consiga tirar o maior proveito da conjugação destas três áreas que são decisivas e vitais para a economia dos Açores e para a nossa evolução.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem toda a razão. O verbo deve ser conciliar e não conformar. Tem toda a razão!

Sra. Deputada Catarina Furtado, foquei-me na Lagoa das Furnas por ser o caso mais problemático, porque efetivamente nas Sete Cidades, como referido, conseguimos ter resultados bem mais satisfatórios. Não estamos totalmente satisfeitos, não estamos. Há ainda muito a fazer, mas conseguimos resultados bastante animadores.

Relativamente ao Plano para as Energias, elas estão relacionadas. Portanto, a revisão que está a ser feita tem que ter o todo, não pode ser parcelarmente.

Sim, vamos ter que rever o que já foi feito, mas vamos fazê-lo vendo num todo e conseguindo ter uma resposta conciliada.

Sr. Deputado Alonso, efetivamente foi lapso meu. Não respondi a todas as questões que tinha colocado, mas é importante percebermos que estamos aqui a discutir o Programa do Governo para os próximos quatro anos. Portanto, o balanço dos anteriores já está feito.

Relativamente à Carta de Riscos, a cartografia de riscos vai ser integrada no novo Sistema de Gestão Territorial previsto neste Programa do Governo. Portanto, aqui há também uma integração.

No que diz respeito ao combate às térmitas, sim, sei o que se passa. A Direção Regional do Ambiente tem executado diversos projetos dos quais se destaca a formação e certificação a vários técnicos nesta área.

Neste momento temos em execução os seguintes projetos:

- Um plano de recolha e informação do controlo das espécies térmitas subterrâneas na Ilha Terceira e no Faial;
- A monitorização das térmitas da madeira seca no arquipélago todo, concretamente na Ilha Terceira, São Miguel, São Jorge, Faial, Pico e Santa Maria e,
- Está em fase de elaboração, pela Universidade dos Açores, um plano de controle e erradicação das térmitas da madeira seca nos Açores para os próximos anos.

Há aqui medidas que vão ser feitas de forma diferente.

Em ilhas mais pequenas vamos conseguir ter ações específicas que nos permitem, pelo menos temos essa perspetiva, eliminar os focos concretos.

Temos problemas mais graves com os centros históricos, quer de Angra, quer de Ponta Delgada, onde aqui as soluções vão ter que ter também a intervenção

das autarquias, porque são casos bastante mais problemáticos. Sim, estamos atentos, estamos a trabalhar, e vamos fazer para poder resolver isso da melhor forma.

Relativamente à Deputada Bárbara, agradeço também a questão que é colocada relativamente à gestão de resíduos, porque é efetivamente uma questão que nos preocupa bastante.

Temos um Plano Estratégico de Prevenção dos Resíduos nos Açores, que está em vigor desde março de 2006, e que tem tido resultados bastante satisfatórios.

Já selámos os aterros e lixeiras em praticamente todas as ilhas.

Sabemos que nas Flores há esta questão da tela que vai ser resolvida. É um problema do fornecimento que já foi identificado, e, portanto, vai ter uma resolução a curto prazo seguramente.

Encerrámos também os aterros e as lixeiras na Graciosa (dois), em Santa Maria, no Corvo está a decorrer, no Pico também está praticamente resolvido. Faial e São Jorge estão em fase de contratação.

Em São Miguel e na Terceira, como é sabido, estas questões estão a cargo das Associações de Municípios, nas quais nós não podemos intervir diretamente, mas colaboramos e temos procurado ter um papel ativo nesta matéria, porque efetivamente não faz sentido hoje mantermos os aterros tal como eles estavam.

Uma nota especial relativamente à valorização de resíduos que temos tido.

Nós crescemos 30% na valorização de embalagens, no último período, o que também mostra o empenho do Governo dos Açores nesta matéria.

Uma curiosidade: esta questão da eliminação dos sacos plásticos nas principais superfícies comerciais, de acordo com dados que não são oficiais, mas recolhidos junto das duas principais superfícies de São Miguel, permitiram uma redução de sacos na ordem dos 5 milhões, só no período de implementação, o que significa imenso para a Região.

É este o caminho que vamos continuar a tentar percorrer em prol do ambiente, do turismo, conciliado com o setor da energia.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Apenas uma questão muito simples, penso eu, relativamente aos apoios desportivos para a palavra “Açores”.

Está escrito no vosso Programa do Governo que a maior percentagem de atletas federados da Região encontra-se no sexo feminino com 29.68%, ou seja, 6.781 mulheres.

Na última época desportiva foi concedida às equipas femininas, a participarem em provas nacionais, apenas 3.9% do valor total dos apoios atribuídos para promoção turística.

O que eu gostaria de saber é como é que o Governo pretende resolver esta discriminação na concessão de apoios às equipas femininas relativamente às equipas masculinas?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Tendo em conta que sou nova nestas andanças tinha uma outra interpretação do que seria a oposição. Todavia preocupa-me um bocadinho que esta oposição

não reconheça a autonomia que tem em encontrar novas formas de fazer oposição.

Os mais novos com certeza vão lembrar-se de uma música que se chama “Follow the leader, leader”. Efetivamente é o que sucede aqui.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Respeito! Respeito!

A Oradora: Então, eu relembro que existe uma autonomia e que podem pensar pelas vossas próprias cabeças.

Todavia, também relembro, e é importante reforçar, que percebo que é uma forma mais confortável de realçar as perdas, as dificuldades, enfim, os desafios e não os ganhos.

Todavia, eu gosto muito de ouvir os açorianos. Vocês vão perceber isso no futuro.

Eu gosto muito de ouvir os açorianos!

Eu gostaria muito de perguntar à Sra. Secretária o que é que ela tem sentido dos açorianos na área empresarial, nomeadamente de restauração e hotelaria, como é que eles se sentem com os avanços e com os ganhos que temos neste turismo fantástico?

Era só isto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Graças ao Sérgio Monteiro! Lembram-se dele?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, há pouco disse que o balanço relativamente ao anterior mandato já estava feito.

Eu pergunto se neste intervalo regimental, que foram as eleições de 2016, como disse o Sr. Presidente ontem e com alguma graça,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Por acaso não disse isso!

O Orador: ... se tudo o que foi feito para trás...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não foi isso que eu disse. Corrija! Seja sério!

O Orador: ... ficou resolvido?

Então, Sr. Presidente, se não foi isso que disse, eu depois vou perceber o que é que disse. Peço desculpa se não foi,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Já devia ter percebido!

O Orador: ... mas falou num intervalo regimental, efetivamente.

Sra. Secretária, eu apenas me cingi às questões que achava absolutamente essenciais em termos de segurança das populações, mas não me interprete mal,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque se for para falar em outras coisas que não foram feitas no mandato anterior, nós íamos por aqui abaixo com uma série de programas – “Eu, Ambiente”, "Visitor's payback", Programa "DesSusZoom", o Programa Açores 2030,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sabe o que é?

O Orador: ... Programa “Anti-Invasora” – quer dizer, a gente nunca mais acabava.

Eu apenas perguntei aqueles que considerava ser mais importantes, daí achar que não é por termos tido eleições e este ser um novo mandato (porque vocês estão no Governo há 20 anos) que devem desresponsabilizar-se daquilo que tinha sido prometido no passado.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aparentemente este debate e esta interpelação à Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo aproxima-se do fim e acho que há um problema de natureza ambiental nesta Região que não pode deixar de ser trazido a este debate...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a Fajã do Calhau!

A Oradora: Não é a Fajã do Calhau, mas podia ser, Sr. Deputado. Até podia fazer-me companhia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faço, Sra. Deputada, faço!

A Oradora: ... até para perceber qual é a sensibilidade desta nova tutela, e, portanto, da Sra. Secretária Regional, face à questão das incineradoras.

Depois das trapalhadas a que nós assistimos, Sra. Secretária Regional, no que diz respeito às incineradoras, e tendo bem consciência de que a decisão não é desta câmara, não é sua, mas esta câmara, nomeadamente o Governo, o anterior Governo, e outros membros do Partido Socialista e da bancada do Partido Socialista, sempre se manifestaram nesta câmara a favor da incineração como resolução para os resíduos da nossa Região; mesmo sabendo que não é uma

responsabilidade direta sua, a senhora, como Secretária Regional do Ambiente, tem que ter um posicionamento face a esta situação.

Dizia eu:

Face às imensas trapalhadas de mau gosto, de interpretações muito pouco rigorosas e que deixam várias suspeições no ar que não dignificam ninguém, nenhum dos intervenientes;

Face a uma incineradora que está a custar milhões, milhões e milhões e que já se dá ao luxo de aceitar e pagar lixo a 25 euros, quando a Madeira diz que seria 80 (o desespero é tão grande, Sra. Secretária, que até já a 25 euros “mandem-nos lixo, por favor, que nós precisamos de lixo”);

Face a esta situação, enfim, surreal, o que lhe pergunto é: qual a sua posição? O que é que a senhora pensa sobre esta matéria? Vai ou não vai o Governo dar uma mãozinha a esta situação, pôr ordem na casa e dizer “vamos recomeçar, vamos repensar, vamos sobretudo pôr fim neste momento a um processo que é tudo menos transparente”?

Estou a referir-me concretamente à incineradora prevista para São Miguel, que é tudo menos transparente, que é tudo menos uma marca de uma governação e de uma decisão democrática.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Muito rapidamente. Eu não era para intervir mais nesta face, e não vou colocar nenhuma questão à Sra. Secretária, mas vou dar a nossa posição, que a Sra. Deputada já sabe, e sem ter a pretensão de mudar a sua ideia sobre esta questão,

vou voltar a reiterar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto a este processo de incineração.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não lhe perguntei nada, Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Eu estou a falar para a câmara e a dar minha opinião. Posso?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não perguntei a sua opinião!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Não sei se posso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por mim pode!

A Oradora: Obrigada, Sra. Presidente.

É preciso lembrar que este é um processo municipal. A opção por instalar qualquer tipo de tecnologia para tratamento de resíduos é, na Ilha de São Miguel e na Ilha Terceira, um processo municipal. Depende das autarquias e da opção das autarquias.

As unidades de incineração energética são tecnologias que existem no mundo. Podem ser usadas em qualquer parte do mundo.

Se a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel decidir que esta é a melhor opção para o tratamento dos resíduos naquela ilha, é isso que irá fazer certamente.

Neste caso toda a gente sabe, toda a gente ouve notícias e vê os telejornais, que a Associação de Municípios está em fase de revisão, em fase de análise ou reapreciação deste processo.

Deixemos a Associação de Municípios decidir o que acha que é o melhor para si.

No entanto, eu devo lembrar que isto não é um processo de incineração, de queima simples de resíduos. É um processo de valorização energética dos resíduos e a diferença da incineração para a valorização energética dos resíduos

é que a incineração queima única e simplesmente os resíduos e a valorização energética produz energia que é injetada na rede e que vai contribuir, também ela, para a diminuição da nossa fatura energética da Região.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente a esta questão, sem querer colocar-lhe nenhuma questão, porque não é a Sra. Deputada que está a ser interpelada, gostaria de deixar aqui à câmara para saber o que é que é melhor: ter uma unidade de valorização energética que injeta realmente energia para a rede elétrica e que diminui, como já disse, a nossa fatura energética, ou continuar a ter aterros sanitários que podem ter problemas aos longos dos anos, cujas telas podem ter fissuras, e podem simplesmente continuar a contaminar aquíferos basais que vão ser usados para abastecimento público da nossa população?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta também é uma questão que gostaria de ver esclarecida, certamente não hoje, mas de futuro por parte do Bloco de Esquerda.

Obrigada, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Muito brevemente, e começando por responder à Sra. Deputada Mónica Oliveira, porque é a pergunta mais fácil, de facto. Marca uma época. Os nossos empresários na área do turismo estão muito satisfeitos, estamos todos muito satisfeitos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Todos...

A Oradora: Mas como foi dito, não nos vamos deslumbrar pelos números que temos hoje. Temos muito, muito para fazer e vamos fazê-lo, porque queremos consolidar este crescimento e é essa a nossa missão.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao Sr. Deputado Alonso Miguel, podíamos discutir muito efetivamente do que foi feito e do que não foi feito. É verdade, e seguramente algumas coisas que não foram feitas também têm as suas razões, mas achamos que nos devemos concentrar no Programa do Governo e naquilo que nos estamos a propor neste momento fazer.

À Sra. Deputada Zuraída Soares, efetivamente como foi explicado,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não foi explicado nada! A senhora é que tem de explicar!

A Oradora: ... o projeto de valorização energética, vulgo conhecido por incineradoras, é uma matéria da competência da Associação de Municípios, quer em São Miguel, quer na Terceira.

Deputado André Bradford (PS): A Sra. Deputada sabe!

A Oradora: Ao Governo compete não interferir nessa atividade e nas decisões de gestão dos resíduos urbanos desde que os mesmos cumpram as leis que estão estabelecidas. Portanto, essa é a nossa postura relativamente a esse tema.

Obrigada.

Deputados Francisco César e Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas uma interpelação à Mesa. A Sra. Secretária (não sei, se calhar por lapso) esqueceu-se de responder à minha pergunta.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu pergunto então diretamente e responda-me pelo menos a esta pergunta:

Teremos Cartas de Risco a perigos naturais na Região Autónoma dos Açores ou não? Pura e simplesmente!

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha resposta é sim. Teremos! Teremos nesta Legislatura as Cartas de Risco. Elas são essenciais para vários programas que temos em curso. Portanto, sim, teremos! É o nosso compromisso.

Relativamente à Deputada Mónica Seidi, foi efetivamente por esquecimento, mas a pergunta que me coloca eu não tenho resposta para lhe dar. Vamos ter que analisar, de facto, esse dossier.

Portanto, não quero estar a avançar com nada que depois não tenha suporte naquilo que pretendemos fazer.

Numa próxima vinda cá falaremos com muito gosto desse tema.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Pelo menos reconhece...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... que esta discrepância nos apoios, entre o sexo feminino e o sexo masculino, é injusta, ou não?

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... A Sra. Secretária Regional inscreveu-se. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):** Não reconheço, porque não tenho os dados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Apenas por isso.

Não posso reconhecer algo que não tenho. Portanto, não assumo.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Considerando o nosso horário, vamos interromper os trabalhos. Regressamos às 15H00.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa (obrigada pela lembrança) o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos são os seguintes, por grupo:

O Governo Regional dos Açores dispõe de 23 minutos e 38 segundos;

O Partido Socialista de 97 minutos e 18 segundos;

O PSD de 42 minutos e 48 segundos;

O CDS-PP de 9 minutos e 08 segundos;

O Bloco de Esquerda de 2 minutos e 38 segundos;

O PCP de 3 minutos e 50 segundos;

O PPM já esgotou o seu tempo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos. Regressamos às 15H00.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos dar início às intervenções de tribuna.

Ainda dentro do tema da Energia, Ambiente e Turismo, tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção, em tribuna, neste Plenário, gostaria de a saudar, Senhora Presidente da Assembleia e através de si, todos os Deputados recentemente eleitos, desejando que cada um desempenhe o seu mandato com o rigor, o respeito e com a elevação que o cargo merece, pugnando pelo que acreditam ser o melhor para os Açores.

Saudar igualmente o Senhor Presidente do Governo Regional e também através de si, todos os Membros do elenco governativo, desejando as maiores felicidades e sucessos no decorrer deste mandato, em que a adoção de políticas que promovam o crescimento sustentável económica e socialmente seja uma realidade constante.

Permitam-me que prossiga esta intervenção com uma palavra de congratulação, pessoal e também em nome do GPPS, para com a opção de Sua Excelência o Presidente do Governo vertida na orgânica do XII Governo dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: A opção de juntar a Energia, o Ambiente e o Turismo num único departamento governamental não é, meramente, administrativa, mas sim política, pois define um entendimento da Região que assenta numa visão progressista e sustentável quanto ao nosso Futuro.

O PS orgulha-se do passado, mas ambiciona sempre mais.

Este é o nosso ADN. O ADN da maioria do Povo Açoriano.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: E aqui estamos, suportados no voto maioritário do povo, com confiança no trabalho feito e esperança no resultado do trabalho a desenvolver, para continuar a levar os Açores para a frente!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Num Mundo cada vez mais global, as questões ambientais assumem uma importância premente, sendo determinantes para a qualidade de vida das populações.

Em termos globais, muitas são as consequências hoje conhecidos relacionadas com a aplicação de políticas menos sustentáveis, que conduziram a alterações significativas, por exemplo, ao nível do clima, com os efeitos sobejamente conhecidos e que, infelizmente, proliferam em muitas partes do Planeta.

O índice de desempenho de alterações climáticas ocupa Portugal na décima primeira posição entre 58 países industrializados, subindo sete posições relativamente à última avaliação, tal como divulgado esta semana na XXII Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas a decorrer em Marraquexe.

Nos Açores, também queremos dar o nosso contributo ao país.

Apesar da nossa contribuição efetiva para as alterações globais ser muito diminuta, atendendo não só à área das nossas ilhas, mas também pelo facto das nossas atividades económicas se basearem em indústrias com índices de poluição muito baixa, nos Açores têm sido criados instrumentos legislativos que permitem prevenir e antever situações de risco ao nível das alterações climáticas e que pretendem conferir segurança às populações.

Nesse sentido, na anterior legislatura, iniciou-se a elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas, o qual permitirá perspetivar o futuro ao nível de intervenções a realizar a bem da minimização dos efeitos das alterações globais do clima, mitigando as emissões de gases com efeito de estufa e consolidando a adaptação dos Açores para as mudanças climáticas que, quer queiramos quer não, irão afetar a Região.

Depois da definição da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, que estabeleceu linhas gerais e prioridades de atuação da administração regional autónoma nessa matéria e, logo após a aprovação do Plano Regional para as Alterações Climáticas que referi, há que agir de um modo proactivo e prevenir situações de risco.

Para isso, cá estará o PS, cá estará o Grupo Parlamentar e cá estará o Governo dos Açores!

Sobre esta matéria, gostaríamos de lembrar que foi já elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores (PGRIA), que definiu um conjunto de medidas, das quais se destaca: a implementação de um sistema de

monitorização e alerta de cheias, a sensibilização das populações para o risco de ocorrência de inundações e a identificação de intervenções a realizar em diversas ribeiras dos Açores e em infraestruturas hidráulicas.

Esta é, sem dúvida, uma questão que afeta diretamente as pessoas e que o PS considera determinante atuar de um modo efetivo e eficaz.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria, ainda de destacar, neste âmbito, algumas questões associadas à sustentabilidade energética, atendendo ao forte contributo que a adoção de medidas e políticas associadas a este sector, poderão contribuir para a mitigação dos efeitos desse fenómeno global.

Esta é, aliás, em nosso entender, uma área que terá que ter um impulso muito significativo durante a presente legislatura, através da adoção de políticas, medidas e ações que promoverão uma maior eficiência energética da Região.

A substituição de combustíveis fósseis por outro tipo de fonte energética é, sem dúvida, um desafio que queremos e que vamos conseguir vencer!

Há assim que criar mecanismos que promovam a atração de novos projetos que utilizem energias alternativas e que se reflitam em ganhos enérgicos efetivos para os Açores, com a consequente diminuições dos custos associados ao fornecimento de energia e diminuição da produção de gases com efeito de estufa.

Realçar igualmente as propostas previstas no Programa do Governo ao nível da Mobilidade Elétrica, em que se pretende potenciar a utilização de veículos elétricos por parte dos açorianos, de um modo geral, sendo para tal necessário criar-se condições para que o abastecimento dos mesmos seja fácil e acessível a todos.

Também nesse âmbito, o Governo prevê criar incentivos à renovação da frota do sector do turismo – nomeadamente ao nível dos Rent-A-Car, do serviço de Táxi e junto das empresas de animação turística – do transporte coletivo de

passageiros, assim como promover essa renovação nos departamentos do Governo e nas Autarquias Locais, como forma de se incutir segurança às pessoas na utilização desse tipo de veículos.

Refira-se, ainda, a esse propósito as alterações já introduzidas em algumas viaturas destinadas ao corpo de vigilantes da natureza da Região e que despertaram interesse na utilização desses equipamentos por parte da população. E esse é o caminho!

Considera-se igualmente importante, a promoção da eficiência energética nos serviços da administração pública, em escolas ou em hospitais, sendo esta também uma prioridade inscrita no Programa do Governo e que poderá ser determinante para a redução da nossa fatura energética, pretendendo-se reduzir em 30% o consumo de energia global na Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Hoje, mais do que nunca, importa ter em consideração a necessidade de transversalidade das ações e das políticas em todos os departamentos do Governo, de forma a que o conceito global de desenvolvimento sustentável seja, cada vez mais real e que a conciliação entre Ambiente, Economia e Sociedade se verifique em todas as áreas de governação.

Exemplo disso mesmo é a conciliação que tem existido na definição de políticas desenvolvidas, por exemplo, no sector do turismo, que respeitem as componentes ambientais, através da promoção de um turismo ligado à natureza e na divulgação de eventos que potenciem a ligação aos fatores ambientais em presença, associados às nossas paisagens naturais, desportos náuticos e atividades subaquáticas, ou mesmo a potenciação do turismo ornitológico, que na presente legislatura, estamos em crer, terá um aumento substancial, atendendo ao investimento que o Governo dos Açores se propõe desenvolver a esse nível.

Outros exemplos existem ao nível da cultura, da ciência, da tecnologia, da agricultura ou das pescas.

Há, pois, que consolidar esta visão integrada, assim como a articulação de políticas e adoção de medidas entre os vários departamentos do Governo, que nos permita trilhar novos caminhos para a definição de políticas que contemplem transversalmente as áreas do ambiente, da economia e da sociedade, permitindo a implementação de ações claras e concretas, que potenciem a qualidade de vida das gerações vindouras.

É esta a estratégia que globalmente assenta o Programa do Governo apresentado nesta Casa e que reflete, relembre-se, a vontade efetiva da maioria dos Açorianos e Açorianas que, através do voto, escolheram claramente o Partido Socialista para governar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos, as questões associadas à qualidade ambiental têm merecido uma atenção especial por parte dos Governos do Partido Socialista.

- Ao nível da qualidade da água, por exemplo, temos hoje, uma monitorização e uma vigilância completa sobre os recursos hídricos da Região, importante para a qualidade de vida da nossa população.

Pretende-se nesta matéria e ao longo da legislatura, consolidar a gestão sustentável desse recurso, através da aplicação de diversas medidas expressas neste Programa do Governo.

- Ao nível da gestão dos resíduos: temos hoje uma Rede Regional de Centros de Processamento de Resíduos que deve orgulhar todos os Açorianos, que permitem que os resíduos aqui produzidos sejam tratados e valorizados, de acordo com padrões e regras comunitárias.

Mas queremos mais. Ambicionamos mais. E o Programa do Governo, aqui em análise, dá-nos mais!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: - Na Sensibilização Ambiental: o caminho que percorremos foi enorme! Hoje, os Açores, apresentam uma Rede Regional de Ecotecas e Centros de Interpretação, que promovem, em cada uma das nossas 9 lindas ilhas, as nossas paisagens naturais, os nossos trilhos, as nossas singularidades, que sensibilizam as nossas crianças e jovens para a necessidade de se proteger o nosso património natural e para a importância das nossas ações quotidianas.

- Sem esquecer, claro, a Rede de Parques Naturais que hoje temos implementado na Região e que, na legislatura que agora se inicia, o Governo se propõe a dinamizar, criando sinergias entre todos os intervenientes num mesmo espaço.

- O mesmo se pretende para o Parque Marinho dos Açores, em que se revela importante o reforço de medidas de fiscalização, vigilância e monitorização das ações que ocorrem no meio marinho, de forma a que se assegure a sustentabilidade desse recurso.

O caminho é por aqui e vamos continuar a percorrê-lo, sempre, em prol do desenvolvimento dos Açores.

No entanto, sabemos que todas as ações e todas as medidas têm que ser devidamente planeadas, pelo que continuaremos a construir, atualizar, promover e avaliar, o quadro legislativo existente e os instrumentos de gestão territorial necessários a cada área de governação.

Esse é o nosso compromisso!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes são apenas alguns desafios que gostaria de vos deixar; uns em desenvolvimento iniciados na anterior legislatura, outros novos e inovadores, que o XII Governo Regional terá que enfrentar, superar e aplicar, de forma a que a minimização de impactes ambientais causados pelo Homem, seja efetiva.

E não tenhamos ilusões!

Só com muito trabalho, com muita persistência e motivação; só conhecendo a nossa Região, cada cantinho das nossas ilhas; só conhecendo as pessoas, falando com elas todos os dias, contatando, esclarecendo os açorianos, só com muita determinação é que conseguiremos continuar a ter e a incrementar os padrões de qualidade que queremos para os Açores e que são hoje reconhecidos internacionalmente.

Nós, GPPS e o Governo por nós suportado, estamos bem cientes disso e preparados para vencer estes e outros desafios, para conquistar todas as batalhas, para que os nossos filhos possam querer continuar a viver nos Açores, trabalhando a bem destas ilhas, a bem do Povo Açoriano!

Disse!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passamos então à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Senhora Presidente da Assembleia, permita-me que as primeiras palavras desta intervenção sejam para lhe desejar um excelente desempenho nesta nobre missão, desejo extensivo a todas as senhoras e senhores nesta câmara.

Senhora Secretária da Energia, Ambiente e Turismo.

A imagem do turismo nos Açores ficou a ganhar com a elegante figura de Vossa Excelência, acrescida de toda a competência sabedoria e responsabilidade que o Governo lhe reconhece e que acreditamos que lhe seja merecida.

Ser secretária de um sector como o turismo sem ter na sua tutela os transportes, exigirá de Vossa Excelência diplomacia, trabalho de equipa e muita habilidade para efetuar os ajustes urgentes e necessários que os transportes necessitam nesta Região, e que Vossa Excelência já reconheceu serem necessários, sem ficar refém da vontade de terceiros.

Esperamos que uma jovem e dinâmica gestora seja uma lufada de ar fresco no sector do turismo e que seja uma musa inspiradora junto do Senhor Secretário dos Transportes para uma melhor gestão dos mesmos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Os transportes existem sem turismo, mas o turismo dificilmente existe sem transportes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pura poesia!

O Orador: O turismo nos Açores apresentou neste ano os melhores resultados de sempre na Região, superando o record obtido em 2008.

Os Açorianos estão de parabéns, e aguardam que os efeitos deste aumento não seja os mesmos da super lua que apareceu por estes dias e gerou tantas notícias, mas que só voltará a ser notícia daqui a algumas décadas.

É crucial para a economia de todas as ilhas que este Governo seja capaz de manter, aumentar e gerir este sector de forma a que o que foi conquistado este ano prolifere em anos futuros.

O programa do Governo, no sector do turismo é de uma vasta abrangência, elencando assuntos importantes relativos ao turismo, tais como a qualificação, sustentabilidade do destino, uma eficaz promoção e a real eficiência nas acessibilidades.

Pouco ou nada foi deixado de fora, numa ânsia de tudo assinalar sem concretizar quando se pretende atingir metas.

Muitas das medidas aqui apresentadas não são caloiras, mas sim repetentes de há quatro anos atrás, como é o caso da sinalização turística e rodoviária.

E para ser mais concreto na ilha de S. Jorge, há vários anos que a pouca sinalização que havia desapareceu e nunca mais foi repostada. Nas zonas altas como é o caso da serra do Topo e Nortes, em dias de nevoeiro é extremamente perigoso conduzir pela total ausência de sinalética vertical e horizontal.

Se os residentes que são conhecedores das estradas têm dificuldades imaginem os turistas.

Há casos destes um pouco por todas as ilhas.

Em janeiro de 2014, em resposta a um requerimento apresentado por mim nesta casa, fui informado que no segundo semestre desse ano o assunto seria solucionado. Nada foi feito.

Não quero pensar que mais rapidamente chega um turista a Marte do que chega a sinalização turística a S. Jorge.

Depois de quase uma década de decréscimo do número de turistas, marcada por encerramentos de vários hotéis, e despedimentos de muitos funcionários, originando grandes dificuldades para os empresários, felizmente há uma luz de esperança que renasce na indústria do turismo nos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Esperança, sempre a esperança!

O Orador: Depois de anos de teimosa renegação à redução de tarifas, e à vinda das *Low cost* para os Açores,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: ... o Governo Socialista, embora com alguma relutância inicial, converteu-se aos benefícios das companhias de baixo custo e aplaudem efusivamente,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: ... não o Sr. Secretário Sérgio Monteiro, mas aplaudem as *Low cost*! São um bocadinho como os agnósticos que depois vão nas procissões.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Os Açorianos aguardam poder aplaudir também a redução substancial das tarifas inter-ilhas e uma maior e melhor distribuição nos reencaminhamentos, incrementando o turismo em época baixa e proporcionando um melhor equilíbrio da economia no sector em todas as ilhas.

O aumento do número de camas na hotelaria tradicional, bem como no turismo rural e no alojamento local, tem sido notório e muitos são os projetos que se encontram em fase de construção.

No entanto, os empresários estão preocupados com o novo imposto criado pela República para taxar o alojamento local.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Esta é uma séria ameaça ao desenvolvimento do sector e um entrave para a economia dessas pequenas empresas, nomeadamente numa região em que o turismo se encontra numa fase embrionária.

Estamos certos que este Governo encontrará forma de contrariar esta clara medida de austeridade da mesma forma que o fez tão prontamente e incisivamente na legislatura anterior.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O potencial e as belezas naturais desta Região são factos inquestionáveis.

Todos nós concordamos com a importância que este sector tem e poderá representar no futuro da economia desta Região.

Este Governo tem todas as condições para assegurar um desenvolvimento turístico sustentável e duradouro.

Os Açorianos decidiram democraticamente atribuir ao PS a responsabilidade de governar nesta legislatura, bem como ao PSD a responsabilidade de fiscalizar essa governação, e certamente cumprimos todos com as nossas responsabilidades, todos seremos poucos para trabalhar em prol do bem dos Açores.

Disse.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, que gosto em ouvi-lo falar em turismo neste Parlamento.

Não é que já não o tivesse feito anteriormente, mas é a primeira vez que o faz desta maneira.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Tendo alguma memória neste Parlamento, eu lembro-me da anterior discussão do Programa do Governo. E o que diziam as Sras. e os Srs. Deputados (alguns deles já cá não estão)?

Diziam que o rumo do turismo era o rumo da calamidade,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o que é que o senhor dizia acerca do transporte aéreo? Diga lá!

O Orador: ... do desemprego,...

Deputado Bruno Belo (PSD): E o que é que o senhor dizia?!

O Orador: ... da total irracionalidade no crescimento do turismo da Região.

Pela primeira vez eu vejo aqui reconhecer que o caminho do turismo levado a cabo por este Governo foi um bom caminho, com resultados em todas as áreas.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que verificamos na sua intervenção é que a sua preocupação já não é com o custo das passagens, já não é com a forma como está organizada a hotelaria. É, sim, imagine-se, com a sinalização.

Deputado Bruno Belo (PSD): O que é que o Sérgio Monteiro disse?

O Orador: Pois bem, Sr. Deputado. Deixe que lhe diga que uma das nossas prioridades será com certeza também a resolução da sinalização.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! É ponto de honra!

Deputado Bruno Belo (PSD): Por acaso é a mesma do Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo. Por acaso é um dos vossos discípulos. Para a Câmara Municipal de Angra a única prioridade é a sinalização!

O Orador: E ainda bem que assim é, porque quer dizer que resolvemos o maior, ou um dos maiores, problemas que tínhamos, que era também o problema dos transportes. Mas não só! Trabalhámos na qualificação do setor, trabalhámos para conseguir que o setor trabalhasse, em conjunto com o Governo dos Açores, para apresentar um produto mais qualificado, mais único, mais adequado àquilo que devemos vender.

Agora, este é um PSD que finalmente vem reconhecer o trabalho que foi feito.

Eu bem percebo ainda a necessidade...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Trabalho que foi feito pelo Secretário de Estado Sérgio Monteiro!

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Seja sério!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente seja sério!

O Orador: Sr. Deputado, vamos então falar de transportes e de liberalização, que os senhores tanto se preocupam, porque uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade.

Os senhores, por diversas vezes, vieram acusar esta bancada de ser contra a liberação...

Deputados Luís Rendeiro e Bruno Belo (PSD): O senhor!

O Orador: ... e eu próprio ser contra a liberalização.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Pois, então vamos falar verdade...

Deputado Bruno Belo (PSD): A sua verdade. O senhor tem uma verdade que é só sua!

O Orador: ... e vamos saber o que é que cada um defendia a determinada altura.

O que é que o Partido Socialista defendia, e este Governo defendia, sobre a questão dos transportes aéreos para os Açores?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Modelo fechado!

O Orador: Vamos ser claros:

O PS defendia, e eu próprio defendi nesta câmara e em declarações para a comunicação social, e até nas minhas redes sociais...

Deputado Bruno Belo (PSD): Suas!... O senhor agora disse tudo!

O Orador: ... porque eu não as escondo, ao contrário de muitos dos senhores que aqui estão, um modelo que garantisse, em primeiro lugar, melhoria das acessibilidades dos residentes e, em segundo lugar, a melhoria de acessibilidade dos turistas a esta Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas nunca a liberalização!

O Orador: Eu disse e repito aqui: eu fui...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor era contra a liberalização!

O Orador: ... e sou contra a liberalização do transporte aéreo tal como ela aconteceu na Madeira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é um acrescento! Um acrescento!...

Deputado Bruno Belo (PSD): Por isso é que obrigou os açorianos a pagar mais durante muitos anos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sabe que mais?

A Madeira também era! A Madeira também é! Porque foi a próprio Região Autónoma da Madeira que pediu para alterar, e já na altura o fazia, o seu regime de liberalização. E sabe porquê?

Porque na Madeira, o resultado da liberalização dos transportes aéreos, foi a diminuição do número de passageiros. Só há cerca de dois anos é que eles tiveram mais passageiros do que tinham antes da liberalização do espaço aéreo. Nós apenas aceitamos a liberalização a partir do momento que ela garantisse uma única coisa, a proteção dos residentes e a garantia dos Açores enquanto um arquipélago de destino único.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga lá quem é que estava no Governo da República!

O Orador: Esclarecida que está a minha posição e a posição desta câmara sobre o assunto, vamos então saber o que é que defendia o PSD sobre o assunto.

Deputado André Bradford (PS): Se calhar é melhor não!

O Orador: Dizia-me ontem, em aparte, o Deputado Duarte Freitas, “fui eu, com a minha mão, que escrevi a maior parte do Programa do PSD de Berta Cabral”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi bem assim!

O Orador: Bom, então vamos saber o que defendia o PSD de Duarte Freitas e na altura do Deputado Jorge Macedo?

Deputado José San-Bento (PS): O Gabinete de Estudos!

O Orador: Durante muito tempo defendeu a liberalização pura do espaço aéreo. Eu tive inúmeros debates aqui com isto.

Deputado André Branford (PS): Há quem lhe chame “selfie”!

O Orador: A outra altura, durante as eleições, Berta Cabral afirmou o seguinte: Existem fundos comunitários que podem ser acrescentados a uma subvenção pública, o chamado POSEI Transportes, para melhorar o modelo que então existia de transportes aéreos.

Ou seja, o que o PSD achava era que o modelo de transportes aéreos que vigorava então, devia ser acrescido do subsídio estatal a um subsídio da União Europeia chamado POSEI Transportes. Esse programa era feito com a mão de Duarte Freitas.

Passado um mês, em desespero, faltava pouco tempo para as eleições, o que é que dizia então Berta Cabral?

Se isto não for possível (aposto que terá sido uma nota do então líder parlamentar e diretor do Gabinete de Estudos),...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma opção orçamental!

O Orador: ... estou disponível a utilizar cerca de 1% do orçamento da Região (repite: 1% do Orçamento dos Açores!) para subsidiar o atual modelo.

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Mais uma vez dinheiro para cima dos problemas!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qualquer uma era melhor que a sua!

Deputado André Branford (PS): Era tão boa que já a abandonaram!

O Orador: Então, o PSD que veio até agora dizer que o PS é que mudou de posição...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sérgio Monteiro!

O Orador: ... aquilo que verificamos é que o PSD não teve uma posição, não teve duas posições, não teve três posições. Não! Teve quatro! As três anteriores e aquela que inventou depois de criarmos o modelo de transporte aéreo.

Deputado André Branford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, bem-vindo ao clube dos resultados. Nós tivemos resultados. Parte se deve ao nosso Governo, ao Secretário Regional Vitor Fraga, parte se deve também ao Governo da República que trabalhou connosco, mas deve-se sobretudo às açorianas e açorianos que acreditaram neste projeto de desenvolvimento para os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, eu estou de deveras impressionado com a sua capacidade de dizer o mesmo e o seu contrário com a mesma convicção e entusiasmo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Há poucos anos dizia efusivamente que as *Low cost* nos Açores seriam uma catástrofe...

Deputado Francisco César (PS): No modelo de liberação proposto!

O Orador: ... e agora aplaude efusivamente as mesmas *Low cost*.

O senhor está a perder-se aqui, no Parlamento!

Eu, com esse talento, arriscaria uma carreira no teatro nacional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Só que tem que estudar um bocadinho os papéis, porque tem um problema de falta de memória.

Já agora, eu diria também que será importante não se esquecerem do ajustamento dos tarifários a nível regional, porque a verdade é que se tivemos uma baixa drástica nos preços do Continente para os Açores, a nível regional ainda há um grande trabalho a fazer.

De qualquer forma eu diria que esta Região já perdeu tempo e dinheiro de mais com experiências no turismo. Está na hora de gerir bem os recursos que temos,...

Deputado Francisco César (PS): Vinte por cento de baixa no inter-ilhas!

O Orador: ... pois como dizia o filósofo grego pré-socrático, “a mesma água nunca passa duas vezes debaixo da mesma ponte”.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passemos então à última intervenção de tribuna. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo do XII Governo dos Açores, em análise e debate nesta casa reconhece, por um lado, o percurso e o trabalho realizado no setor do Turismo na Região Autónoma dos Açores, e por outro, identifica os desafios do presente e do futuro deste setor, definindo objetivos estratégicos e medidas para a concretização e a obtenção dos resultados que todos nós desejamos e procuramos, o de reforçar o peso do Turismo na economia dos Açores, reforçar a sua capacidade de gerar emprego e riqueza na nossa Região.

Analisando os recentes resultados conhecidos do Turismo dos Açores, em franco crescimento e desenvolvimento, em que o ano de 2015 foi o melhor ano de sempre do Turismo dos Açores, e os resultados conhecidos do ano de 2016, onde se constata um crescimento de 20,9% nas dormidas e um crescimento de 30,5% nos proveitos totais, tudo isto face ao período homólogo ao melhor ano de sempre, poder-se-ia esperar uma atitude do Governo e do Partido Socialista de contemplação do trabalho realizado e dos resultados obtidos.

É certo que essa análise é importante para futuras tomadas de decisão. Mas não, não estamos aqui para contemplar o passado! Estamos aqui sobretudo disponíveis para trabalhar o presente e garantir o futuro, em reforçar, corrigir e inovar no trabalho desenvolvido que permita enfrentar os desafios com que o Turismo dos Açores ainda está confrontado.

É neste sentido que o programa do Governo define a qualificação do destino, a sustentabilidade do destino, a eficácia da promoção e a eficiência nas acessibilidades, como objetivos estratégicos que enquadram as políticas que visam o desenvolvimento turístico do Destino Açores.

Com o objetivo de incrementar a notoriedade do Destino nos mercados emissores, o Programa de Governo propõe apostar na comunicação e no

marketing, utilizando os diferentes meios ao dispor, desde os mais tradicionais aos novos media, diversificando ao mesmo tempo os canais comerciais.

Para a concretização deste objetivo propõe implementar o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, criar o Plano de Comunicação do Turismo dos Açores, e desenvolver uma política de animação que privilegie os eventos que apresentem efetivo retorno promocional ou gerador de fluxos turístico.

Propõe, de igual modo, manter a realização de eventos âncora, em todas as ilhas do arquipélago, em especial os de cariz de natureza que têm levado os Açores a grandes níveis de notoriedade internacional nos últimos anos, e desenvolver um programa de intercâmbio e formação com a Diáspora Açoriana fazendo com que as comunidades estejam cada vez mais preparadas para promover de forma concertada o turismo dos Açores nos países onde residem.

Estas são algumas das medidas propostas que pretendem responder ao desafio da promoção dos Açores nos mercados emissores e a criação de notoriedade para o Destino, sendo certo que a qualidade e a identidade do destino Açores têm sido sucessivamente reconhecidas pelos muitos e importantes prémios e distinções que a Região tem recebido nos últimos anos, principalmente em matéria de preservação ambiental, como o Quality Coast Platinum Award.

Com o objetivo de garantir uma permanente qualificação do Destino Açores, o presente Programa de Governo, define como prioritário apostar na qualificação e na inovação em permanência dos produtos e dos serviços de modo a garantir a consolidação de uma oferta diferenciada e exclusiva para o turista em todas as componentes que devem compor aquilo que é o Destino Açores.

Neste sentido e para concretizar este objetivo, apresenta um conjunto de medidas que pretendem alcançar a qualificação dos nossos recursos humanos, através da formação e qualificação dos profissionais, medidas que pretendem alcançar a qualificação das nossas empresas e dos seus serviços, e alcançar a

qualificação dos nossos produtos, promovendo e reforçando os Açores como Destino de Natureza, complementado e diferenciado com as especificidades dos produtos de cada uma das nossas nove ilhas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com o objetivo de garantir a sustentabilidade do Destino Açores, o Programa de Governo propõe promover a sustentabilidade da atividade turística seja na vertente ambiental, energética, económica, laboral e, também na sustentabilidade dos fluxos turísticos.

Para alcançar este objetivo propõe apoiar novos projetos ou requalificar infraestruturas que diminuam a pegada ecológica, promovendo a utilização de equipamentos mais eficientes, melhorando a sua gestão energética.

Propõe criar programas de incentivo à diminuição da sazonalidade na empregabilidade do sector, e incentivar projetos que visem o combate à sazonalidade e que procurem a qualificação da oferta.

Ainda para a obtenção deste objetivo, o programa propõe monitorizar e regular a utilização dos recursos naturais partilhados e estabelecer níveis de capacidade de carga nos principais pontos de interesse turístico.

Estas são algumas das medidas propostas que pretendem responder ao desafio de manter no turismo dos Açores uma visão de desenvolvimento sustentável, que garanta sustentabilidade ambiental e energética da nossa Região, que promova a redução da sazonalidade, e que por essa via garanta a viabilidade económica das nossas empresas e a sustentabilidade social, promovendo assim um ambiente socioeconómico mais favorável para a distribuição dos resultados obtidos no turismo por todos os intervenientes.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Com o objetivo de garantir a eficiência nas Acessibilidades, o Programa de Governo propõe garantir a fiabilidade e sustentabilidade das

acessibilidades, externas e internas enquanto elemento fundamental e essencial para o crescimento do sector turístico num Destino como os Açores, nomeadamente através da monitorização permanente da prestação do serviço público de transportes aéreos entre a Região e o exterior, e entre as nove ilhas.

Deputados José Ávila e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Durante a legislatura anterior o Governo dos Açores do Partido Socialista assegurou um novo regime de acessibilidades aéreas de e para a Região, sendo este novo regime um marco de uma nova dinâmica na acessibilidade e mobilidade nos Açores.

Foi igualmente implementado um novo modelo de obrigações de serviço público inter-ilhas que, além de assegurar novos modelos de mobilidade e assegurar a maior redução de sempre das tarifas inter-ilhas, potenciou os ganhos do modelo de serviço público das ligações ao exterior, servindo melhor, por essa via, o setor do Turismo em todas as ilhas.

Aqui, no âmbito das acessibilidades seria injusto não realçar o papel fundamental e estratégico da nossa companhia aérea, a SATA, que quer nas ligações inter-ilhas, quer na captação de fluxos turísticos no exterior, nos mercados prioritários, foi fundamental para que hoje tenhamos o setor do Turismo que todos elogiam.

É importante realçar a melhoria do seu serviço, a aposta e expansão no mercado Norte-americano, contribuindo para a redução da dependência do mercado nacional, e que fez com que o mercado dos EUA já seja o segundo país em número de dormidas, atrás do mercado Alemão.

Hoje, como no passado, a SATA continuará acima de tudo, ao serviço dos Açorianos e da sua economia!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O presente Programa de Governo propõe a concretização de um conjunto de medidas com vista a qualificação e desenvolvimento sustentável do turismo, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento do turismo como ferramenta de dinamização da economia regional em todas as nossas ilhas.

O desenvolvimento do Turismo e o seu crescimento só será bom, se for bom para os Açorianos, se criar valor, se criar postos de trabalho e se melhorar a qualidade de vida dos Açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Daí que o Partido Socialista defenda uma avaliação e monitorização constante do setor do Turismo nos Açores, com o intuito de garantir a melhoria permanente deste setor, permitindo que as entidades públicas e privadas possam ir adaptando as suas respostas, as suas decisões, os seus investimentos, num trabalho conjunto de garantir o futuro do Turismo nos Açores.

Queremos garantir o futuro do Turismo, o seu crescimento económico, a criação de postos de trabalho, numa visão complementar das nossas ilhas, apostando nas especificidades de cada uma.

O Partido Socialista estará aqui responsabilmente, atento, disponível para o diálogo, para o debate e para a concertação de posições e visões estratégicas, acima de tudo disponível para o trabalhar pelo futuro dos Açores.

Disse.

Deputado André Bradford (PS) e Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não há. Sendo assim vamos então continuar os nossos trabalhos e o debate do Programa do Governo. Neste caso passo a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(A Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com especial gosto que regresso a esta tribuna 16 anos depois, nesta Casa Mãe da Autonomia.

Saúdo, por isso, de forma especial a Senhora Presidente e cumprimento de forma amiga todas as Senhoras e Senhores Deputados, desejando que nestes próximos quatro anos, com o contributo de todos nós, a Região continue a crescer e a modernizar-se, para o bem de todos os que cá vivem e de todos aqueles que cada vez mais nos visitam.

Saúdo também, de forma particular, todas as mulheres e todos os homens, que todos os dias, faça sol ou chuva, trabalham pelo sucesso da Agricultura nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao tutelar as pastas da Agricultura e das Florestas, faço-o com a plena consciência da responsabilidade que assumi, mas também reconhecendo, com humildade, algumas fragilidades que afetam o setor.

Faço-o também com a ambição de que queremos vencer os importantes desafios que se colocam à Agricultura, na certeza de que continua a ser uma prioridade deste XII Governo dos Açores.

Podem os agricultores, as associações e todos os agentes das fileiras produtivas contar com a determinação e empenho de toda a equipa da Agricultura e Florestas para, com este Programa do Governo, contribuímos para a melhoria do rendimento dos agricultores e para o reforço da competitividade de toda a fileira.

A agropecuária é a principal atividade económica desenvolvida na Região e aquela que, através da sua dinâmica exportadora, mais contribui para a sustentabilidade e crescimento económico dos Açores.

Daí que querer que o setor cresça, em inovação, na diversificação e valorização dos produtos e, em consequência, em vendas e penetrando em novos mercados, é absolutamente necessário.

Na verdade, o setor demonstra, e demonstrou sempre, capacidade de adaptação e evolução na busca da estabilidade na produção, através do investimento na modernização das suas estruturas produtivas, apesar dos constrangimentos que os mercados e as políticas europeias nos trouxeram.

Importa, por isso, salientar que, apesar destes constrangimentos, os agricultores e a agroindústria têm respondido de forma muito positiva, aproveitando os apoios que são disponibilizados no âmbito do PRORURAL+, demonstrando assim confiança no setor agropecuário dos Açores, mas também capacidade empreendedora.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As explorações agrícolas estão em falência técnica!

O Orador: Face a isso, o Programa do XII Governo dos Açores pretende dar novas respostas aos novos desafios do setor, incrementando e intensificando o bom trabalho feito nos últimos anos.

É importante consolidar uma política integrada para a redução dos custos de produção agrícola, conjugando as políticas públicas de apoios e incentivos aos agricultores e melhoramento de infraestruturas com uma gestão mais eficiente das explorações agrícolas.

Comprometemo-nos ainda, contando para isso com as organizações de produtores e a indústria, a intensificar a defesa das especificidades do setor agrícola dos Açores junto da União Europeia para uma melhor adaptação das medidas da PAC às características e constrangimentos particulares da agricultura açoriana.

Procederemos à avaliação e atualização do PRORURAL+, do POSEI e de outros instrumentos de política agrícola em função das necessidades evolutivas do setor.

Vamos continuar a apostar na obtenção de mais e melhores competências por parte dos ativos das diversas fileiras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A produção de leite é a mais importante fileira da agropecuária açoriana, sendo geradora de riqueza a montante e a jusante do produtor.

Contudo, é imperativo acrescentar mais valor aos produtos, gerar mais receita e contribuir para a reposição do rendimento dos produtores.

Como bem sabemos, os desafios que o setor enfrenta não radicam na produção, que soube sempre responder às solicitações da qualidade e da quantidade do leite, mas sim nos constrangimentos que se verificam ao nível do escoamento nos mercados.

Sem nunca perder o foco das verdadeiras razões, o Governo dos Açores tem desenvolvido, e vai continuar a desenvolver, todos os esforços, interna e externamente, para que o setor leiteiro possa ultrapassar esta conjuntura desfavorável.

Vamos, por isso, potenciar e promover a qualidade da nossa matéria-prima e dos nossos produtos, evidenciando o seu modo de produção e as garantias sanitárias que lhe estão associadas e reconhecidas pelo estatuto da sanidade animal alcançado pela Região, sendo a Marca Açores uma distinta referência para atingir estes objetivos.

O caminho passa por se acrescentar valor à fileira do leite.

Para este propósito, o Centro Açoriano de Leite e Laticínios tem um papel preponderante na definição das estratégias que visem campanhas de promoção e divulgação do consumo do leite e laticínios dos Açores, bem como estimular a indústria a incrementar processos de investigação, inovação e valorização dos seus produtos.

Nos Açores, a produção da carne é também expressiva.

O investimento já realizado e em curso na rede regional de abate, a par dos mecanismos de apoio ao abrigo do POSEI, impulsionaram este setor para novos níveis de competitividade, estimulando os abates na Região e a exportação de carcaças e de carne embalada.

Durante a presente legislatura, a rede regional de abate ficará concluída e requalificada, dotando, assim, a Região de uma rede de abate modernizada e com capacidade de resposta às exigências cada vez maiores do mercado consumidor.

Vamos trabalhar para criar um modelo de ação para esta fileira que envolva os diferentes parceiros, visando uma estratégia mais global e orientada para o futuro.

Queremos dar primazia e continuidade a outras medidas, tais como o processo de implementação da Marca Açores ou o da certificação da Carne dos Açores.

No capítulo da sanidade, pretendemos continuar a subir o nosso patamar, reforçando ainda mais a imagem da Região como uma referência a nível internacional.

Nas áreas da diversificação agrícola, como a produção de hortofrutícolas e florícolas, a Região tem progredido de modo assinalável, verificando-se um aumento do número de produtores e da área cultivada.

Apesar da redução já visível das importações nesta área, o facto é que as exigências atuais dos consumidores implicam que os agricultores ganhem cada vez mais competências para tornarem as suas explorações cada vez mais rentáveis e competitivas.

Trabalharemos para promover o crescimento do consumo interno de produtos regionais, valorizando a sua qualidade e apoiando as iniciativas de diversificação das produções, de acordo com o potencial endógeno de cada ilha. O vinho dos Açores, até há bem pouco tempo, não tinha qualquer reconhecimento além-fronteiras e a exportação não tinha qualquer expressão. Com enologia de qualidade e visão, a exportação vitivinícola arrancou nos últimos anos de forma consistente, com um potencial de exportação para 20 países.

Os incentivos à recuperação de vinhas foram extremamente importantes, prevendo-se que a área em produção deverá atingir em 2020 cerca de 500 hectares.

O Governo dos Açores vai prosseguir o desenvolvimento da fileira da vinha e da produção de vinho nos Açores, reforçando a sua notoriedade nacional e internacional.

No domínio dos caminhos agrícolas, abastecimento de água e eletrificação, muito já foi feito, mas temos a convicção que ainda há muito para fazer, daí o nosso propósito em manter a qualificação das infraestruturas de apoio às explorações agrícolas, que beneficiará agricultores em toda a Região.

É fundamental dar continuidade a medidas de apoio e fomento do emparcelamento, reestruturação fundiária e rejuvenescimento agrícola, na

certeza que o aumento e concentração das áreas das explorações são determinantes para a melhoria do rendimento.

O Programa do Governo dos Açores no domínio das Florestas está alinhado com a Estratégia Florestal dos Açores e direcionado para o desenvolvimento do setor florestal na Região que seja capaz de criar riqueza.

É, assim, fundamental reforçar a componente económica da fileira florestal, através da promoção de uma gestão que vise a valorização dos produtos da floresta e o aumento da competitividade do setor na Região, com recurso à conquista de novos mercados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de terminar, gostaria de deixar uma palavra para relevar a importância que para nós têm as organizações de produtores do setor e para reafirmar o nosso empenho na cooperação, na busca de soluções para a criação de valor e aumento de rendimento de toda a fileira agrícola.

Gostaria ainda de reafirmar a disponibilidade do Governo Regional em conjugar esforços e sinergias com o Poder Local para melhorarmos as acessibilidades e o abastecimento de água e, desta forma, facilitar a vida a quem todos os dias trabalha para o crescimento e valorização da atividade agrícola.

Da nossa parte, contem com o nosso inconformismo e com a nossa vontade de fazer sempre mais e melhor por um setor de enorme importância económica e social nos Açores.

Contem também com a nossa motivação e disponibilidade para trabalharmos próximo dos agricultores e das suas organizações, na defesa do setor com vista a acrescentar valor e ao seu sucesso.

É isso que os Açorianos esperam de nós.

Foi também por isso que renovaram a sua confiança em nós.

É com este sentimento de confiança, mas também com muita esperança num futuro melhor para a Agricultura, que vamos arregaçar as mangas e trabalhar com os Açorianos pelo sucesso dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao iniciarmos esta legislatura permitam-me que saúde e felicite a Sra. Presidente da Assembleia e lhe deseje as maiores felicidades no desempenho das suas funções, bem como a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Saúdo e felicito também o Sr. Presidente do Governo dos Açores, bem como as Sras. e Srs. Membros do Governo, desejo as maiores felicidades e os maiores sucessos, no desempenho das vossas funções.

A agricultura é um dos pilares fundamentais da economia regional, relevando uma evolução positiva particularmente no período de 1996 a 2013, quer em termos quantitativos, quer qualitativos.

Com cerca de 8 300 explorações pecuárias, com o número de animais a rondar os 265 mil e uma superfície aproximadamente de 130 mil hectares, as atividades primárias do setor agropecuário representam na Região cerca de 10% do PIB, o que é bem revelador da importância do setor na nossa economia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A produção agrícola nos Açores está fortemente vocacionada para a produção de leite e de carne.

No setor da carne há a destacar a grande evolução verificada nos últimos anos, nomeadamente no apuramento da genética e na grande transformação da exportação de animais em vivo para expedição de carcaças.

A exportação de gado bovino abatido nos Açores registou nos últimos sete anos um crescimento de 79.6%, tendo atingido 7000.2 toneladas em 2015, o que representa um aumento significativo relativamente às 4 000 toneladas registadas em 2008.

No mesmo período expедиu-se em vivo menos 22 511 animais, o que corresponde a uma diminuição de 70%.

Esta evolução é bem demonstrativa do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no esforço conjunto entre o Governo dos Açores, a indústria, as empresas do setor, as associações de produtores e os produtores.

Ao analisar o programa do XII Governo dos Açores, agora em discussão, posso constatar que no que respeita à agricultura o Governo pretende levar a cabo um conjunto de objetivos e medidas que têm como propósito acrescentar valor à fileira do leite, melhorar a competitividade das explorações de carne, diversificação produtiva, substituir as importações em condições competitivas e acrescentar valor às produções tradicionais, entre outros objetivos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, Sr. Secretário, e atendendo ao pouco tempo que tem para me responder, tinha aqui três ou quatro questões, mas colocava-lhe apenas uma que acho que é fundamental para que esclareça aqui esta câmara.

Eu perguntava-lhe quais as medidas no que se refere à situação sanitária da Região, designadamente no que respeita às doenças de declaração obrigatória?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida.

Sr. Secretário, ouvi atentamente a sua intervenção. Obviamente que a fileira do leite é claramente a fileira mais importante em toda a agricultura açoriana.

No entanto, existem ilhas onde a fileira da carne já tem uma especificidade muito significativa e apenas o ouvi referir-se à fileira da carne uma única vez e para dizer que a estratégia do Governo é uma estratégia global e virada para o futuro.

Deputado Manuel Pereira (PS): Leia o Programa!

O Orador: O que é a estratégia global e virada para o futuro? Como é que pensa valorizar a fileira da carne nestas ilhas que tem uma vocação de maior produção de carne?

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou certa que com este programa necessariamente respondemos à necessidade de se rentabilizar a crescente sensibilidade dos consumidores ao destacarmos e valorizarmos as nossas competências naturais para a preservação e manutenção de culturas limpas e respeitadoras do ambiente.

Todavia, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, pergunto-lhe que medidas a tomar no setor da diversificação ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito previsível!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Viu só? Fiz-lhe o agrado!

... e das culturas tradicionais que colaboram no esforço efetivo de diminuir as exportações ao nível regional, realçando que neste segmento nota-se um crescente interesse por parte dos nossos agricultores que de forma ativa e proativa encontram nesta área uma nova fonte de riqueza?

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O queijo de São Jorge é, há longa data, um produto diferenciado e reconhecido à escala internacional pela sua especificidade e características, apesar do percurso e das tentativas de comercialização/valorização do queijo constituir uma preocupação, há ausência de uma estratégia concreta na sua internacionalização, nomeadamente procurando mercados alternativos aos tradicionais, que são economias de baixo rendimento médio.

Sendo do conhecimento público o *stock* atual de mil toneladas de queijo que se encontra em armazém, com dificuldades em escoamento, é uma preocupação que ensombra os agricultores jorgenses que esperam do Governo políticas que

tenham em atenção esta situação anómala e que poderá afetar gravemente a economia já frágil da Ilha de São Jorge.

Considerando que o Sr. Secretário acabou de ser nomeado, não seria justo exigir-lhe de imediato o que é que vai fazer, mas pergunto se tem conhecimento deste facto e deixo o alerta para que tome medidas adequadas a esta preocupante situação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Ao longo dos anos verificamos que os lavradores açorianos especializaram-se na produção de leite, sendo atualmente dos melhores de Portugal e da Europa.

Os Açores têm assim um clima propício à criação de gado pelo que é importante manter a aposta no setor do leite através da melhoria dos caminhos agrícolas, mas também das instalações elétricas, mas sobretudo no aumento da valorização do produto como um produto de qualidade e diferenciador, de forma a aumentar o rendimento dos produtores.

Além disso, o Governo continua empenhado em apoiar a diversificação agrícola sempre como um complemento ao setor do leite, não como uma substituição e é bom que isso fique bem claro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira e do Deputado Francisco César)

O Orador: Posso falar, Sra. Deputada?

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva possa fazer a sua intervenção.

Sr. Deputado tem a palavra, pode continuar.

O Orador: Recentemente verificamos que ao nível da República ficou acordado que os subsídios ao investimento irão deixar de integrar a base de incidência do rendimento relevante dos trabalhadores independentes, o que é uma boa notícia para o setor e para os açorianos.

Existe assim um empenho total do Grupo Parlamentar do PS e do Governo Regional em criar condições para que o setor prospere e se desenvolva. Além disso verificamos que a Marca Açores tem sido um importante contributo para a valorização dos produtos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Marca Açores é um desastre! Cabe tudo lá dentro!

O Orador: Por isso gostaria de saber, se for possível ter alguns elementos, qual é o impacto estimado desta medida do selo da Marca Açores na valorização dos produtos agrícolas?

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos, para isso é preciso que haja algum silêncio na sala.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, defendemos e defenderemos a necessidade de na Região cada vez mais se incentivar a diversificação de culturas no setor agrícola.

Esta diversificação passa também pelo incentivo à cultura da beterraba sacarina. Gostaríamos de perguntar ao Sr. Secretário Regional se e como pensa viabilizar a SINAGA?

Nas Flores labora uma cooperativa de lacticínios a qual deve continuar a receber apoios da Região, mas cuja viabilidade depende de se criarem condições necessárias para uma boa comercialização do seu produto, cuja excelência é reconhecida.

Como pretende o Governo Regional contribuir para melhorar a comercialização do produto da cooperativa ocidental?

Será possível o Governo Regional apoiar as raças autóctones nacionais nos mesmos moldes em que apoia a raça do ramo grande?

Será possível aumentar e melhorar nas Flores os caminhos agro silvo pecuários?

A Região Autónoma dos Açores possui matas de criptomérias as quais estão em fim de vida e até ao momento não houve qualquer esforço no sentido de se exportar esta madeira.

Pretende o Governo comercializar a madeira que possui na Ilha das Flores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, este Programa do Governo propõe-se a criar um plano estratégico para a utilização dos recursos endógenos.

Pergunto-lhe então: como pretende incentivar a produção de silagem de milho, quando na atribuição do subsídio a esta cultura existia um rateio de quase 20%?

Como pretende incentivar a alimentação dos animais em pastagem se o Governo tem andado a pagar à importação de palha de Espanha?

Já agora, está disponível para proibir a estabulação permanente na Região?

Ainda no que se refere aos recursos endógenos, o que pretende fazer quanto à produção e certificação de sementes na Região?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Mais, quer acrescentar valor aos nossos produtos.

Sr. Secretário, pela via da comercialização de mercados alvo que valorizem a qualidade dos nossos produtos, já percebemos que não é, pois temos a “joia da coroa”, que é o queijo de São Jorge, entulhados nas câmaras de conservação. Neste momento temos em São Jorge temos cerca de 1 365 toneladas de queijo armazenadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que vergonha!

A Oradora Pura e simplesmente as cooperativas não conseguem escoar o produto.

Sei que é recente no lugar que ocupa, mas apesar disso não podemos deixar de questioná-lo quais as soluções concretas e urgentes que estão pensadas para ultrapassar este problema?

Finalmente, e quanto à valorização dos nossos produtos, vem irresponsavelmente incentivar as Denominações de Origem como DOP/IGP.

Sr. Secretário, tem noção do prejuízo que os produtores de carne IGP...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... têm neste momento devido à concorrência desleal que é a Marca Açores e que está a ser vendida na mesma prateleira?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Isto para não falar do mel DOP!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu disponho de muito pouco tempo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A culpa não é nossa!

O Orador: Vou tentar responder ao máximo do números de questões, sendo certo que teremos outras oportunidades para ver essas questões que foram aqui colocadas. São questões importantes e são questões que o Governo naturalmente está empenhado em resolvê-las.

Em relação à estratégia do Governo Regional para a fileira da carne, esta estratégia assenta em vários pilares, desde logo:

- na conclusão da construção e requalificação da Rede Regional de Abate, que é fundamental;

- reforçar naturalmente o número de abates que são feitos na Região. É preciso não esquecer que nos últimos anos fizemos uma inversão muito interessante em relação aos animais que eram expedidos em vida e em relação aos que são abatidos neste momento;

- Incentivar a expedição de carcaças e carne embalada preparada para consumo como forma de dar valor à fileira.

Naturalmente isso passa pela organização do setor.

O Governo está empenhado em estimular essa organização, a promover o apoio técnico, seja na gestão das explorações, seja na engorda para acabamento dos bovinos.

Em termos de Estatuto Sanitário devo dizer que a Região nos últimos anos fez uma evolução muito assinalável, esforço naturalmente do Governo e dos agricultores, de modo a que hoje a Região já atinge um patamar de excelência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em quê?

O Orador: Isso é reconhecido não só pelo Governo como pelo próprio setor.

Em relação à situação do queijo de São Jorge, naturalmente é uma situação que preocupa o Governo. O Governo está a acompanhar essa situação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Acompanhar o quê? Nós também estamos a acompanhar!

O Orador: Muito em breve irei deslocar-me a São Jorge para reunir com a Uniqueijo e avaliar essa situação. Naturalmente quando for necessário, e se for necessário, o Governo Regional dirá presente e apoiará naquilo que for possível apoiar no sentido da valorização de um produto que é também imagem dos Açores.

Em relação à situação da SINAGA, e para finalizar, queria dizer, em primeiro lugar, que naturalmente o Governo dos Açores está determinado e, num prazo razoável (estimo que em seis meses), ter definido uma solução para a SINAGA, uma solução que deverá ser devidamente trabalhada com os parceiros neste processo.

Manter a situação atual não é sustentável, nem é possível. No futuro da SINAGA o Governo Regional naturalmente está pronto e disponível para ser parte da solução.

Entendemos, porém, que a bem da sustentabilidade desse futuro o mesmo não pode ficar assente apenas na componente pública.

Se a SINAGA, como já foi dito, garante um importante objetivo de diversificação agrícola, entendemos que a componente produtiva, através das suas instituições representativas, deve ser chamada a definir e a ser parte na execução desta solução.

Se a SINAGA, também como já ouvi referir, é uma peça importante no nosso setor exportador, o empresariado regional, através das suas instituições representativas, deve também ser chamado e ser parte na definição e execução desta solução.

É essa a perspetiva do Governo Regional e é com essa disponibilidade e é neste sentido que vamos trabalhar.

Lamento, Srs. Deputados, mas não tenho tempo mais tempo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez as questões levantadas das Flores ficam esquecidas. Ficaram há bocado esquecidas pelo Sr. Secretário da Saúde e ficam agora esquecidas pelo Sr. Secretário da Agricultura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mostra bem a importância que o Governo dá à agricultura!

O Orador: À agricultura e à Ilha das Flores.

No entanto, tenho aqui mais uma coisa para lhe dizer, Sr. Secretário.

Em relação ao abate dos animais, nas Flores o que tem aumentado são as dificuldades para os agricultores. Os animais são abatidos em pequena escala, os animais são exportados muito mais vivos e os produtores têm visto o seu rendimento baixar a cada dia que passa.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E continuamos sem respostas!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): No Plano e Orçamento para 2017!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão a gerir mal o seu tempo!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, tem dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, podia informar a câmara o tempo que resta ao Governo?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, naturalmente que darei a informação, mas também alerto a câmara que a gestão do tempo compete a cada bancada e que a inscrição na Mesa também depende de cada um.

Aproveito então para informar e já agora informo os outros tempos também, porque ainda nos faltam alguns Secretários.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor então de fazer o ponto de situação.

Secretário: O Governo tem 10 minutos e 43 segundos;

O PS, 67 minutos e 42 segundos;

O PSD, 33 minutos e 17 segundos;

O CDS, 7 minutos e 42 segundos;

O BE, 2 minutos e 38 segundos;

O PCP, 2 minutos;

O PPM já esgotou o seu tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto então se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podendo eu fazer a vez do Sr. Secretário, vou tentar fazer o meu melhor e responder aqui ao Deputado da CDU, pelo menos relativamente àquilo que apanhei, agora no final, e tem a ver com o abate de animais em vivo, foi o que o senhor referiu.

Como o senhor deve saber e bem, os animais para serem abatidos ...

Deputado João Corvelo (PCP): Eu não fiz pergunta nenhuma ao Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a responder ao Sr. Deputado! Os esclarecimentos são para o Sr. Secretário!

O Orador: Mas eu queria esclarecer a câmara, acho que posso esclarecer a câmara. Os senhores não querem ouvir as pessoas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esqueceram o Regimento aqui!

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não vamos levantar um problema onde ele não existe.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Existe, existe!

Presidente: O Sr. Deputado António Toste Parreira pediu a palavra .

Srs. Deputados não estamos em sede de debate do Programa do Governo, onde cada Sra. e Sr. Deputado desta Casa pode pedir esclarecimentos ou fazer intervenções, quer elas sejam de bancada, quer elas sejam de tribuna. Esta é uma praxe e um costume muito antigo desta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode interpelar! Mais um mau exemplo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo tem duzentos e tal minutos e não responde às questões!

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, quem está a esclarecer é a Mesa por isso agradeço que guardem silêncio para que possam ser esclarecidos e para que não tenham que fazer interpelações à Mesa desnecessariamente.

O que eu estou a dizer é que as Sras. e os Srs. Deputados, no âmbito do debate, quer do Programa do Governo, quer do Plano e Orçamento, podem pedir a palavra para pedir esclarecimentos ou para fazer intervenções, sejam elas de bancada ou de tribuna.

O Sr. Deputado António Toste Parreira pediu a palavra, está a fazer uma intervenção sobre o tema que está em debate, pelo que não o posso interromper.

Ele está a fazer a sua intervenção daquilo que entende fazer. É dentro da matéria em causa. A Mesa tem que permitir que o Sr. Deputado possa intervir.

Sr. Deputado António Parreira faça o favor de continuar.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores querem condicionar o uso da palavra por um deputado!

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente, se me deixarem, eu acho que posso e devo fazer o esclarecimento à câmara, uma vez que foi colocada aqui uma situação. Tem a ver com o abate de animais, segundo o Sr. Deputado, na Ilha das Flores.

Os animais que são abatidos nos matadouros da Região, todos eles têm um apoio de prémio ao abate e a compensação do outro apoio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele não sabe!

O Orador: Ele sabe, mas eu quero esclarecer porque há pessoas aqui que certamente não sabem.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Eu não sei!

O Orador: Se o senhor quer fazer o favor de ouvir, ouve, mas deixe-me falar pelo menos.

Presidente: Sr. Deputado António Parreira, não deverá interpelar as outras bancadas. Faça o favor de continuar a sua intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a ver como havia razão, Sra. Presidente!

O Orador: A questão do abate dos animais, nos matadouros na Região, recorrem ao prémio do apoio do abate e mais o complemento e o animal pode ser abatido em qualquer um dos matadouros.

Deputado João Corvelo (PCP): Por cento e poucos euros!

Presidente: Sr. Deputados, por favor não entrem em diálogo. Para intervir têm que se inscrever na Mesa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os apartes são regimentais!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode interpelar!

Presidente: Sr. Deputado António Parreira faça o favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado pode fazer os apartes que entender, mas visto ser aqui à minha beira, dificulta para que eu possa falar e o Sr. Deputado Artur Lima da mesma maneira.

Mas pronto, o senhor se não quer que eu fale, eu espero. Tenho tempo para falar e espero.

Presidente: Sr. Deputado António Parreira, faça o favor de continuar.

A Mesa está aqui para interromper quando for necessário.

Sr. Deputado António Parreira faça o favor de continuar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Têm tempo demais!

O Orador: Os animais abatidos nos matadouros da Região Autónoma dos Açores, independentemente da ilha, todos eles têm direito ao prémio ao abate mais o complemento.

O lavrador que abate ou que exporta em vivo. é da sua livre e espontânea vontade.

Deputado João Corvelo (PCP): Nunca foi às Flores!

O Orador: Se houver compradores para comprar o gado em qualquer uma das ilhas da Região,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: É verdade sim senhor! Se houver compradores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!... Se houver compradores!

O Orador: Claro! Tem que haver, é o negócio!

(Risos dos Deputados da oposição)

Claro que tem que haver compradores!

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente! É um negócio!

O Orador: É claro! Então como é que se faz o negócio?

(Risos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Faça o favor de continuar.

O Orador: Não está fácil chegar ao fim!

Não está fácil, porque o Sr. Deputado Artur Lima não conhece o assunto e não está a querer deixar falar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não conheço o assunto?

Presidente: Sr. Deputado António Parreira, faça o favor de continuar.

O Orador: Não conhece não senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conheço tão bem ou melhor que o senhor!

O Orador: Então parece que não conhece!

Presidente: Sr. Deputado António Parreira terá que continuar a sua intervenção.

O Orador: Vou tentar mais uma vez.

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Desde que haja compradores para comprar o gado, em qualquer uma das ilhas da Região, independentemente do comprador ser de uma outra ilha, esse gado vendido a esse comprador e abatido dentro de 60 dias, é o vendedor do animal que tem direito ao apoio. É isso que tem que ficar claro.

Deputado João Corvelo (PCP): Não senhor!

O Orador: É sim senhor.

Deputado João Corvelo (PCP): Trinta dias!

O Orador: São 60 dias! Mas depois podemos pedir esse esclarecimento, se é 60, se é 30. O conhecimento que eu tenho são 60, depois veremos isso.

Portanto, o apoio pertence sempre ao detentor do animal, seja ele abatido em qualquer uma ilha da Região. O que tem que haver aqui é alguém que compre o animal, como é lógico e normal, para haver o negócio.

Relativamente aos compradores, Sr. Deputado, e aproveitando a oportunidade, esclarecer esta Casa (infelizmente tem-se falado pouco aqui na área da carne) que felizmente o negócio está a correr bastante bem à Região.

Neste momento há escoamento suficiente, é abatido o gado na Região. Claro que o preço poderia estar melhor. Todos gostávamos, como o lavrador, mas o que é certo é que neste momento há procura de gado nas nossas ilhas, essa é que é uma realidade.

Portanto é sinal que o negócio está bem, não tivemos dúvidas.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, espero que seja descontado...

Presidente: A Mesa está aqui com a atenção necessária para controlar os tempos.

Sr. Deputado João Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

O abate na Região não é igual para todas as ilhas e posso explicar porquê.

Os vitelos que são abatidos nas Flores vêm muitas vezes das tapadas dos serviços florestais, que são arrendamentos coletivos e não vêm em condições de fazer o abate.

Portanto, nas Flores, neste momento, uma grande parte dos seus vitelos, a maioria dos seus vitelos, não têm condições para fazer abate.

Portanto, o que este senhor está dizendo não é verdade.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ele não sabe o que está a dizer!

O Orador: Mais uma coisa, Sra. Presidente, o que recebe em relação ao abate são cerca de 280 euros e na exportação 150, ou seja, o agricultor está a perder 50% do apoio que poderia receber, nas Flores.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Parreira está a inscrever-se para o debate, não é?

Mas vou ter que dar então primeiro a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que já estava inscrita.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Queria apenas lamentar a atitude inadmissível que o Governo dá à agricultura, um dos principais pilares da nossa economia e que atravessa uma das maiores crises de sempre, não tendo o Sr. Secretário respondido a nenhuma das questões que lhe coloquei, alegando a falta de tempo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Deputada não ouviu a intervenção do Sr. Secretário?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouviu, ouviu!

A Oradora: Acho que isto não é admissível numa altura em que os nossos agricultores precisam de tantas respostas para as dificuldades que atravessam.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais para referir o mesmo assunto. Vou repetir e acho que devo repetir: os animais podem ser vendidos em vivo ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ou mortos!

(Risos)

O Orador: ... ou podem ser abatidos, depende do detentor do animal.

Agora resta saber se a pessoa quer vender os vitelos em vida, se quer criar um vitelão, ou se quer criar um novilho. Essa é que é a questão.

Deputado João Corvelo (PCP): Se tem condições!

O Orador: Se não tem condições, isso é outra coisa, agora a razão é sempre a mesma. O lavrador é que tem que saber se quer ter o vitelo, o vitelão ou o novilho. Isso é uma opção do lavrador, não é uma opção do Governo, do comprador ou de quem quer que seja.

Agora outra questão que o senhor põe é se a ilha tem ou não tem condições? Se a ilha tem ou não tem condições, será talvez a ilha, a organização dos produtores, que terá que ver o que é que pode ou não pode fazer.

Agora que é uma decisão do lavrador, decidir como é que se faz o abate do seu animal, se é nessas três situações ou se é em vida, é um facto, é uma realidade e aqui o Governo não tem ação, não pode fazer nada nesta situação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Governo não tem ação?!

O Orador: O que o senhor está aqui a querer dizer é que o lavrador vai abater um vitelo, vai exportar um vitelo em vida e terá um apoio igual como se fosse abatido. Isso não é permitido, não pode ser de forma alguma, não é o que está no POSEI, não é o que está na lei. Essa é que é a questão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, o vitelo que é vendido em vida tem um apoio; o vitelo, o vitelão, o novilho que é abatido, tem outro tipo de apoio. Isso é uma opção do lavrador.

Agora o senhor não pode é querer...

Deputado Bruno Belo (PS): Matar e ficar com ele vivo! (*Risos*)

O Orador: ... ter um vitelo que sai em vida e ter um apoio igual ao vitelo ou ao novilho que é abatido. Essa é que é a razão dos factos.

Aqui em relação à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, o Sr. Secretário não respondeu, não teve tempo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): O senhor vai responder?

O Orador: Eu talvez possa dar-lhe aqui uma achega pelo menos numa das situações,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... se é que eu posso, não sei se a senhora vai querer ouvir, se quer ouvir efetivamente o Sr. Secretário.

Não sendo eu o Sr. Secretário, o que lhe posso dizer relativamente à carne IGP, é que é uma excelente carne, é uma carne que é bem vendida.

Agora a carne dos Açores, o selo de Marca Açores, nada impede com a venda da outra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Se chegar à prateleira e tiver uma carne a 18 euros e outra a 6 euros, vai escolher qual?

O Orador: Quando estivemos em S. Jorge, a fazer uma visita à Cooperativo, foi dito lá pelo senhor da Cooperativa. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Uma coisa leva à outra!

O Orador: A senhora não vai querer agora dizer que vamos ter carne IGP e não podemos ter mais nenhum tipo de carne. A carne IGP são dois mil e poucos animais, enquanto os outros são 30 ou 40 mil. Uma coisa não impede a outra.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: São dois negócios distintos.

A senhora não vai querer dizer que vamos vender só dois mil animais em IGP e vamos deixar de vender outros 30 ou 40 mil.

Deputada Mónica Rocha (PS): Naturalmente!

O Orador: Oh, senhora pela sua rica saúde!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

Alerto que dispõe de apenas um minuto e meio.

(* **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vou explicar novamente a situação, muito rápido.

Os vitelos nas Flores, muitos deles, não têm condições para serem abatidos.

Mais, a sala de desmancha não funciona nas devidas condições e a sala de abate não funciona nas devidas condições nas Flores.

Portanto, é da responsabilidade deste Governo arranjar essa solução.

Deputado Francisco Coelho (PS): As coisas que já se aprendem no Estagiar L!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

A primeira pertence ao PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, desejando-lhe os maiores sucessos neste mundo que é a Agricultura e Florestas.

Dizendo-lhe que tal como eu, estou certa, encontrará nesta pasta, um verdadeiro encanto, que embora se mostre por vezes desafiante, é o melhor reflexo daquilo que nos define enquanto Açorianos... Enquanto povo que luta e labuta com os pés bem assentes na terra... Terra que reconhece como ninguém a sua riqueza... a sua beleza... e todo o seu potencial...!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Dizer-lhe também, que a Agricultura exige um olhar neutro e imparcial... que exige diferentes perspetivas e abordagens aos problemas que afligem os nossos produtores... que precisa também de um pulso firme... que demonstre apoio, que negocie e conduza, os mesmos, a um futuro de desenvolvimento e crescimento...! E estou certa que a sua experiência política e negocial nas diversas esferas da nossa economia, serão sem dúvida a grande mais-valia...!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados,

“A agricultura é sem sombra de dúvida um dos grandes pilares do desenvolvimento Sócio Económico da nossa Região...” este é um facto inquestionável...!

Da Agricultura provém o sustento e riqueza das nossas gentes, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os agricultores estão ricos!

A Oradora: ... que com orgulho trabalha e produz o bem essencial para todos nós: A nossa Alimentação... Esta é, o que nos faz mover... é o nosso COMBUSTÍVEL...,

E este, é fruto da vontade e perseverança de todos aqueles que investem no sector primário... O que para muitos é um luxo, para nós é um natural privilégio... porque o que se produz na nossa Região é de uma qualidade que não deve ser menosprezada, mas sim valorizada e projetada, em todos os mercados mundiais...

A nossa agricultura prima pelo respeito e valorização de todo um saber artesanal...que soube, nos meandros da evolução e dos novos tempos, encontrar o seu espaço e singrar com honra e excelência...

Aos olhos do mundo que nos visita ... somos uma região que cultiva uma imagem de respeito e preservação do que de melhor tem... o seu Ambiente, a sua Biodiversidade, as suas Florestas, os seus recursos naturais, Raças e Espécies... bem como toda a sua herança Patrimonial e Cultural ...

E este, é o caminho a seguir... aliás caminho, este, fruto de um inegável investimento e incremento de políticas ajustadas à nossa evolução, às nossas necessidades e particularidades... bem como ao nosso potencial...

Com o anterior governo, na expressão das suas conquistas, revela se um incremento e evolução do sector, onde as actividades Agro florestais atingem 9% do VAB, consequência clara de uma forte especialização na Bovinicultura de leite...todavia... no mesmo espaço, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sessenta por cento das explorações falidas!

A Oradora: ... apostou se em consolidar as outras fileiras... como a da carne, da diversificação, do vinho. De referir que o, último, superou em muito as expectativas em termos de área, produção e comercialização, na Ilha do Pico, Graciosa e Terceira.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mudou muito! Há um mês atrás a Sra. Deputada não pensava assim!

A Oradora: Como é do conhecimento geral, a agropecuária detêm cerca de 32 % de produção de leite a nível nacional, e cerca de 50% dos produtos lácteos, em concreto o queijo, com um valor comercial de 336 milhões de Euros.

Estes valores, têm como base uma estratégia agressiva sob o ponto de vista da produção, da sanidade animal, na qualidade sanitária e nutricional do leite, do dimensionamento das explorações, do melhoramento genético, e por fim da maior capacitação das explorações ao acesso à água e eletricidade...

Seguindo as mesmas diretrizes, apostou-se no crescimento da fileira da carne, através da rede regional de abate que levou a maiores níveis de competitividade na esfera da exportação.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quantas salas de desmancha funcionam?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Na rede regional de abate? Em que terra é que vive?

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Na esfera da diversificação, procurou-se com sucesso diminuir os níveis de importação, e aumentar os de exportação através da produção, valorização e diferenciação de produtos regionais. Fomentando a par e passo o consumo dos produtos locais bem como as trocas comerciais entre ilhas. Onde Produtos como o vinho, a meloa, o mel, as flores e o ananás ganharam franco destaque e reconhecimento comercial.

Tudo isto, sob a alçada dos fundos Comunitários disponibilizados e geridos pelo governo, e pelo seu espírito de pro-actividade, em reforçar o POSEI, em criar o SAFIAGRI III, e o AGROCRÉDITO...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): POSEI em termos de diversificação agrícola...

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados,

O último governo soube valorizar, a importância de estabelecer pontes e fixar compromissos e responsabilidades entre todos os intervenientes e interessados do Mundo Agroalimentar... Permitindo com isto, enfrentar com sucesso e sentido de missão os desafios vividos ao longo dos últimos quatro anos...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Todavia, estes são factos que não se esgotam em si mesmos, nem se fecham em verdades absolutas...estes, devem sim, levar-nos à constante procura de novos conceitos e medidas que acrescentem significado, estratégias... técnicas e instrumentos de mudança que combatam qualquer tipo de conformismo... Assim...

Conceitos como Eco-empendedorismo, Multifuncionalidade Agrícola, Sustentabilidade Ambiental e Consumo Responsável são absolutamente relevantes no nosso contexto e realidade regional.

Neste sentido, falar de Eco-empendedorismo é reconhecer que é necessária uma nova fronteira de visão que almeje transformar e inovar, atendendo a princípios básicos como Socialmente justo, Ambientalmente Correcto e Economicamente viável...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Onde empreender, não visa apenas a obtenção de lucros, mas também, agir eticamente na condução dos negócios e dos diversos sectores...

Onde os mesmos, servem para gerar riquezas e não destruí-las...

Há que trabalhar, para consolidar o modelo de Agir e Pensar, onde competição e cooperação caminham juntas,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Só falta saber como é que vai votar as propostas que vão contra os seus princípios!

A Oradora: ... para encontrar e potenciar nichos de oportunidade a partir, dos nossos recursos endógenos...

Por outro lado, o conceito de Multi-funcionalidade Agrícola... surge como o importante exercício, de criar outras atividades que derivam da atividade principal, procurando introduzir competitividade...

Com esta, reforça-se a premência de potenciar o capital endógeno de cada exploração agrícola, levando a uma confluência de rendimentos...

Diminuindo assim, a exposição a fatores ou agentes externos, que não obedecem à nossa simples vontade de produzir bem...

Por fim, e igualmente importante, é o conceito de Consumo Responsável, que aplica modelos de desenvolvimento económico, capazes de gerar riqueza, enquanto estimulam a coesão social. Promovendo, uma rentabilização e racionalização inteligente, dos diversos recursos disponíveis, em prol da criação de emprego, de equidade e de desenvolvimento comunitário...

Todos estes conceitos, são interdependentes e complementares. O equilíbrio entre os mesmos, contribui cada vez mais para a consolidação do nosso capital rural, dos nossos sectores, das nossas fileiras...

E foi com plena consciência, da importância de implementar todos estes dados e conceitos, que surgem os eixos que definem a estratégia futura do XII Governo para a área da Agricultura, Pecuária e Florestas nas suas diferentes matérias...

Sras. e Srs. Deputados,

Os objetivos gerais deste Governo:

Passam por reforçar a aposta nos Açores como uma Região de excelência em matéria de Sustentabilidade Económica e Ambiental.

Consolidando conceitos de inovação, cooperação, qualificação e modernização das suas produções regionais, do seu património paisagístico e cultural em zona Rural...

Com a mesma intenção, pretende-se potenciar o conhecimento e desenvolvimento de produções específicas e diferenciadas, identificadas como nichos de mercado em crescimento, como são as DOP's, IGP's, ETG's e como muito posso afirmar a minha tão querida agricultura Biológica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bem-vinda ao clube!

A Oradora: É igualmente fundamental, apostar no aumento das competências profissionais dos ativos associados às diversas fileiras, criando novos modelos e currículos de Formação técnico profissional, na vertente agroindustrial e agro tecnológica.

Com efeito, neste programa, fomenta-se a colaboração e cooperação entre a comunidade científica, os Agricultores e comunidade empresarial, que nos reconhecerá, como um ativo capaz, competente e especializado.

Mas falemos de medidas mais específicas e permitam – me que realce somente algumas, que me parecem importantes...

Na Fileira do leite pretende-se:

Estabelecer e sedimentar parcerias favoráveis ao apoio dos produtores, no que concerne a maiores níveis de eficácia e eficiência na produção e gestão das suas explorações.

Aliviar os níveis de burocratização das explorações, reforçando a utilização de plataformas digitais.

Na fileira da carne: Exponenciar a realização de estudos de mercado, que fornecerão dados que permitam chegar, a uma decisão fundamentada, de políticas e canais de escoamento.

Na Diversificação Agrícola: Adotar uma estratégia eficaz de transportes que leve à competitividade e diminuição de importações, e assim maiores níveis de trocas comerciais entre ilhas.

Com a vinha e o vinho queremos: Melhorar a qualidade das vinhas e aumentar o “know-how” dos viticultores e produtores de vinho, através de programas de consultoria e de apoio técnico.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Queremos também, a partir do intercâmbio entre empresas maduras de renome e enólogos, providenciar mais conhecimento e mais instrumentos de melhoria e avanços desta produção...

Em suma, o programa do governo tem como objetivo transversal, estreitar laços de confiança, entre produtor e consumidor, interno e externo, assente em elevados níveis de qualidade, e conformidade... atestados por certificações próprias como são a nossa Marca e Selo Açores...

Por fim, Sras. e Srs. Deputados ... e porque muito mais havia dizer, é igualmente elementar, referir o importante papel deste Governo em criar mecanismos específicos que permitam ajudar a produção regional a fazer face aos desafios dos mercados, assegurando uma ação firme perante os estados membros e instâncias comunitárias, na conquista de uma justa compensação dos nossos produtores e de todas as áreas de produção agroalimentar...

Em jeito de Conclusão, afirmo que nos dias de hoje todos os desafios presentes e passados, devem servir de momentos de reflexão e reorganização das dinâmicas aos mais diversos níveis, e estou certa que teremos a capacidade de trilhar o futuro com os seus desafios e desígnios... com a mesma serenidade, bom senso e estabilidade a que os últimos governos nos habituaram...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Agora vai!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa agora custou-lhe a dizer!

A Oradora: Acha que sim?

E que este, saberá renovar e reescrever os seus objetivos sempre que for pedido ou exigido pelo seu Povo... sempre com o objetivo maior, de melhor servir ...

É no fundo este o nosso trabalho...

É no fundo este o nosso Dever...

Disse...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está um ruído de fundo que nos incomoda.

Sr. Deputado António Parreira faça favor.

(*) Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um pequeno esclarecimento.

Há bocadinho aqui, no debate, eu esclareci que o detentor do animal que abatesse o animal em qualquer uma das ilhas dos Açores tinha 60 dias até ao abate para receber o apoio.

O Sr. Deputado aqui à minha frente disse que era 30, é para confirmar que são 60 dias como eu tinha dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, o senhor estava mal informado.

Para dizer também que é uma preferência do Governo Regional dos Açores que se abata os animais para que a carne dos Açores ...

Presidente: Sr. Deputado António Parreira ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, já passámos para outra intervenção. Esta Casa tem regras!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas que é isto?

O Orador: ... possa estar nas prateleiras dos mercados nacionais.

Obrigado.

Desculpe, Sra. Presidente...

(*) **Presidente:** Sr. Deputado António Parreira, já concluiu, mas naturalmente esse esclarecimento era em relação ao anterior debate.

Deputado António Parreira (PS): Obrigado e desculpe.

(*) **Presidente:** Portanto, dei-lhe a palavra porque ia intervir efetivamente sobre a matéria que estava agora em causa.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vou então passar a palavra ao Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção de tribuna.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimento todos Vós, membros com assento nesta Assembleia Legislativa fazendo votos de um desempenho profícuo em prol do nobre interesse dos açorianos.

Felicito os vencedores pela renovação da sua vitória eleitoral, mas também os vencidos, que, dignamente eleitos merecem toda a confiança depositada pelos eleitores e contribuem para uma democracia plural.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Cumprimento, também, os órgãos de comunicação social presentes e aqueles que dignificam o parlamento, no pleno exercício da liberdade de informação.

Ao Senhor Secretário de Agricultura e Florestas, Eng.º João Ponte, um “bem-vindo à Agricultura” fazendo votos para o uso da sua capacidade de sensibilização dos colegas de Governo para a partilha de recursos necessários à superação dos constrangimentos de um setor tão relevante.

Vivemos hoje num mundo globalizado e em constante mudança por via do comportamento dos mercados mundiais e da alteração do comportamento e do perfil dos consumidores, com a Agricultura num ambiente de grande imprevisibilidade.

Mas é no quadro da União Europeia que nos podemos afirmar beneficiando dos instrumentos financeiros e de política, mas também da possibilidade de afirmação da nossa especificidade, diferenciação geográfica, cultural e económica.

A situação que se vive na Agricultura açoriana não é garantia para a felicidade dos mais vividos nem estimulante para o futuro dos mais jovens.

Se formos confrontados com a vontade de alguém em investir no sector agrícola, ficaríamos certamente perplexos na resposta.

A demissão do Governo na adoção de medidas de política que visem, em tempo útil, dar resposta aos problemas emergentes atinge, hoje, agricultores, indústrias e serviços e retiram valor à economia açoriana.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sai sempre mais caro emendar do que acautelar!

Poderia recuar no tempo e procurar na passividade do passado a responsabilidade das consequências atuais que qualquer programa de governo procura, agora, ultrapassar.

Identificar os problemas com clareza é um bom princípio para encontrar as soluções adequadas.

Situemo-nos na produção de leite e lacticínios.

Produtores e industriais fizeram investimentos avultados com recurso a fundos públicos e a capitais próprios com vista à modernização das empresas, ao redimensionamento produtivo, e à melhoria da competitividade no quadro das políticas europeias e regionais, orientados para o mercado interno e, em mais de 75% para o mercado tradicional continental português.

Com o fim das quotas leiteiras, anunciadas há quase 10 anos, o mercado europeu altera-se, e as anunciadas baixas de preço aos produtores acontecem.

As previsões da Comissão Europeia são hoje uma realidade.

Assiste-se a uma quebra desastrosa e efetiva do rendimento no setor leiteiro.

Em 10 anos (2005/2015) a produção leiteira nos Açores cresce 22% ultrapassando os 600 milhões de litros

De forma positiva nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Graciosa, e S. Jorge.

De forma negativa no Faial, Pico, Flores e Corvo.

Em S. Miguel, onde existe concorrência, os preços dos principais fatores de produção cresceram entre 36% e 58% e o preço de leite cresceu 28%.

Perdeu-se competitividade.

Com uma redução do preço médio do leite à produção em 10 cêntimos por litro perdem-se anualmente 50 milhões de euros na receita das explorações açorianas.

É a economia quem perde. São os açorianos os prejudicados.

Contudo, ao invés da procura e implementação de novas soluções ficou-se, ao longo de anos, pela defesa virtual da quota leiteira.

A indústria, moderna e com capacidade instalada sofre constrangimentos na competitividade junto dos mercados tradicionais e não tem disponíveis instrumentos capazes para apoio à conquista de novos mercados com novos produtos, ou para minimizar verdadeiramente stocks de emergência.

Investigadores, técnicos, organizações de produtores, industriais e operadores no mercado não estão imbuídos de uma estratégia conjunta, porque esta não existe.

Por seu lado, o setor da carne de bovino apresenta-se instável e numa fileira pouco organizada, sem uma estratégia concertada e orientada para resultados. Percebe-se que a rede regional de abate não resolve, por si só, a valorização do setor nem determina a orientação da fileira.

A produção de bovinos de carne não constitui uma alternativa à produção de leite e lacticínios, mas tem um potencial de excelência em diversas ilhas, e constitui uma opção válida para os agricultores que ponderem a reconversão da sua atividade.

As culturas industriais reduzem-se de forma insipiente ao tabaco e à batata, mas com resultados interessantes no chá e no ananas com os turistas a exigirem a oferta de produtos regionais na restauração, hotelaria e comércio local.

Quanto à beterraba sacarina caminhamos para o desastre na gestão pública de uma unidade com sérias dificuldades financeiras, onde trabalhadores e produtores desconhecem o essencial e acompanham o crescimento exponencial do seu passivo, da responsabilidade do governo regional.

Por outro lado, a vinha e o vinho atingem níveis interessantes de qualidade e começam a marcar alguma notoriedade e valor económico.

Na diversificação agrícola existem negócios de sucesso ainda insipientes, mesmo para o mercado regional, num misto de interesses entre a importação fácil e o estímulo às produções regionais.

Noutra vertente, os recursos florestais disponíveis e a gestão do espaço florestal continuam a competir nas vertentes económica e ambiental de forma desadequada ao interesse comercial nos mercados internacionais que os valorizam, sustentados em legislação que não otimiza o desempenho multifuncional da floresta.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O programa de governo não esquece a multiplicidade de objetivos e medidas para cada fileira.

Mas modera-se no diagnóstico e no reconhecimento dos principais indicadores atuais, que afligem a economia agrícola e não só.

Aponta os indicadores infraestruturais positivos, mas esquece quantas explorações aguardam energia elétrica (há casos com mais de dez anos), o que impede o aumento do preço de leite ao produtor e a falta de caminhos e de abastecimento de água em condições que reduzam custos e aumentem de forma indireta, o preço do produto agrícola.

Os caminhos rurais já não são recursos exclusivamente afetos à atividade agrícola. São hoje infraestruturas de serviços ao turismo e ao ambiente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É, por isso, aceitável mobilizar recursos desses setores e das autarquias locais para o efeito, com manifesta otimização dos meios humanos e técnicos das entidades públicas interessadas.

Não são consideradas as fragilidades da estrutura fundiária, em que a liberalização do arrendamento rural faz com que agricultores entreguem a terra aos seus senhorios porque não preveem segurança no seu rendimento futuro.

Que estende no tempo a aprovação de candidaturas de apoio ao investimento e se deixam os agricultores à mercê de uma carga fiscal proibitiva e de um acesso tremendamente burocrático aos sistemas de incentivos.

Olhar o futuro da Agricultura nos Açores é perceber que caminho estamos a trilhar, que recursos queremos valorizar e que potencialidades cada ilha tem para oferecer à economia integrada que temos de considerar.

Para nós é evidente que Agricultura, Turismo e Ambiente são os vértices do triângulo de sucesso da economia açoriana que exigem políticas integradas e concertadas que só podem acrescentar valor e superar o estado limitador em que a Agricultura se encontra.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: O Programa de Governo não trata de forma integrada estes setores que, em nosso entender são o segredo para uma nova cadeia de valor.

Os resultados económicos das explorações agrícolas dependem da remuneração dos mercados aos produtos agrícolas, por um lado e dos apoios públicos da União Europeia, nacionais e regionais, por outro.

Em Portugal 90% do mercado está nas mãos da grande e média distribuição com recurso à redução de preços penalizadores dos produtores.

Identificamos o baixo preço de alguns produtos agrícolas mas não nos preocupamos com o estudo de novos produtos e de novos mercados. Continuamos agarrados ao apoio financeiro aos bens corpóreos e esquecemo-nos do apoio aos investimentos imateriais que nos conduzem a novas soluções em produção e em valor.

Continuamos a tratar os Açores como um todo idêntico quando temos ilhas com distintas potencialidades às quais urge valorizar, designadamente no respetivo valor agronómico.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

O Orador: Com a mudança nas políticas europeias tem de haver mudança nos regimes de apoio aos agricultores e industriais e deixar aos privados o desempenho que só eles saberão assumir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da EU, a concertação avulsa não é estruturante nem consequente.

Uma representação permanente em Bruxelas com a presença direta dos parceiros sociais não dispensa os deputados ao Parlamento Europeu nem o papel de outras instituições, mas garante o acompanhamento rigoroso e a capacidade de intervenção técnica e política a favor dos instrumentos políticos e financeiros que os Açores carecem.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Com a preocupação centrada nos resultados das explorações agrícolas e não na sua dimensão produtiva o nosso modelo assenta na aceitação das explorações agropecuárias de reduzida dimensão, mas com potencial em produções diferenciadas e no serviço que prestam na ocupação dos territórios e combate à desertificação, na manutenção da vida rural e na valorização dos recursos que hoje são a essência do turismo de qualidade, cultural, ambiental e gastronómico que justificam o potencial ambiental e que, por isso, devem ser remuneradas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Por outro lado, importa também garantir a viabilidade de explorações de dimensão superior que sustentam o fornecimento das unidades industriais que produzem para mercados de maior consumo.

A política agrícola não pode estar assente no objetivo do “escoamento” mas sim do saber valorizar garantindo uma justa redistribuição do rendimento por toda a cadeia.

Em qualquer um dos casos e em qualquer fileira a internacionalização não se apresenta como resultado da quantidade produzida, embora determinante em alguns casos, mas sim na diferenciação e no interesse que um determinado mercado oferece.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Custa!

O Orador: Estimular as oportunidades de negócio noutras redes de distribuição de proximidade, de espaços comerciais especializados, no mercado internacional, e em mercados com afinidade cultural com os Açores são uma prioridade para minimizar a dependência dos mercados tradicionais.

O estabelecimento de contratos plurianuais com as organizações de produtores no pressuposto da prestação de serviços de interesse público parece-nos substancialmente diferente do apoio pontual e avulso, que cria fragilidade e dependência indesejada.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

O Orador: O investimento em investigação, marketing e comunicação e o apoio à logística de internacionalização tem de acontecer à dimensão dos objetivos a atingir.

Por ex. o programa Competir + rege-se por bons princípios gerais, mas perde-se nas restrições burocráticas e financeiras a disponibilizar às empresas com maior relevância.

Importa estabelecer contratos plurianuais com a Universidade dos Açores no âmbito da investigação aplicada e da formação especializada, quem sabe na escola de formação proposta pela Associação Agrícola de São Miguel.

Estudos rigorosos sobre o novo perfil dos consumidores em mercados de elevado rendimento médio das famílias não podem ser descurados e merecem a atenção dos protagonistas de cada fileira agrícola.

Benefícios fiscais e incentivos à criação de emprego e redução de custos sociais para o comércio que promova e respeite as produções nacionais e regionais são formas de premiar quem valoriza a produção regional.

Agora é preciso repensar o que produzir, para quem e onde vender com maior valor comercial. Este valor acrescentado com dinheiros públicos tem de estar indexado à melhoria do rendimento dos produtores.

Estimular pela via das políticas de incentivo económico as oportunidades de negócio noutras redes de distribuição de proximidade, de espaços comerciais especializados, no mercado internacional, e em mercados de sensibilidade cultural com os Açores.

Se a Agricultura dos Açores continuar a adotar mais do mesmo:

Sem olhar aos desafios e ao comportamento dos mercados, e não negociar medidas transitórias da União Europeia de apoio aos produtores, garantindo às indústrias os recursos para acrescentar valor a toda a cadeia;

Se não forem disponibilizados os recursos financeiros e técnicos para permitir a melhoria da gestão técnico económica das explorações agrícolas;

E não for estabelecido um Plano Integrado de Desenvolvimento Rural promovido por Conselhos Agro Rurais em cada ilha, como uma forma distinta de olhar as suas potencialidades e disponibilizar sistemas de incentivos orientados para dar resposta integrada e coerente às suas necessidades económicas e sociais.

Continuaremos a gastar recursos em vez de investirmos num futuro económico e socialmente sustentável.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim vamos então dar continuidade ao nosso debate.

Entramos agora noutra área de governação e eu passo a palavra ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eu julgava que o Governo não tinha tempo!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção nesta legislatura saúdo a Sra. Presidente e todas as Sras. e Srs. Deputados, desejando-lhes felicidade e sucesso no desempenho das novas funções.

Saúdo também, particularmente, os deputados eleitos das organizações partidárias de juventude da nossa Região, o deputado João Paulo Ávila, da Juventude Socialista, e o deputado Alonso Miguel, da Juventude Popular, uma opção política muito relevante e muito importante destes partidos políticos, que muito valorizam este Parlamento e a nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que é democracia!

O Orador: Venho a esta tribuna falar de Juventude. Aquilo que consta do Programa de Governo, as nossas medidas que lá constam, os nossos objetivos, têm como princípios fundamentais a emancipação jovem, cidadania ativa, mobilidade, participação e corresponsabilização.

Tudo isto tem como objetivo maior reforçar nos jovens Açorianos a sua capacidade de empregabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se, nota-se! Não é falando alto que o senhor consegue isso!

O Orador: Tem também a vontade e o empenho de garantir aquele que é um dos mais importantes desígnios do Governo dos Açores, garantir que os jovens Açorianos, que estão hoje a estudar e a qualificar-se na nossa Região e aqueles que estão no continente a estudar e a qualificar-se, para aqui regressem, aqui se fixem e aqui contribuam para o bem comum.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cada vez menos!

O Orador: Todas estas medidas que constam no Programa de Governo serão, naturalmente, materializadas naquilo que discutiremos aqui neste Parlamento brevemente, no âmbito do Plano de Investimentos e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Todas essas medidas devem ser construídas com diálogo, em parceria, exigindo a corresponsabilização dos jovens Açorianos na definição destas políticas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: As políticas de juventude nos Açores não podem ser definidas num gabinete, devem sim ser definidas em parceria e em diálogo permanente com os jovens Açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que, já na próxima semana, solicitarei reuniões a todas as organizações partidárias de juventude da nossa Região, indo à sede dessas organizações e com elas discutindo as nossas prioridades.

Depois dessas reuniões, visitaremos todas as associações juvenis da Região Autónoma dos Açores para que com elas, olhos nos olhos, possamos discutir as nossas prioridades e as nossas intenções para o futuro da nossa Região na área da Juventude.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Uma última palavra porque o tempo já escasseia para a Comunicação Social. O Governo dos Açores vai, naturalmente, continuar o esforço de apoio à nossa comunicação social na modernização dos seus equipamentos para que possamos continuar a ter uma comunicação social livre e munida dos meios necessários para continuar a contribuir ativamente para um aprofundamento e melhoria da democracia Açoriana.

Também uma última palavra para a RTP/Açores. Continuaremos empenhados e focados em trabalhar para garantir que a RTP/Açores continue a ser um pilar fundamental da Autonomia Açoriana, na aproximação entre ilhas e na promoção da Região Autónoma dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, começa hoje um novo ciclo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Vamos ao trabalho.”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor já disse isso há quatro anos atrás! Afinal já se perderam mais quatro anos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Berto Messias, a juventude é naturalmente transversal a um conjunto de áreas setoriais, mas escasseando o tempo, importa que nos foquemos no grande desiderato da juventude açoriana, sendo que esse é sem dúvida o desemprego jovem e que tem impactos diretos em termos de estabilidade dos jovens e da sua fixação na Região. Para o CDS o mais

importante não é termos sido a Região que mais diminuiu a sua taxa de desemprego jovem; o mais importante é o valor da taxa que efetivamente temos.

Pergunto, Sr. Secretário, qual a atual taxa de desemprego jovem na Região?

Pergunto também que medidas concretas pensa implementar para o fomento da empregabilidade dos jovens e para a estabilidade dos jovens? Porque não basta dizer, por exemplo, como se pode ler algures neste documento, que os jovens devem olhar para a pesca como um modo de vida atrativo e que permite rendimentos estáveis.

É preciso saber concretamente, como é que vamos fazer para que isso seja possível.

Gostaria também de saber que medidas concretas pensa implementar para o apoio à fixação de jovens na Região?

A medida que aqui é apresentada e cito: “reforçar a implementação de medidas de apoio à fixação de jovens”, convenhamos, isto não significa nada em concreto!

Por fim, que medidas estão previstas para fiscalizar os abusos, por parte das empresas e instituições, na utilização de jovens de programa Estagiar, de forma a garantir uma maior taxa de contratação dos mesmos no final desses programas?

Portanto, são estas as questões que temos para si, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as perguntas. Lamento também desiludi-lo, mas não vou poder responder pormenorizadamente a todas elas.

Teremos oportunidade de discutir todas essas questões, quer na Região que eu solicitarei à Juventude Popular, quer também no âmbito do debate alargado que vamos ter aqui, e nas Comissões Parlamentares, no âmbito da preparação e do debate parlamentar do Plano e Orçamento.

Quanto à taxa de desemprego jovem atingiu os 29,6% no terceiro trimestre. Portanto, está pela primeira vez, em cinco anos, abaixo dos 30%.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Trinta por cento. Um terço da população!

O Orador: Naturalmente que é importante este valor. Mostra-nos que estamos no bom caminho, mas obviamente que está muito, muito longe de nos satisfazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(* **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, efetivamente cerca de 30% de taxa de desemprego não é um bom número e muito menos dizer que é a menor taxa dos últimos cinco anos. Há cinco anos cá estavam os senhores no Governo Regional!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): E quem é que estava na República?

O Orador: Já agora, se o Sr. Secretário não nos pode responder às perguntas que lhe colocamos agora, eu aproveito para dizer que se um dos objetivos aqui refletidos é o apoio à mobilidade juvenil, consideramos lamentável que a bancada parlamentar do PS tenha votado contra, na anterior Legislatura, a nossa proposta para o alargamento do âmbito do Cartão Interjovem, para jovens até aos 35 anos, e nesse contexto da possibilidade de reserva antecipada nas ligações aéreas inter-ilhas em época baixo, considerando-as como tarifas promocionais normais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Não havendo inscrições vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho, pelo Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início desta nova Legislatura, começo naturalmente por saudar as senhoras e os senhores Deputados, nas pessoas da Sra. Presidente e restante Mesa, bem como todos os órgãos que a compõem e já auto-instalados; uma saudação especial dirijo igualmente ao Sr. Presidente e restantes membros do Governo, desejando a todos os maiores sucessos na nobre tarefa de servir.

A autonomia e a democracia cumpriram-se uma vez mais, através da festa democrática que foi a última eleição.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Dentro de toda a normalidade e civismo. No integral cumprimento das regras democráticas e da ética republicana. O Governo, uma vez mais, absteve-se de ter agenda pública durante a campanha eleitoral. A administração continuou ocupada nas suas tarefas de despacho normal, acompanhamento dos procedimentos administrativos, receção, leitura e encaminhamento de cartas, ofícios e mails, como aliás ainda ontem nos lembrava o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Na altura certa, seguindo o processualismo próprio, o povo decidiu, renovando de forma expressiva e inequívoca a confiança no Partido Socialista, para mais um ciclo democrático de governação dos Açores.

E vai daí... cá estamos! Nos lugares e posições que o povo soberano a cada um conferiu; ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... com o peso relativo que a cada qual decidiu dar. Lembrar esta verdade elementar é só e apenas um óbvio exercício de humildade democrática, que prometemos não esquecer, aliás no cumprimento do escrupuloso dever do mandato que nos foi outorgado.

Estamos a discutir, dentro das regras e praxes democráticas, o Programa que o Governo nos propõe. É com certeza um momento de grande simbolismo democrático, que sinaliza o primado parlamentar, derivado da sua legitimidade democrática direta, e que permitirá ao Governo a assunção da plenitude dos seus poderes.

Mas é também, política e substantivamente um exercício fácil, sobretudo quando, como é o caso, o Governo coerentemente propõe exatamente aquilo que foi o seu manifesto de governo, atempadamente apresentado aos açorianos e, neste caso, por eles direta e expressivamente legitimado.

É assim pois, natural e lógico, que essa proposta de governo traduza os compromissos eleitorais do PS para com os Açores e a Autonomia, a serem prosseguidos pelos dois órgãos de Governo próprio, e que obriguem desde logo a maioria parlamentar diretamente eleita e o Governo por si suportado.

Daí que a concreta previsão de medidas de reforço e aperfeiçoamento institucional da Autonomia sejam o início do cumprimento de um compromisso assumido, concretizado, debatido e legitimado, quer no Partido Socialista e nos seus órgãos, quer entre os açorianos e as instituições da sociedade civil. Em coerência e como corolário de um percurso anunciado e amplamente debatido, dentro e fora desta Casa, concretizado na Moção Global do último Congresso do PS-Açores, e pelo menos em mais duas moções sectoriais; e ainda parte integrante do manifesto eleitoral e dos compromissos a efetivar, segundo um processo que queremos aberto, participado, consensual porque compromissório. Agora, feitos este percurso e dada essa legitimação, julgamos ser tempo deste Parlamento ser a sede adequada para cumprir esta magna tarefa da reforma da Autonomia. Num processo que deve desde logo nascer direito e corporizando, ele próprio, os princípios da abertura, da inclusão, do compromisso, do consenso e da propositura de boa-fé.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já nasceu torto!

O Orador: Só a sua mais ampla legitimação permitirá vencer os muitos obstáculos que se avizinham, levando a priorizar o consenso e resistir às pequenas tentações dos pequenos protagonismos, inclusive dos pequenos. Mais preocupados, todos, com o resultado dos Açores, do que com o mandato ou o Partido; lembrando e sendo dignos do caminho de gradual aperfeiçoamento e aprofundamento da Autonomia que, juntos, já fizemos – inclusive a respeito de alguns perversos efeitos do empolado número de eleitores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

O Parlamento é plural e diverso, e a conflitualidade democrática é um bem inestimável, que certamente não deixaremos gostosamente, de cultivar e de exercitar.

Mas também, já demos todas provas, sempre que necessário, que sabemos igualmente construir e intervalar os consensos necessários, a respeito das questões do regime e dos grandes princípios. O aperfeiçoamento da nossa Autonomia, visando sobretudo mais participação dos açorianos no exercício do poder que é seu, merece bem, de todos nós, um interregno de unanimidade...

Vai merecer, com certeza!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos passar à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia, onde ao longo de quatro décadas se foi construindo a Autonomia democrática dos Açores, gostaria de deixar relevado, neste dia, o respeito que nutro por todos, Deputados

e Membros dos Governos, esperando eu ser digno da herança histórica que nos legaram.

Sendo jovem, também gostaria de afirmar que assumo a responsabilidade de poder contribuir com o melhor que posso e sei para o sucesso desta Legislatura.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: O Programa do Governo hoje em debate mostra perfeitamente, no seu capítulo relativo às políticas de Juventude, que há neste Governo a consciência de que as importantes transformações do tempo em que vivemos exigem de todos uma ainda maior capacidade de inovação nas respostas a dar aos desafios, uma ainda melhor capacidade de construção dos pilares que irão suportar a forma como iremos ultrapassar os naturais desafios.

Dito assim de forma genérica, importa concretizar com a ideia sempre pertinente relativa à promoção da construção dinâmica da Autonomia dos Açores e do modo de melhor diligenciar a participação ativa e permanente da juventude neste processo. Os jovens açorianos ambicionam pela sua emancipação e essa emancipação só tem a crescer com o desenvolvimento da nossa Autonomia, facilitando assim o surgimento de espaço de participação cívica e assim a integração social e política dos jovens.

Assim, acho importante salientar que este Governo se propõe a fazer da juventude açoriana uns construtores efetivos do desenvolvimento dos Açores oferecendo mecanismos para a criação de oportunidades para que a juventude, ao mesmo tempo que resolve a sua vida pessoal e a sua vida profissional possa dar mais de si no desenvolvimento das suas comunidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

Na verdade, se queremos uma sociedade mais empreendedora e mais criativa, há que permitir aos jovens a aquisição de capacidades. Se pretendemos uma sociedade mais participativa, mais emancipada e mais empenhada é aos mais

jovens que se devem criar novas oportunidades. Pensar o futuro é não deixar hoje para trás os mais jovens. E este Programa do Governo assim pensa, é um facto! Está claro que a juventude é considerada como um dos maiores propulsores do desenvolvimento dos Açores e da nossa Autonomia.

Depois de nos últimos 4 anos se registar uma taxa de desemprego jovem acima dos 45% chegamos ao 2º trimestre deste ano com esta taxa a baixar mais de 10 pontos percentuais e os resultados do 3º trimestre a mostrarem uma nova baixa estando ainda, mas já, abaixo dos 30%. Estes resultados representam o bom trabalho que tem sido feito, mas também representa uma ambição de fazer ainda mais.

As medidas específicas dirigidas à educação, ao emprego, ao apoio social e à igualdade de oportunidades, o garantir aos jovens o acesso a programas e iniciativas de formação e educação não formal, que propiciem o desenvolvimento de competências e a aquisição de conhecimentos e experiências enriquecedoras e estimulantes, o apoio ao associativismo juvenil e à concretização de projetos que são a expressão da capacidade criativa e empreendedora dos jovens são ótimos exemplos concretos da forma como este Governo pensa a juventude.

É reforçando a promoção de estilos de vida saudável, fortalecendo a estrutura regional de prevenção e combate às dependências em conjunto com Escolas, IPSS e outros que se cria uma responsabilidade conjunta sobre uma preocupação que a todos deverá dizer respeito.

Mas este Programa contempla ainda outros bons exemplos e ainda mais concretos.

É dando importância a projetos de intervenção comunitária, abrindo a porta à participação da juventude em decisões com impacto direto na nossa Região com o Orçamento Participativo Jovem e com a inclusão de Jovens no Conselho Regional de Concertação Estratégica bem como a abertura de vias de

comunicação entre a juventude e os órgãos executivos e legislativos dos Açores. É agilizando o exercício de voto para jovens deslocados dentro e fora dos Açores, incrementando, em parceria com as Escolas, um projeto de formação política, que se fomenta a responsabilidade de participação de todos hoje e sobretudo no futuro.

É mantendo programas de educação para o empreendedorismo, aperfeiçoando a forma como se facilita o percurso dos jovens promovendo a continuidade dos estudos com bolsas, não só para aqueles que tem mais dificuldades financeiras, mas também para aqueles que se distinguem com mérito. É reforçando o acesso a estágios profissionais e até à contratação de jovens pelas empresas ou ainda até o apoio à conversão de contratos com termo a contratos sem termo que se criam as condições para a sua emancipação.

É reforçando medidas que apoiem a fixação de jovens quadros nas suas ilhas que se promove o desenvolvimento harmonioso de cada uma delas.

Também na área relativa ao emprego, o Governo acrescenta mais medidas com impacto na juventude acreditando assim criarem-se maiores probabilidades de empregabilidade.

É com a valorização profissional inicial jovens, mantendo o Programa "Ideia Jovem Invest", majorando os apoios à criação do próprio emprego e a consolidação das medidas previstas pela iniciativa "Garantia Jovem" que se valoriza a nossa mão-de-obra criando assim melhores condições de adaptação às nossas necessidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou assim convicto que este Governo acredita e aposta na juventude açoriana e na sua capacidade de poder garantir o gradual sucesso da nossa Região. De cada uma das nossas nove ilhas.

É assim, dando a transversalidade que a juventude merece e que está patente neste Programa, que se promove o permanente aperfeiçoamento da nossa Autonomia democrática.

É assim que se dá real importância à juventude açoriana.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado João Ávila, nós o que constatamos é que se continua a apostar em programas de emprego temporário dos jovens, com recursos a Fundos Europeus que têm efetivamente importância a prazo, mas que não são uma solução definitiva para este problema.

Emancipação é o que os jovens esperam ter quando puderem ter a sua própria de rendimento...

Deputa Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...e a sua própria fonte de rendimento.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Obrigado Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso, tem toda a razão!

Quem lê o Programa deste Governo está patente que esta é uma preocupação deste Governo.

Portanto, não vejo onde é que esta preocupação não é nem do PS, nem do Governo. Esta é uma preocupação que está patente.

Agora é difícil vir discutir políticas de juventude quando se vê no programa, que foi a sufrágio, do vosso partido, que por opção de *marketing* político, digo, eu, explanou o seu programa consoante o círculo eleitoral, que na sua ilha não há uma menção à palavra juventude.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Sendo você líder da JP, acho inadmissível que não haja a menção uma única vez da palavra juventude.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, a preocupação do Governo sobre a juventude está patente, a preocupação que o Sr. Deputado demonstrou aqui é uma preocupação de todos.

Estamos aqui para trabalhar para que isso efetivamente possa acontecer, tal como o Governo já se propôs.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado João Ávila, a maior menção que existe para a juventude do meu partido, é o facto de eu estar aqui (*ok?*) a representar a juventude e custa-me muito crer que o senhor esteja satisfeito que um em cada três jovens desta Região esteja desempregado.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi nada disso que ele disse. Estão a estudar!

O Orador: Portanto, parece-me lógico que a estratégia não tenha sido a estratégia correta, mas ficamos por aqui.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso, eu acho que ficou patente, não só na minha intervenção na tribuna, como aqui, que eu não estou satisfeito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(*Pausa*)

Julgo não haver.

Está então encerrada esta parte do nosso debate.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (Rui Bettencourt): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo-vos, em primeiro lugar, fazendo votos para que o trabalho conjunto que se estabelecerá entre o XII Governo e esta Câmara seja profícuo e a bem da nossa Região.

Gostaria também de saudar, de forma particular, todos os açorianos - residentes nos Açores ou não, que tenham ou não aqui nascido, mas que se encontram ligados por algo que é, ao mesmo tempo, um orgulho, uma realidade apaixonante, e um destino comum: a Açorianidade.

É neste espírito, num mundo complexo e que se encontra em mudança, que trazemos aqui a proposta de ação que o XII Governo dos Açores pretende implementar para o próximo quadriénio, nas suas relações com o exterior.

Esta nova complexidade deste mundo em mudança pode ser vista como uma fonte de dificuldades – que são bem reais -, mas também pode, e deve ser encarada como a abertura de novas oportunidades para os Açores se afirmarem, para a consolidação de novas dimensões do regionalismo europeu, para a construção de novas dimensões do nosso posicionamento na Europa e no mundo.

A nossa estratégia central para a ação externa açoriana pode resumir-se ao seguinte: levar os Açores ao mundo e trazer o mundo aos Açores.

Os Açores têm sabido afirmar-se nas diferentes instâncias europeias.

Exemplo disso mesmo é o facto de os Açores presidirem hoje a um dos maiores e mais prestigiados organismos europeus, a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, que representa mais de 150 regiões e cerca de 200 milhões de pessoas, para a qual o Presidente do Governo dos Açores foi recentemente eleito para um segundo mandato.

Um importante pilar desta afirmação dos Açores na Europa e da eficiência que queremos imprimir a esta nova fase da ação pública açoriana nesta área é a

instalação a curto prazo de uma Representação dos Açores em Bruxelas, peça central na estratégia de defesa integral dos interesses açorianos junto das instituições europeias, em interligação com organismos públicos e privados, atores e agentes de desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Igualmente, terá a maior atenção do Governo dos Açores a nossa projeção na Macaronésia, nos Estados Unidos da América e no Canadá, e nos países de particular interesse, quer em termos económicos, quer em termos de parcerias estratégicas.

Desenvolveremos alianças com todos aqueles que a dado momento do nosso percurso podem estar connosco. Reforçaremos a articulação com as Casas dos Açores e com a Diáspora açoriana no mundo bem como com os membros da Rede Prestige.

Pretendemos estar em todos os sítios onde se tomam decisões sobre nós e influenciar essas decisões, desde logo no quadro da União Europeia, em particular na defesa do nosso Estatuto de Ultraperiferia, dos nossos setores produtivos ou das nossas especificidades.

Em todos os fóruns e em todas as instituições europeias afirmaremos os interesses açorianos com lucidez, ousadia e firmeza, em todos os processos, tomadas de posição e decisões com incidência sobre a Região.

Não só queremos estar presentes, como queremos estar atuantes.

O papel que assumo, enquanto Secretário Regional da Presidência para as Relações Externas, é o de, em todas estas matérias servir como pivô congregador dos interesses de todos os setores da sociedade civil, política, económica e institucional da Região e de os projetar no exterior, em defesa desse bem maior que são os Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Para tal, a implementação de um Conselho Açoriano para a Internacionalização colocará a concertação entre os diferentes parceiros das relações externas em articulação com os desafios que se colocam aos Açores.

É igualmente um forte pilar da nossa ação externa, o aprofundamento das relações com as nossas comunidades. É indiscutível que a nossa geografia não se limita à dimensão física do arquipélago, mas a um universo muito maior, graças às diversas décimas ilhas espalhadas pelo mundo, formadas por milhares de açorianos que dão dimensão externa à nossa Açorianidade.

Esta realidade motiva-nos e impele-nos a intensificar o relacionamento com as nossas comunidades emigradas, englobando-as no projeto de desenvolvimento das nossas ilhas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Numa outra dimensão, e não menos importante, o Governo dos Açores assume como prioridade a integração dos imigrantes – que escolheram estas ilhas e as assumem como sua casa - e a reintegração dos emigrantes regressados.

De igual modo, redobramos a nossa atenção com a integração dos Açorianos no exterior e estaremos particularmente atentos à situação das nossas comunidades nos Estados Unidos.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Coloca-se nas relações dos Açores com o exterior o orgulho do Povo Açoriano. Orgulho na nossa história, no nosso modelo autonómico, na legitimidade democrática da ação pública regional, no nosso desejo de futuro e na força do nosso projeto de desenvolvimento, no nosso património invejável, nos nossos Antero, Nemésio, Arriaga, Teófilo Braga, Domingos Rebelo, Dacosta, Canto da Maia, Lacerda e tantos outros.

Como poderíamos não ter orgulho nisto e nestes Açorianos? Como poderíamos não ter orgulho em tudo o que é necessário fazer e em todos os Açorianos que todos os dias – no arquipélago e pelo mundo -, com o seu trabalho, fazem uns Açores melhores?

É, pois, em nome de todos eles que agiremos no palco internacional.

Disse.”

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo que aqui está em discussão apresenta um retrato do que são as relações dos Açores com as comunidades e a diáspora açoriana, do Atlântico ao Pacífico, e da importância que deve assumir o papel que as instituições presentes nas nossas comunidades deverão ter, não só na projeção dos Açores no mundo, nomeadamente nas suas vertentes culturais que devem ser acarinhadas e preservadas, mas também na promoção da Região no exterior e na salvaguarda da história e cultura da açorianidade nos territórios de acolhimento. Nisso estamos de acordo.

Entendemos por isso que podemos e devemos aproveitar ao máximo o potencial económico da nossa diáspora.

As Casas dos Açores são, porventura, um dos instrumentos mais habilitados e vocacionados para cumprir com esses objetivos.

Infelizmente é também uma realidade a constatação de que muitas dessas instituições passam muitas vezes por grandes dificuldades para garantir e dar continuidade aos objetivos que se propõem, contando, em alguns casos, apenas com a dedicação e o envolvimento pessoal dos seus dirigentes e dos açorianos e açor-descendentes das comunidades onde inserem.

Garantir o apoio às Casas dos Açores e a outras instituições representativas da diáspora açoriano no mundo, enquanto agentes promotores da Região no exterior e de salvaguarda da história e cultura da açorianidade nos territórios de acolhimento, constitui uma das medidas preconizadas por este Governo.

Impõe-se por isso uma pergunta:

De que forma pretende o Governo efetivar esse apoio às Casa dos Açores?

Gostaríamos que o Sr. Secretário concretizasse, considerando que igual medida no passado não produziu os resultados pretendidos e continua a inviabilizar o objetivo pleno dessas verdadeiras embaixadas dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário Regional, não podia deixar – no fim, porque os últimos são os primeiros, naturalmente – de lhe dirigir umas palavrinhas.

Sobretudo, porque eu não estive o tempo todo quando V. Exa. começou a falar, mas não percebi que tenha falado da Base das Lajes e presumo que estará também na sua alçada, já que tem as relações externas.

Sr. Secretário, a pergunta é, se V. Exa. tem na sua preocupação, já que tem a Cooperação Externa, um dos nossos maiores ativos geoestratégicos, que é a Base das Lajes?

Efetivamente, quanto ao investimento, se tem informações que possa dar a esta câmara quanto àquilo que já é falado desde julho, do investimento brasileiro no porto da Praia, e sobretudo do Azores Air Center, que também foi anunciado?

Se o Sr. Secretário já tem mais alguma informação que possa naturalmente transmitir a esta câmara e se – é relevante! – nos contactos com o amigo Governo da República e da promessa do Sr. Primeiro-Ministro do investimento chinês, tem alguma coisa que nos possa adiantar sobre essa matéria, porque era muito interessante sabermos o que é que está previsto para a Base das Lajes, nomeadamente para colmatar aquele que é o grande prejuízo causado pela saída dos americanos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao sr. Deputado Artur Lima que a Base das Lajes é um dossier que continua a ser tratado diretamente por mim.

Relativamente aos assuntos que suscitou, quanto ao Air Center, é um processo que está em curso e é acompanhado pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Quanto às outras questões, certamente que numa oportunidade que permita uma maior explanação em termos de tempo, daquele que é o ponto de situação, terei todo o gosto em partilhar consigo, e o Governo, essas informações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Eu prescindo.

Presidente: Prescinde?

Tem a palavra então o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente:

Sr. Presidente, com certeza que ficará bem entregue nas suas mãos esse dossier

...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito obrigado!

O Orador: ... e não tenho dúvida que V. Exa. o tratará do melhor possível na defesa dos Açores, da Ilha Terceira e da Base das Lajes.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A sua confiança inspira-me!

O Orador: Agora não posso deixar de perguntar ao Sr. Secretário da Cooperação Externa e fazer-lhe as perguntas.

Portanto, fiz no âmbito certo, na discussão do Programa do Governo nesta altura, mas a nossa conversa ficará adiada para uma próxima oportunidade onde V. Exa. terá, com certeza, oportunidade de explicar todas as questões que eu aqui coloquei.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Comigo e com todo o Governo! O senhor estava certíssimo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, eu vou então passar a palavra para uma intervenção de tribuna ao Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Exa. Sra. Presidente, Exmo. Presidente do Governo, respetivos Secretários, Exmos. Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

De novo haja saúde a muita paz!

A minha intervenção é focada para o tema da Base das Lajes e todas as suas consequências.

Mais do que traçar um historial dos últimos anos é importante focar no presente e no futuro.

O passado é importante porque ensina e ajuda-nos a melhorar.

Concretamente:

É importante olhar para o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira e concretizar daqui para o futuro em que ponto ficaram as responsabilidades da República em todo este processo.

Segundo sabemos no Orçamento de Estado para 2017 existe apenas uma frase de compromisso de execução do PREIT sem quantificar valores. Estaremos cá para acompanhar o processo.

É importante acompanhar as medidas a serem executadas pelo Governo dos E.U.A e centrar os discursos em mensagens claras como “o objetivo é que o valor estratégico da Base das Lajes seja reconhecido "só pelos Estados Unidos" OU "o interesse estratégico, geoestratégico, geopolítico, é que os Açores continuem sendo o centro da ligação transatlântica, que é a ligação em que Portugal se revê, quer do ponto de vista estratégico, quer do ponto de vista da segurança" (cito ministro dos Negócios estrangeiros – DI 9 de Nov. de 2016).

É importante que os Açores definam muito bem a estratégia na revisão do Acordo da Base das Lajes.

É importante continuar a estar atento à situação laboral dos trabalhadores, concretamente a admissão de novos colaboradores.

É importante que a concretização efetiva do eixo do Porto da Praia da Vitória e Aeroporto das Lajes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: São unânimes as opiniões de todos que relançar a ilha Terceira precisa da aposta neste eixo.

Sinto que as medidas e metas alcançadas estejam alicerçados em areia e não em rocha e que a fragilidade da economia da ilha Terceira e da região necessita de mais.

São mais quatro anos que uma parte dos açorianos vos deu de novo a confiança de colocar em prática de uma vez por todas um dos motores do futuro da economia da nossa região.

O PPD/PSD Açores estará cá para apoiar as melhores respostas e reunir consensos dentro de muitas matérias que também defende, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas também de forma construtiva chamar a atenção para compromissos que constantemente vem sendo assumidos e que não passam do papel.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim vamos encerrar esta parte do debate e avançar com as intervenções finais, conforme foi definido pela Conferência de Líderes.

A primeira pertence ao PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos e Açorianas:

O Partido Socialista ganhou as eleições de 16 de outubro de 2016. Quem ganha as eleições e obtém uma maioria absoluta ratificada por 46% dos eleitores que compareceram nas urnas e 19% do total dos eleitores açorianos registados nos cadernos eleitorais, possui, ainda assim, a legitimidade formal para governar apenas com o seu Programa Eleitoral.

É possível e é legítimo que o faça. Foi essa a opção do Governo Regional: apresentar um Programa de Governo que se circunscreve exclusivamente ao Programa Eleitoral do partido que o sustenta no Parlamento.

É – repito - uma opção possível, mas não é a única e também não é, na minha opinião, a melhor. Mais do que isso: nem sempre foi essa a postura do PS enquanto força política governamental. Nos primórdios da sua experiência governativa, depois de vinte anos de oposição, o Partido Socialista fazia questão de negociar e chegar a acordos que lograssem alargar o âmbito da sua legitimidade parlamentar e ampliassem o contrato social com a população através da elaboração de Programas de Governo que superassem – sem antagonizar ou neutralizar os compromissos eleitorais previamente assumidos – a simples matriz partidária.

Porque a questão é simples: um Programa de Governo deve, ou não, ser mais – sem nunca ser menos ou o seu contrário – que o Programa Eleitoral do partido vencedor. Eu acho que um Programa de Governo para os Açores deve ser mais, muito mais, que um simples Programa Eleitoral. Em 1996 e em 2000 – nas suas duas melhores legislaturas – o PS também achava que um Programa de

Governo para os Açores deveria romper os limites e os horizontes da sua definição partidária e eleitoral. Por isso, os programas de governo dessas legislaturas foram mais - muito mais - que um simples Programa Eleitoral. Foi por isso que nem toda a oposição política votou contra o Programa de Governo das duas primeiras legislaturas socialistas.

A partir de 2004, o Partido Socialista fechou e circunscreveu os horizontes e as expectativas do Programa de Governo dos Açores ao seu próprio Programa Eleitoral. Um e o outro passaram a ser a mesma coisa. O seu projeto e visão de sociedade tornou-se – sem sequer se alterar as vírgulas – o projeto e visão imposto a todos os açorianos. Mesmo aos 54% que não votaram no Partido Socialista nestas eleições.

Mas podia não ter sido assim? Existia - por parte da oposição, no meu caso em concreto - disponibilidade para o diálogo e uma predisposição para o acordo? Claro que existia! A sociedade açoriana deixou bem claro, ao longo dos últimos 40 anos de autonomia, que preza, acima de tudo, a estabilidade e a capacidade de diálogo por parte dos políticos. Os açorianos prezam e valorizam posições sensatas, racionais e lógicas e uma forma de estar firme, mas moderada e dialogante.

Predispus-me - em declarações várias, que são públicas - para o diálogo e para a concertação nas áreas de Governo que exigem, e não podem passar, sem esse esforço de consenso. O Governo Regional não demonstrou nenhuma predisposição para o diálogo - nem antes, nem depois - da entrega do Programa de Governo no Parlamento.

Permaneceu fechado sobre si próprio, exigindo todo o botim a que acha ter direito devido à derrota que infligiu aos seus adversários: a escolha de todos os cargos de governo e de nomeação política no âmbito da administração regional e do sector público empresarial regional; toda a definição programática do futuro dos Açores nos próximos 4 anos e a submissão persa das nossas

consciências à vontade de quem nos derrotou. Penso que até Átila e Gengiscão mostraram mais moderação na vitória que um Vasco Cordeiro demasiado incontido no seu triunfo.

Estou disponível para o diálogo, mas não estou pronto – nunca estarei – para abdicar do livre-arbítrio e da apreciação racional e lógica que caracteriza os homens livres, justos e moderados. Dialogar não pode ser sinónimo de sujeição e de imposição. Mas foi esse o espírito com que o Governo Regional esteve no debate do Programa de Governo.

O Governo Regional construiu um muro contra o diálogo e a concertação de posições. Um muro suportado na intolerância às ideias dos outros. Um muro feito da exclusão - das pessoas e das ideias - dos que perderam. Sendo que a soma dos que perderam supera os que ganharam. Mas são as regras. São as regras!

O Governo Regional optou por desfilar, inebriado por um espírito de autoglorificação, por baixo do Arco do Triunfo, apoiado acriticamente pela legião de deputados que elegeu e transportando, no final do desfile da vitória, as grilhetas do livre-arbítrio de todos e cada um dos deputados do Parlamento dos Açores.

Meus senhores. Vou votar contra um Programa de Governo que deveria ser de todos os açorianos, mas que o Governo socialista quis que fosse apenas o Programa Eleitoral do seu Partido. Vou votar contra porque é a única forma de votar a favor de muitas outras coisas.

Votar a favor de maiores índices de autogoverno e livre-autodeterminação do Povo dos Açores. Na gestão exclusiva e no usufruto absoluta do nosso Mar, ultrapassando o conceito, estreito e enganador, da chamada cogestão do nosso imenso espaço marítimo. Na liberdade de organização política da nossa sociedade, através da reivindicação do fim da proibição dos partidos regionais, que a Constituição da República Portuguesa impõe.

Votar a favor de políticas decididas e implacáveis às dependências que escravizam uma parte cada vez maior da nossa sociedade, em particular os nossos jovens.

Votar a favor de políticas eficazes e prioritárias no combate a índices de violência doméstica que não podemos tolerar na nossa sociedade. No combate decidido – sem poupanças na determinação e no dinheiro – à destruição de tantas vidas jovens às mãos de abusadores e de gente sem escrúpulos que sobressaltam a nossa consciência enquanto Povo íntegro, solidário e humanista.

Votar a favor do fim de um ciclo em que cada vez mais gente depende do poder político, em áreas como o emprego de subsistência e a viabilização burocrática da iniciativa privada.

Votar a favor de uma verdadeira política de efetivo fomento da diversificação do sector agrícola, de promoção da aquicultura e de reestruturação do sector das pescas.

Votar a favor de políticas de acesso universal à saúde e de alterações que introduzam melhorias efetivas num sistema educativo que crie igualdade de oportunidades.

Votar a favor de políticas eficazes no âmbito da reabilitação urbana, da qualificação do nosso sector turístico e de proteção do meio ambiente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Açorianos e Açorianas:

Tenho uma enorme dívida de gratidão em relação à população da ilha do Corvo, que me elegeu três vezes consecutivas para o Parlamento dos Açores. Trabalho todos os dias para merecer a confiança que os corvinos depositaram em mim.

Não posso assistir impávido e sereno à selvajaria, à negligência e às ameaças com que estão confrontados os utentes corvinos da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, em particular os mais idosos, por parte do único médico que presta serviço na mesma. Não posso, nem vou aceitar. Deixo aqui o meu compromisso

de levar até às últimas consequências todas as competências que exerço como parlamentar, no sentido de garantir um atendimento médico digno, competente e universal na ilha do Corvo.

Deixo outro compromisso. Todos os alunos, docentes e não docentes – 94 pessoas no total – deixarão de ser discriminados no âmbito do nosso país e da nossa Região no âmbito das refeições escolares. Por que razão os alunos do Corvo são os únicos do país que não podem ter acesso a um refeitório escolar. Onde está escrito que não temos esse direito. Que justiça tem essa imposição? Meus senhores! Existe um mundo de injustiças que têm de ser corrigidas. Estou aqui para isso. Com a convicção e a capacidade de trabalho de sempre.

Viva, viva o Povo dos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar desejo tecer algumas considerações sobre a resposta que o Senhor Presidente do Governo me deu logo no início dos trabalhos, a qual para além de deselegante, mostra que não compreendeu a mensagem que uma percentagem muito elevada de eleitores das Flores lhe deram, aliás, num círculo eleitoral onde a percentagem de votantes foi muito elevada e a abstenção foi, conseqüentemente, baixa.

A resposta do Senhor Presidente do Governo tem muito a ver com o facto do Partido Socialista, nas Flores, não ter sido a força mais votada, pois foi a CDU quem ganhou as eleições no círculo eleitoral das Flores em 16 de Outubro e o PS foi a segunda força perdendo um deputado e muitos votos em relação há quatro anos.

No futuro, aqui no principal Órgão da Autonomia, - a Assembleia Legislativa Regional, gostaríamos de ver o Senhor Presidente do Governo Regional

efetivamente nessas funções e não como Presidente do PS Açores. Pela minha parte serei o deputado do PCP Açores, representando quer gostem ou não uma percentagem muito elevada de florentinos, pela vontade dos quais estou aqui e estarei nos próximos quatro anos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O programa de governo em apreciação é, no fundamental, um programa de continuidade cujas propostas que apresenta, com retóricas mais ou menos rebuscadas esbarram ou na falta de efeito prático ou, noutros casos, apenas pretendem manter práticas já conhecidas e políticas que carecem de mudanças e retificação.

Para nós é absolutamente essencial que nenhum cidadão tenha medo de exercer os seus direitos, como hoje acontece, ou se sinta constrangido em manifestar livremente a sua opinião quer porque, pretende candidatar-se a um apoio ou subsídio, quer porque pretende submeter à aprovação um projeto, ou até, simplesmente, porque pretende concorrer a um emprego público. Não pode ser admissível que qualquer cidadão tenha como dado adquirido que a manifestação livre da sua opinião ou a sua participação cívica determine adiamentos, indeferimentos e até exclusão do emprego, ou na melhor das hipóteses um vínculo de trabalho precário. Trabalho precário a que o Programa de Governo não responde eficazmente, nem combate totalmente. Aliás, na sequência das políticas seguidas pelo anterior governo do PS na vigência do qual a precariedade foi nota dominante e o uso e abuso dos programas ocupacionais usados para não criar emprego mas sim para mascarar as estatísticas.

Para nós, PCP Açores, é fundamental a estabilidade pessoal e familiar dos Açorianos, algo que não é compatível nem se compadece com a precariedade laboral.

O aumento do Acréscimo Regional ao Salário mínimo nacional para 7,5% é uma medida que se impõe, pela qual nos bateremos e que é fundamental para que seja reposta justiça entre os trabalhadores que vivem e trabalham na Região e os restantes trabalhadores. As Instituições autonómicas só se justificam e consolidam se forem capazes de ser e de dar respostas às desigualdades e constrangimentos derivados dos condicionalismos Insulares.

Correção de desigualdades que não existe quando o PS nega aos alunos da Região, ao contrário dos restantes, o direito aos Manuais Escolares gratuitos.

Tal posição demonstra bem, mesmo que simbolicamente, a total inversão dos valores da Autonomia Político-administrativa dos Açores, como instrumento do desenvolvimento harmonioso da Região e de correção das assimetrias entre a Região e o todo nacional, usando a Autonomia político-administrativa, não para garantir a justiça e a igualdade de oportunidades, mas pelo contrário, para retirar direitos aos Açorianos. Como é óbvio em circunstância alguma deixaremos esquecida tal medida.

Respostas às desigualdades entre a Região e o restante todo nacional que impõem o aumento do Complemento Regional de Pensão, o aumento do montante do Abono de Família e da Remuneração Complementar, tal como o PCP defende e defenderá. No mesmo sentido se impõe a eliminação das taxas moderadoras na saúde.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Desenvolver a nossa Região implica naturalmente o crescimento da economia regional. O programa de governo nada diz sobre questões tão essenciais como a redução do preço da eletricidade, questão fundamental, quer para os agregados familiares quer para a dinamização e crescimento das empresas, tal como nada diz quanto à redução da taxa mais alta do IVA, essencial ao melhoramento da competitividade das nossas empresas.

Desenvolver a nossa Região implica dar resposta aos problemas da Agropecuária conforme aqui trouxemos a este debate, bem como garantir no sector das Pescas o melhoramento do escoamento do pescado, o que naturalmente implica uma gestão dos transportes, que numa região insular como a nossa, se exige que seja adequada, criteriosa e exigente.

Sendo o Programa de Governo um documento fechado, que não admite propostas de alteração em função do debate, desde logo, e após o seu estudo atento, verificámos que não poderia merecer o nosso apoio.

Estaremos atentos e vigilantes à atuação do governo e à execução do seu programa, na certeza que a nossa disponibilidade será total para aprovarmos tudo o que contribua para a justiça e o desenvolvimento da Região e melhoria das condições de vida de todos os Açorianos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Açorianos e Açorianas!

Terminado o debate do Programa do Governo, cabe agora a cada Partido tomar posição sobre o mesmo.

É o que o Bloco de Esquerda - fiel ao seu Programa e à sua convicção, sobre aquilo que é necessário para os Açores e o seu futuro – fará, ao longo desta intervenção.

Debrucemo-nos, para já, sobre a forma do debate.

Na intervenção inicial, o Presidente do Governo Regional apresentou-se, com renovadas intenções dialogantes, com uma postura de humildade democrática e, portanto, aberto ao diálogo.

Palavras bonitas para serem difundidas pela comunicação social.

Na prática, durante estes três dias de debate, acabámos por ser confrontados/as com mais do mesmo: - ouvidos moucos à diferença, intransigência nas posições e, quanto à abertura ao diálogo e ao compromisso... coisa nenhuma!

Numa apreciação global, com este documento, o Governo Regional não se compromete com nenhum objetivo concreto (em nenhuma área da governação), refugiando-se numa lengalenga enfadonha, embalada por palavras como: - “desenvolver”, “apoiar”, “implementar”, “implantar”, “procurar”, “consolidar” - e outras acabadas em "ar" – mas, de concreto (com metas, com calendário, com etapas, objetivos claros e mensuráveis)... nada!

Podemos – e devemos – assinalar duas exceções, da maior relevância, a este panorama:

- por um lado, o compromisso de cobertura de toda a Região, com médicos de família, até 2018.

Contudo, durante o debate, este urgente desígnio deixou de ser um compromisso firme, para se tornar numa intenção bondosa.

- por outro lado, a cobertura total do pré escolar, dos 3 aos 5 anos, ao longo dos 4 anos da legislatura.

Tímida ambição esta - Açorianos e Açorianas! –, se atendermos à amplitude do seu calendário de concretização (4 anos!), numa área como a Educação, considerada, no discurso governativo, como a prioridade das prioridades.

Continuemos:

Apesar de não constar do Programa do Governo - o que nos parece estranho -, resolveu o Senhor Presidente do Governo Regional anunciar que o Governo “vai integrar, definitivamente, nos quadros da Administração Pública Regional, todos os trabalhadores das carreiras do regime geral, que estão contratados a prazo ou em nomeação transitória, há mais de dois anos, ininterruptamente, e cujo serviço corresponde à satisfação de necessidades permanentes dos serviços ou organismos da administração regional” e que “igual medida será proposta

aos que, ininterruptamente, há mais de três anos, prestam serviço, na modalidade de avença ou tarefa, na administração regional, satisfazendo necessidades permanentes da mesma”.

Entusiasmámo-nos e ouvimos, com agrado, esta disposição. Contudo, o nosso entusiasmo foi sol de pouca dura, logo que passámos aos casos concretos.

À pergunta do Bloco de Esquerda, sobre o destino dos 700 a 900 professores/as que se encontram nestas condições (muitos/as, com dez anos e muito mais de absoluta precariedade), lamentavelmente, a resposta foi igual a outras que ouvimos, vezes sem conta, em toda a anterior legislatura.

Portanto, mais uma vez, muita propaganda, muito “sound bite”, mas pouco efeito prático, ou seja, entradas de leão, saídas de sendeiro.

Mas voltemos ao programa.

Perante a persistência de uma enorme taxa de desemprego.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Açorianos e Açorianas!

Perante as profundas desigualdades sociais que se reforçam.

Perante a pobreza que aumenta.

Perante a evidência de que não é pobre só quem não tem trabalho (ou quem vive de baixíssimas pensões), sendo-o também quem trabalha...e muito!

Perante a abusiva generalização do salário mínimo regional – regra da remuneração, no sector privado -, a qual coloca milhares e milhares de trabalhadores/as, praticamente, no limiar de pobreza, durante os 12 meses de cada ano.

Perante a precariedade laboral que, na nossa Região, não para de aumentar.

Perante, portanto, a gravidade de todo este estado das coisas, exigia-se a apresentação, por parte do Governo Regional, de medidas mais avançadas, mais abrangentes, mais incisivas e mais audazes, no combate a travar.

Nenhuma alteração significativa, em relação ao passado, se vislumbra - nem no Programa, nem nos discursos dos membros do Governo.

Em contrapartida, assistimos a mais um pacote de medidas de apoio às empresas – seja em apoios diretos, seja na expectativa da empregabilidade -, sustentado por dinheiros públicos.

O Bloco de Esquerda não está contra o apoio às empresas. Prova disso mesmo é o facto de, até hoje, termos apoiado todos os programas que perseguem este objetivo. Porém, como retorno, exigimos contrapartidas para os/as trabalhadores/as.

Contrapartidas, aliás, tão singelas, como a obrigatoriedade de que as empresas apoiadas por dinheiros públicos, garantam a 75% dos seus empregados/as contratos sem termo.

Proposta singela, Açorianos e Açorianas, mas liminarmente recusada pelo Governo Regional.

Os dinheiros públicos não são do Governo! É dinheiro de todos/as nós. E, também por isso, não aceitamos que este dinheiro seja usado, sem contrapartidas para os trabalhadores e trabalhadoras desta Região.

Mas, para os/as trabalhadores/as, o Governo Regional decreta a precariedade; para os empresários, decreta as regalias.

É esta a verdadeira marca deste Governo e deste Programa.

E estas regalias e dádivas tornam-se ainda mais notórias, quando o Programa de Governo assume o reforço do rentismo, pondo-o ao dispor de novos pseudo-empresendedores.

Nesta matéria, saltam à evidencia dois sectores vitais para a nossa Região: a Energia e a Saúde.

Apoios públicos (dinheiros públicos) para empresas produzirem energia que, à partida, está toda vendida à EDA, com a garantia de que, quer produzam, quer estejam paradas, continuarão a receber.

Dito de outra maneira: - criação de negócios, à custa do dinheiro de todos/as nós, sem correr qualquer tipo de risco, garantindo rendas chorudas a falsos empreendedores! Pode ser o maná dos deuses, mas não é uma política decente. E este reforço do rentismo estende-se à área da Saúde, num claro erro de avaliação, do qual resultará, paulatinamente, a degradação das potencialidades do Serviço Regional de Saúde.

O Bloco de Esquerda defende o recurso à utilização do sector privado, enquanto o Serviço Regional de Saúde não suprir as suas falhas, no serviço à população. Mas não acompanhamos o caminho de desinvestimento neste serviço, para criar rendas e proteger interesses privados.

Este caminho que o Governo, manifestamente, quer aprofundar, provoca, a prazo, maiores custos para a Região, ao mesmo tempo que consigna uma saúde para ricos e uma saúde para pobres.

E estas disparidades não se ficam por aqui:

- perante defesos obrigatórios da pesca ou a quebra de quotas do pescado, o Governo mantém a mesma linha de orientação, ou seja, não alarmar Bruxelas, preferindo alarmar as casas das famílias que vivem da pesca.

- na Lavoura, a linha de rumo de incentivar a estabulação e a alimentação do gado, repito, na Lavoura, a linha de rumo de incentivar a estabulação e a alimentação do gado através de rações e rações com OGM's, é um caminho errado que, a prazo, faz perigar a Marca Açores, no mercado nacional e internacional.

- no Ambiente, este Governo prepara, quanto a nós, um autêntico atentado ambiental: - fazer depender o Plano de Ordenamento do Território do Plano de Turismo. Para nós isto é uma inversão de valores inconcebível, em matéria de planeamento e prepara o terreno para mandar às urtigas a tão propagandeada defesa do turismo de qualidade e sustentável, porque Sra. Secretária Regional da tutela, aquilo que a senhora me respondeu à pergunta, dizendo que eu tinha

razão e que aquele texto estava mal escrito não é credível, releia o texto, como a senhora me aconselhou e o sentido é nenhum.

Da parte do Bloco de Esquerda, este atropelo ao ambiente terá a nossa firme oposição, não só pelo ambiente em si, mas também pelo futuro da indústria do turismo.

- na economia do mar, os sinais são muito preocupantes. A pouca relevância dada, por este Programa de Governo, ao projeto do Centro de Investigação das Ciências do Mar (e, mais grave do que isso, o silêncio do Senhor Secretário Regional da tutela, quando questionado diretamente sobre esta matéria pelo Bloco de Esquerda) é deveras comprometedor.

Este Centro pode ser a alavanca essencial, para uma economia do mar avançada e um chamariz para empresas de alta tecnologia.

É curioso que um projeto tão divulgado pelo Partido Socialista, em campanha eleitoral, tenha agora o silêncio do Governo Regional. Curiosa e estranha situação!

Por fim, quero abordar um assunto que, para além de patético, é extremamente grave.

Refiro-me à Base das Lajes.

Para este assunto e problema, o Governo Regional tem, como prioridade, pressionar o Governo da República, no sentido deste sensibilizar a administração norte-americana para a importância estratégica dos Açores e, particularmente, da Base das Lajes, assumindo o Governo Regional a sua preferência de que, no futuro, a Base se mantenha.

Se não fosse grave o problema, Açorianos e Açorianas, até dava para esboçar um sorriso.

Porque, ao que tudo indica, a administração norte-americana precisa dos conselhos e das lições do nosso país e da nossa região, para saber o que fazer da sua política de estruturas militares! Precisa e aceita!

Santa paciência!

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os dias, a vida vem provando que a manutenção da base militar é prejudicial à nossa economia e nos impede de criar mais empresas e mais emprego qualificado, melhorando, assim, a vida dos açorianos e açorianas e, em particular, dos/as terceirenses.

O recente interesse pela ilha de Santa Maria para o eventual projeto de lançamento de satélites é uma notícia que nos enche de esperança e de que os/as Marienses tanto precisam e tanto como merecem.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Esperamos, sinceramente, que se concretize.

O problema é que - como tudo parece indicar - este projeto só poderá ir para Santa Maria, pela simples razão que ser incompatível com a existência da base militar.

Porque, como é obvio, ninguém investe numa zona, na qual, a qualquer momento, poderá ver a sua atividade prejudicada por – nem mais, nem menos! – do que uma guerra.

Este caminho, esta linha de atuação, não serve os Açores e só razões puramente ideológicas a podem justificar.

Por tudo isto e muitas outras razões, que a sra. Presidente, e bem, não me deixa continuar avançar por falta de tempo, não podemos acompanhar este Programa do Governo, pois ele, não só não combate as desigualdades sociais, como antes as acentua, não abrindo novos trilhos para a construção de uma Região desenvolvida, próspera, solidária e coesa, como todos e todas neste Parlamento e fora deste Parlamento queremos ajudar a construir.

Em conformidade, votaremos contra o Programa de Governo!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Programa do XII Governo Regional, nas palavras do próprio Presidente Vasco Cordeiro, e cito *“pretende responder aos vários desafios na área da economia e da empregabilidade dos Açorianos”*, mas também *“ao nível das políticas sociais, com uma forte atenção ao combate a fenómenos de pobreza e de exclusão social”*.

Dedica também uma atenção especial ao setor da Educação, onde se preconizam, e cito *“medidas para prosseguir com o trabalho desenvolvido ao nível do sucesso escolar”*.

Na Agricultura e nas Pescas, o Governo Regional diz, e cito *“as políticas previstas pretendem reforçar a competitividade destas fileiras na economia regional, contribuindo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego e de riqueza na Região”*.

Estamos, Sras. e Srs. Deputados, no ano da graça de 2016; estas são as prioridades do XII Governo Regional.

Recuemos no tempo, até ao ano da garça de 2000. Segundo Governo socialista, primeira maioria absoluta.

O Governo Regional tinha como preocupações essenciais a definição de políticas que combatessem *“a instabilidade em torno da atividade do setor primário”*, apostava na *“qualificação e especialização dos recursos humanos”* e queria dar respostas às *“muitas famílias que ainda vivem em dificuldades, não têm acesso a bens de consumo, a níveis de escolaridade, a cuidados de saúde ou à habitação condigna”*.

Sras. e Srs. Deputados:

Citei as prioridades governativas de há 16 anos atrás; citei o então Presidente do Governo na apresentação do Programa do VIII Governo Regional.

Mas façamos ainda mais um exercício de recordação. Viajemos no tempo, até novembro de 1992, altura que o Dr. Mota Amaral apresentou, nesta Assembleia, o Programa do V Governo Regional (último governo do PSD).

Numa conjuntura económica, social e cultural completamente diferente, as prioridades da governação regional, há 24 anos, eram: *“modernizar a economia, dinamizar o investimento, promover a criação de riqueza e de novos postos de trabalho”*; *“vencer as dificuldades da agricultura (...), impulsionar as pescas”*; *“continuar a fazer crescer o turismo”* e *“na educação é preciso realizar novos progressos, bem como na saúde e na segurança social”*.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Percorri três gerações da governação regional.

Viajamos em 24 dos 40 anos de Autonomia política e administrativa.

O que se pode então concluir hoje?

Hoje, as prioridades das governações regionais são basicamente as mesmas de há 24 anos atrás, quando a Região começou a receber fundos estruturais da União Europeia para o seu desenvolvimento.

São inegáveis os progressos nas infraestruturas; no entanto, são “poucachinhos” os resultados das políticas sociais e económicas.

Hoje, como há 24 anos atrás, estamos perante um Governo que tem emergência em resolver as dramáticas situações de pobreza e exclusão social;

Hoje, como há 24 anos atrás, estamos perante um Governo que tem o setor primário produtivo (a agricultura e pescas) a viver crises profundas;

Hoje, como há 24 anos atrás, estamos perante um Governo que tem urgência em combater os maus resultados das políticas educativas, as más respostas de um serviço regional de saúde, ou a criar elaborados expedientes para disfarçar taxas de desemprego graves e com consequências sociais gravosas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ao fim de 40 anos de Autonomia política e administrativa e ultrapassada a fasquia dos 20 anos de governação socialista, estarmos a debater um Programa de Governo cujas principais prioridades são praticamente as mesmas de há um quarto de século, só pode significar que os Açores capitularam, não por culpa dos açorianos, mas da governação que tiveram.

O CDS tem a sua consciência tranquila. Nunca fomos chamados a governar nos Açores, mas nunca deixamos de apresentar propostas que visaram a melhoria das condições de vida dos Açorianos.

Temos um património político de que nos orgulhamos em setores tão fundamentais como saúde, transportes, agricultura, política fiscal...

E se outras boas propostas nossas não vigoram hoje no panorama legal regional, tal fica a dever-se às sucessivas maiorias absolutas que nos têm governado, as quais não nos cansaremos de tentar combater.

Se há progressos? Sim, claro!

Mas não são os que se coadunam com a realidade global dos tempos que vivemos...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

O nosso compromisso eleitoral assentou em eixos estratégicos substancialmente divergentes daqueles com que o PS se propõe governar os Açores nos próximos 4 anos.

Assentamos na perspetiva de criação e apoio de um projeto de vida para cada Açoriano: dos incentivos à natalidade, às políticas de combate à desertificação das nossas ilhas, passando pela melhoria significativa dos sistemas públicos regionais de educação e saúde, na valorização de um envelhecimento ativo e tendo uma preocupação muito acentuada pelo potencial geoestratégico da nossa Região, hipotecado por este Governo, como se prova, aliás, pela gestão do processo de manutenção – é apenas um exemplo – ao serviço dos Açores do

único radar meteorológico instalado na Região, o que coloca em risco a proteção e segurança de pessoas e bens, já que ficaremos, seguramente, mais de um ano sem esse instrumento fundamental de previsão de fenómenos meteorológicos adversos.

Ao invés, o que o Governo Regional aqui nos trouxe foi o seu programa, onde se reconhecem erros e se registam necessidades de correções de políticas aplicadas pelos próprios socialistas.

Este já não é um Governo de Vias ou Agendas Açorianas, mas é sequencial na evolução da continuidade.

O que este Programa do Governo aparentemente traz de novo não é inovador (aliás, a única grande novidade foi o anúncio que, curiosamente, não está inscrito nas mais de 200 páginas do Programa do Governo, de um substancial aumento de impostos nos Açores)...

Curioso, porque não foi prometido em campanha pelo PS, não consta do programa eleitoral do PS, não está no programa do Governo do PS, mas foi anunciado pelo Presidente do Governo do PS!

Assim, este Programa de Governo contribuirá apenas para um anémico impulso no desenvolvimento económico e social que os Açores e os Açorianos tanto anseiam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Em conclusão, permitam socorrer-me de uma citação – não de um conhecido poeta, mas de um conceituado político nacional:

“Eleitoralmente renascido, este Governo é, porém, politicamente sobrevivente. Ou seja, aparentemente e a julgar pelo seu Programa é outro governo igual para governar da mesma maneira”...

(Carlos César, 1992).

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

O processo eleitoral terminou, já faz parte do passado.

O que iniciamos agora é um período de trabalho árduo para resolver os problemas das açorianas e dos açorianos.

Açorianas e Açorianos que estão preocupados com o desemprego, especialmente o desemprego dos jovens.

Que estão inquietos com a falta de empenho na resolução dos fracos resultados do sistema de educação.

Que estão angustiados com a dificuldade de acesso aos cuidados de saúde.

Que estão apreensivos com a perda de competitividade da nossa agricultura, das nossas empresas, da nossa economia.

Que veem diariamente as dificuldades por que passam os nossos pescadores.

Que não podem virar a cara a quem está amarrado à pobreza e à exclusão.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sras. e Srs. Deputados:

Satisfaz-nos saber que estas preocupações, que são as das açorianas e dos açorianos, que ouvimos, em todas as ilhas, são, agora, também prioridades do Governo Regional.

Satisfaz-nos saber que os problemas pelos quais nos batemos durante meses, que exigem respostas, são, agora, também preocupações do Governo Regional. Defendemos que a criação de emprego deve ser uma prioridade, tem de ser uma prioridade, porque as famílias precisam de apoio para sair da crise prolongada que se abateu sobre o arquipélago dos Açores.

Mas temos a consciência de que são as empresas que criam emprego e defendemos, por isso, melhores condições para o desenvolvimento empresarial. Defendemos um melhor enquadramento para o empreendedorismo e o apoio à melhoria da competitividade das nossas empresas.

Para que produzam mais, com maior valor acrescentado, gerando mais riqueza e criando emprego.

Sabemos, também, que temos de ter qualificações para sermos capazes de ter melhores empregos, para termos condições para construirmos um futuro melhor do que o que foi o passado. Por isso entendemos que a educação tem de ser a prioridade das prioridades nos Açores.

Temos de cortar definitivamente com o ciclo de insucesso escolar e abandono precoce do sistema de ensino açoriano.

A saúde é um espelho do que somos enquanto comunidade, porque nos definimos na forma como tratamos aqueles que estão mais frágeis e, por isso mesmo estando mais frágeis, precisam mais do nosso apoio. E a imagem que temos visto refletida não é a melhor.

Não nos podemos conformar em viver numa Região onde há milhares de pessoas que não têm médico de família, que aguardam anos por uma cirurgia ou que não têm acesso a uma consulta de especialidade.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não pode haver cidadãos de primeira e de segunda. Somos todos açorianos.

Essa é a razão porque defendemos a melhoria do acesso aos cuidados de saúde a todos os cidadãos, em tempo útil e o desenvolvimento de soluções de combate às listas de espera cirúrgicas.

Estas são preocupações das açorianas e dos açorianos.

Estas são, pois também, as nossas preocupações.

Deputada Mónica Seidi e Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: São diagnósticos que fizemos, são prioridades por que nos batemos e, agora, o Governo Regional e o partido que o suporta, dizem-nos que, de uma forma ou de outra, estas são também as suas preocupações e prioridades, pelo menos discursivas, pelo menos discursivas deste Governo Regional.

Congratulamo-nos com isso.

Estamos de acordo, senhor presidente do Governo Regional, estamos de acordo com estas prioridades.

Agora, é necessário passar das palavras aos atos.

Os últimos quatro anos mostraram que as soluções deste Governo Regional ficaram muito aquém do que podíamos esperar e do que era desejável.

Foram muitas delas ineficientes e incapazes. Terão de ser mais efetivas, dinâmicas e justas para melhorar a qualidade de vida nos nossos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, açorianas e açorianos:

O Partido Socialista tem um mandato para governar, mas as açorianas e os açorianos deram ao PPD/PSD um mandato claro para fiscalizar essa governação.

Para verificar se as prioridades estabelecidas e propaladas se traduzem em ação.

Para saber se a execução das promessas é verdadeira.

Para avaliar se os problemas estão, realmente, a ser resolvidos.

O PPD/PSD será uma oposição construtiva, participativa e ativa.

Vamos continuar a defender o caminho que consideramos ser o correto para construir um futuro para o arquipélago.

Vamos apresentar propostas concretas.

Vamos colaborar no encontrar de soluções para o nosso desenvolvimento e para a coesão territorial, económica e social.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Apresentaremos propostas para os setores que consideramos prioritários.

Vamos propor a redução da taxa normal do IVA para 16%, não só para a melhoria da competitividade das empresas, estimulando o investimento e a criação de emprego, mas também para a aumentar o poder de compra das famílias, reduzindo o preço de produtos essenciais.

Vamos propor a criação de contratos de autonomia para as escolas, para combater o insucesso escolar.

Vamos insistir na criação de um plano efetivo de combate às listas de espera cirúrgicas e na deslocação de especialistas às ilhas sem hospital.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos por à discussão nesta casa o nosso Programa Gerações, como contributo para a resolução de um dos flagelos da sociedade açoriana: o desemprego dos jovens.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos propor um programa de investigação e desenvolvimento dirigido às indústrias de laticínios para o desenvolvimento de novos produtos, que incorporem as características únicas do leite açoriano e façam destas

características um fator da sua promoção e valorização, com o rendimento distribuído ao longo de toda a cadeia e chegando, desde logo, aos principais promotores desta qualidade que são os produtores de leite.

Vamos propor que os pescadores sejam devidamente compensados pelas perdas de rendimento resultantes da necessidade de conter o esforço de pesca e recuperar espécies em desequilíbrio ecológico.

Vamos propor a criação de um programa de autoconstrução e autorrecuperação habitacional, que pode ser um forte incentivo à reabilitação urbana, à inclusão e à construção de uns Açores pelas mãos de cada um dos Açorianos.

São alguns exemplos das propostas diferentes que temos. Temos, efetivamente, propostas diferentes e um modelo alternativo.

Este programa de governo não é o caminho que seguiríamos.

Por isso, votamos contra este programa de governo.

Mas digo aqui nesta casa e às açorinas e açorianos, assumiremos uma oposição responsável.

Não iremos abdicar, em momento algum, do escrutínio e da fiscalização.

Mas faremos das nossas propostas e do diálogo uma referência permanente da nossa atuação.

Só assim respeitaremos os resultados eleitorais e o mandato que nos foi confiado pelo Povo.

A oposição séria e construtiva é também sinónimo do respeito que nos merecem os milhares e milhares de açorianos que viram no nosso partido uma alternativa e que acreditam que pode haver um caminho diferente para as nossas ilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Perdemos o último ato eleitoral. Perdemos-lo, em conjunto, para a abstenção e para a indiferença.

É preciso inverter esta tendência de desinteresse pela democracia, para que a comunidade seja participativa e se torne mais forte. E esse trabalho é de todos e será, especialmente, do Governo Regional dos Açores.

O poder político tem de saber ouvir, tem de perceber que deve partilhar a iniciativa com a sociedade civil e tem de garantir e estimular a oportunidade de participação a todos os agentes sociais.

O PPD/PSD defendeu esta abertura durante a campanha eleitoral e vai continuar a defendê-la convictamente neste Parlamento e nos Açores.

Apresentaremos propostas para que a Concertação Social se torne verdadeiramente independente e para que o seu presidente seja eleito aqui, neste Parlamento, por dois terços dos senhores Deputados.

Proporemos a criação de um serviço regional de estatística independente, com um presidente eleito também pelos Deputados desta Casa.

Proporemos ainda a instalação de uma representação dos Açores em Bruxelas, onde terão assento os representantes da nossa sociedade civil organizada.

Entendemos que mais sociedade, mais economia e mais participação serão decisivas para a construção de uns Açores melhores.

Deputados António Marinho e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, açorianas e açorianos:

Agora, começa o tempo do trabalho, sem desculpas, sem subterfúgios, com diálogo, para encontrarmos as melhores soluções para os problemas que afetam a Região dos Açores.

As açorianas e os açorianos não esperam menos de nós e nós próprios não podemos exigir menos do que isto.

Não pretendemos ter toda a razão ou ter sempre razão. Temos de ter humildade para o perceber.

Pela nossa parte, asseguramos que o nosso adversário são os problemas dos Açorianos e a nossa batalha é fazer dos Açores uma terra melhor.

Nesta casa, todos – repito – nesta Casa todos, mas todos, querem o bem dos Açorianos.

As divergências não nos devem fazer esquecer o essencial: estamos aqui por vós e para vós, Açorianos e Açorianas.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Cumpre-se hoje a Autonomia.

Os Açores, representados pelos seus órgãos próprios, preparam-se para ver aprovado, formalmente, o Programa do XII Governo dos Açores.

As regras democráticas dizem-nos que o programa é, porém, primeiro substantivamente aprovado, ou rejeitado, pelo Povo nas urnas.

E no passado dia 16 de outubro o povo açoriano que se deslocou às urnas pronunciou-se, de forma inequívoca e maioritária, sobre o rumo a seguir.

A opção recaiu sobre o projeto político apresentado e protagonizado pelo Partido Socialista, o qual foi materializado sob a forma da Proposta de Programa de Governo que nos últimos três dias esteve em discussão nesta Assembleia.

Isto não significa - que fique desde já bem claro - que o Partido Socialista desenvolverá a sua ação suportado apenas na maioria absoluta que o Povo, pela quinta vez consecutiva, livremente nos conferiu. Nunca assim foi ao longo dos mandatos anteriores e também não será na legislatura que agora se inicia.

Entendemos o voto maioritário do Povo Açoriano como uma clara renovação desta relação de confiança estabelecida entre os Açorianos e o Partido Socialista e a sua ação governativa, como um reconhecimento de que representamos a estabilidade sem deixarmos de ser ambiciosos, e a segurança sem prescindirmos de ousar fazer diferente e melhor. Consideramos, no fundo, que os Açorianos escolheram quem lhes apresentou um projeto coletivo de futuro protagonizado por aqueles que sempre deram garantias de não se acomodarem, não se deslumbrarem e nunca desistirem na procura de um melhor futuro para a nossa terra.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas também encaramos a renovação expressiva da confiança no Partido Socialista como uma enorme responsabilidade, que decorre do facto de não dependermos do apoio de outras forças políticas para fazermos valer as nossas ideias, propostas e medidas.

Temos, por isso - e também por uma profunda convicção democrática -, consciência de que a uma maioria parlamentar absoluta corresponde sempre o dever absoluto de procurar consensos, de lançar pontes e de promover um regular e frutuoso diálogo democrático.

Como disse Shakespeare – e perdoem-me o romantismo – através da jovem Julieta Capuleto, dirigindo-se ao amado e, por uma antiga rivalidade entre famílias, inimigo Romeu, “só o teu nome é meu inimigo. Tu és tu mesmo. Diz adeus ao teu nome porque não forma parte de ti”.

Senhoras e senhores deputados da Oposição, é também esse o nosso entendimento e compromisso: só o vosso nome partidário é nosso adversário e só a nossa designação partidária é vossa adversária. Nas matérias essenciais para o futuro da Região, e em nome da nossa terra, tentemos primeiro dizer adeus ao nosso nome porque ele é bem menos importante do que o bem supremo que nos une: o amor aos Açores!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

O Partido Socialista está, como sempre esteve, aberto e disponível para viabilizar as boas propostas venham elas donde vierem. Provam-no o nosso passado governativo e a postura com que estivemos nestes três dias de debate do Programa do Governo.

Agora, em nome da total transparência e lisura de processos, mas também dos princípios básicos da Democracia, não nos peçam para transformar o nosso no vosso Programa do Governo, apoiando medidas ou propostas que não tenham qualquer correspondência com o programa eleitoral sufragado nas urnas e, por

essa via, quebrando o elo de confiança e o compromisso que estabelecemos com a maioria dos Açorianos.

Isso não!

Estamos aqui para assumir o papel que nos foi atribuído pela maioria dos Açorianos e não para os trair!

O Povo Açoriano espera um PS solidário com o Governo, responsável e cooperante, mas também coerente com os compromissos que assumiu, vigilante na execução das suas políticas e com iniciativa própria.

É assim que encaramos o mandato que nos foi conferido. É assim que faremos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não podemos, por isso, deixar de considerar um mau sinal que tenha havido na oposição quem, acabando de chegar ao Parlamento dos Açores, tenha recusado debater, inquirir e ser esclarecido,...

Deputada Isabel Quinto (PS): Exatamente!

O Orador: ... apresentando-se, e cito, como “representante das reais dificuldades dos Açorianos”, como se não tivessem sido os Açorianos reais a dizerem, há apenas um mês, através do voto, que era o Programa Eleitoral do PS aquele que melhor respondia às suas necessidades.

Nestas bancadas onde nos sentamos, porque os Açorianos assim quiseram, e na proporção em que os açorianos assim o quiseram, deve estar menos partido e mais Açores. Nesta Casa, os partidos devem ser o instrumento e o meio, mas nunca o fim e o objetivo.

Do mesmo modo, é também um mau prenúncio para a legislatura que agora se inicia verificar que não parece existir humildade democrática suficiente no maior partido da Oposição para interpretar o resultado eleitoral do passado dia 16 e, em conformidade, abandonar a postura derrotista, do “quanto-pior-para-o-Governo, melhor-para-o-PSD, mesmo-que-isso-prejudique-os-Açores”.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Esse discurso já não cola!

O Orador: Percebemos que é mais fácil, em tempos de convulsão partidária interna, desânimo e desorientação, evitar o necessário exame de consciência pós-eleitoral e manter, ao invés, a postura e o discurso que conduziram à derrota.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é de Shakespeare também?

O Orador: Permitam-me, pois, a veleidade de vos dar um mero conselho: quando se está, desde 1996, a marchar com um passo diferente dos Açorianos, talvez não sejam os Açorianos que estão errados. Mas isso, claro, é uma análise que outros terão de fazer, no local e no momento certos.

Aqui, neste momento e neste local, cabe-nos, sim, afirmar que não nos conformamos, porque a força da Autonomia também depende da força e da qualidade da oposição, e que os Açores não podem e não merecem ficar à espera que o PSD resolva as suas guerras internas para assumir o seu papel democrático.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Os anseios dos Açorianos não se esgotam na noite eleitoral e as suas legítimas expetativas obrigam-nos, agora, a olhar em frente e a implementar, rapidamente, as respostas que se exigem e que estão plasmadas no Programa do XII Governo dos Açores.

O Programa que vamos aprovar, senhoras e senhores deputados, não se arroga a aumentar o nível de felicidade da nossa Autonomia, como outros pretendiam, mas dá corpo, de forma clara e conseqüente, aos pilares fundamentais em que o PS baseou o seu compromisso com os Açorianos: confiança e esperança no futuro, sempre com as pessoas e as suas condições de vida no centro das prioridades da ação política.

Depois de um período de intensos desafios, colocados por uma crise financeira e económica com origem externa à Região mas com impactos muito concretos também entre nós, em que foi necessário recorrermos a todas as nossas competências, recursos e energias, para, em estreita parceria com os Açorianos, colocarmos os Açores num trajeto de recuperação, cumpre-nos agora dar sustentação a esse esforço, respondendo aos desafios que, entretanto, se foram colocando, ou tornando mais prementes, desde logo na área da empregabilidade dos Açorianos, mas também ao nível das políticas sociais, com uma forte atenção ao combate a fenómenos de pobreza e de exclusão social.

O mesmo é válido para as questões que se prendem com a valorização dos nossos setores tradicionais de atividade económica e com a sua capacitação enquanto indutores de maior valor acrescentado e geradores de emprego mais estável, melhor remunerado e mais especializado.

Ou ainda com as áreas da nossa economia, como o Turismo ou as atividades ligadas ao Mar e à Natureza, que têm vindo a ganhar ímpeto e dimensão, dando concretização, em termos de rendimento e emprego, às nossas vantagens competitivas e potenciando os nossos recursos endógenos, mas que precisam, por isso, agora, de uma atuação concertada das entidades públicas e dos agentes privados no sentido da consolidação dos ganhos e da sustentação dos seus efeitos sobre o emprego e sobre o meio envolvente.

Em outubro último, os Açorianos disseram que reconheciam a eficácia dos esforços que todos fizemos para suplantar a crise dos últimos anos e que consideravam as prioridades e as propostas do Partido Socialista como sendo as mais adequadas para fazer face aos desafios específicos dos tempos que vivemos.

Neste sentido, ficou claro no debate que agora se conclui o que quer e vai implementar o Governo Regional.

O Governo apoiado pelo PS quer (e já avançou concretamente nesse sentido) fomentar a conversão de contratos de trabalho a prazo em contratos a termo certo, garantindo assim uma maior estabilidade às famílias açorianas e novas possibilidades de realização pessoal aos jovens que procuram criar condições para se emanciparem.

O Governo apoiado pelo PS elegeu, sem rodeios, como prioridade absoluta o combate à pobreza e quer, por isso, por em prática uma estratégia que, atuando concertadamente nas áreas da educação e da qualificação dos Açorianos, da economia e das políticas de apoio social, permita criar condições para que os mais fragilizados possam romper as barreiras da exclusão e encontrar os instrumentos necessários para serem donos do seu próprio processo de fortalecimento social e económico;

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: O Governo apoiado pelo PS quer consolidar os bons indicadores que o Programa Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, *ProSucesso*, tem vindo a revelar no que respeita aos índices de sucesso e de abandono escolar, porque não tem dúvidas de que todas as crianças são capazes de aprender e de que a função da Escola Pública não é desistir, nem selecionar, mas sim incluir, insistir, melhorar e voltar a tentar até conseguir;

Deputados Francisco César e José Ávila (*PS*): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional apoiado pelo PS quer reforçar a competitividade e a capacidade exportadora das fileiras tradicionais da nossa economia, para que possam contribuir de forma ainda mais decisiva para a criação de emprego e de riqueza;

O Governo apoiado pelo PS quer, paralelamente, consolidar a evolução impressionante de novos setores de atividade económica, que, com base nas nossas vantagens endógenas e em articulação com as nossas produções tradicionais,

permitam sustentar o crescimento da nossa economia e torna-la mais dependente do que somos e do que somos capazes de fazer bem feito;

Este debate demonstrou, no fundo, que o Governo apoiado pelo PS quer responder aos tempos e à sua evolução e, sobretudo, aos Açorianos e aos seus anseios individuais e coletivos. Mas e o que nos dirá o debate que agora termina sobre o que quer a Oposição que optou por votar contra?

Que votará contra o que quer o Governo do PS – alguma oposição mesmo antes de esclarecer dúvidas ou de colocar questões.

Mas votará contra porquê? Será por ventura abusivo pensar-se que votará contra a prioridade conferida ao combate à precariedade laboral ou à pobreza e exclusão social por não concordar com elas, é certo, nem nós faríamos essa injustiça. Será também, eventualmente, desadequado dizer-se que votará contra porque não quer que a economia dos Açores se reforce, se adegue aos novos desafios e possa, assim, tornar-se mais competitiva, gerar mais riqueza e fazer progredir a nossa terra.

Então votará contra porquê? Poder-se-ia, talvez, conceder que votará contra porque apresentou ao longo destes três dias de debate um outro conjunto de preocupações e prioridades, e, sobretudo, novas e fantásticas medidas de concretização desses propósitos. Mas isso seria não só não ter prestado atenção ao que passou nesta casa ao longo do nosso debate, como sobretudo não ter prestado atenção ao que disseram os Açorianos, com o seu sentido de voto, no passado dia 16 de outubro.

Deputado Francisco César (PS) e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Então, porque votará contra a oposição? Só nos resta a pior das explicações: votará contra porque o Governo, ainda que maioritário, ainda que recentemente validado por uma maioria expressiva dos Açorianos, ainda que sendo o Governo dos Açores, é apoiado pelo PS.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi assim que vocês fizeram na República!

O Orador: Dito de outro modo, a oposição que optar por votar contra o Programa que norteará o percurso da Região nos próximos quatro anos fá-lo-á apenas porque é oposição e porque, por vontade dos Açorianos, o Governo é suportado pelo PS.

Mau augúrio para os tempos que queremos de diálogo e de concertação. Mau prenúncio para uma Região que se faz melhor se se fizer com todos. Mau auspício para quem tem a responsabilidade de ser parte da luta constante por uns Açores ainda melhores!

Que fique claro: não estamos a dizer que a oposição tem de estar a favor do Programa do Governo, mas antes que, tendo decidido votar contra, o mínimo que a coerência e o respeito pelas normas instituídas exigiriam é que recorressem ao mecanismo previsto no nosso Regimento e apresentassem uma Moção de Rejeição do Programa, assumindo, a partir daí, cada um, as suas responsabilidades políticas. Nós saberíamos, com toda a certeza, assumir as nossas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Não será, contudo, por isso que o PS deixará de se assumir como agregador de vontades e promotor de diálogo ao longo da presente legislatura, particularmente nas matérias que dizem respeito à organização estrutural do

nosso sistema autonómico e à sua adequação às novas exigências dos tempos e dos cidadãos.

É essencial para o sucesso e legitimação das nossas propostas, no plano interno, e para a força das nossas pretensões, no exterior, que façamos todos os esforços ao nosso alcance para que, desde a primeira hora e sem prejuízo de debatermos a várias vozes, julgo que até é naturalmente saudável, possamos agir com base no maior denominador comum.

Apesar do património de reflexão e propositura que o PS Açores tem sobre o processo de reforma da Autonomia, apesar de termos sido num passado recente o dínamo de um movimento abrangente de reflexão, que começou entre portas, mas abrangeu também as várias forças políticas e outros movimentos cívicos, o que os Açorianos esperam agora é que concretizemos e que, apesar das nossas diferenças de modo e método, juntemos esforços nesta casa em prol de uma Autonomia mais participada e mais próxima das reais pretensões das pessoas.

Deputados Francisco César (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Não fingimos que não reparámos, nem nos esquecemos do impacto da abstenção nas eleições de outubro.

Como tal, no topo da hierarquia da nossa ação imediata enquanto grupo parlamentar está o desenvolvimento de todas as diligências para, por um lado, promover uma análise rigorosa à chamada abstenção técnica e às suas causas, e, por outro, avançar decididamente no sentido de alargar as possibilidades de interação consequente dos cidadãos não filiados em partidos com o sistema autonómico.

Não podemos – ou melhor, não queremos! - embarcar no discurso demagógico dos que usam irresponsavelmente a abstenção como instrumento de ataque à classe política, porque esse seria o pior serviço à Democracia e à Autonomia.

Mas também não podemos deixar de lamentar os que, com assento nesta casa, por razões de pura estratégia eleitoral, tenham, na última campanha eleitoral, utilizado enviesadamente o discurso público dominante sobre a vitória do PS para desmobilizarem a ida às urnas e tentarem lucrar partidariamente com isso.

Deputados José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Esta causa é de todos nós e a responsabilidade de enfrentar o problema, antes que se transforme num flagelo para a legitimidade do próprio sistema autonómico, é de todas as forças políticas. Mais, é de toda a sociedade açoriana, exigindo uma profunda e alargada reflexão, mas também um ímpeto concreto e uma ação consequente.

A Autonomia, sem o envolvimento e a participação do Povo Açoriano, é uma Autonomia formal, sem alma, vivida em circuito fechado, afastada do quotidiano dos seus destinatários e principais credores da sua eficácia – os Açorianos.

Esta é, pois, uma das matérias que só nos pode aproximar, senhoras e senhores deputados, e que só poderá ser devidamente resolvida se nos livrarmos, pelo menos neste assunto, das nossas agendas partidárias e dos nossos interesses políticos do momento, em prol de uma verdadeira Agenda Açoriana para a Autonomia.

Deputados Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos disponíveis, e já demos passos concretos nesse sentido ao longo destes dias, para consensualizarmos, num único documento, o primeiro passo de uma longa caminhada, tendo em conta a dimensão do desafio que temos pela frente. Outros passos terão, posteriormente, que ser dados, sempre num espírito de partilha e de confiança. Saibamos nós manter esse caminho.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos,

A partir de hoje, o Programa debatido e votado neste Parlamento, deixa de ser a proposta programática de um governo e passa, naturalmente, a ser o programa com as linhas orientadoras do rumo da Região para os próximos quatro anos.

A isso chama-se o normal funcionamento do regime democrático, que não dispensa as funções de fiscalização e de propositura deste Parlamento.

Ou seja, o que se pede – o que se exige – é que a Oposição deixe de ser contra o Programa do Governo e passe a fiscalizar as medidas e as propostas que dele constam, propondo alternativas viáveis e responsáveis sempre que discordar, aditando e complementando sempre que for capaz ou se sentir capaz de fazer melhor. É assim que se valoriza esta Assembleia e respeita a vontade dos Açorianos.

O início de uma legislatura acarreta sempre a ideia de renovo e a abertura de quase todas as possibilidades. Basta acreditar e querer, basta aceitar que o passado não nos impede de sermos melhores no futuro – basta afinal transformar a vontade dos Açorianos na nossa maior obrigação.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

E agora para encerrar as intervenções tem a palavra o Sr. Presidente do Governo:

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Subo a esta tribuna para, nos termos regimentais, proceder à intervenção de encerramento da apresentação do Programa do XII Governo dos Açores, no culminar de três dias de intenso e aturado debate parlamentar.

E a primeira ideia que, neste momento, gostaria de reforçar tem a ver com a disponibilidade que foi demonstrada por todo o Governo, sem exceção, para esclarecer, explicar, esmiuçar as medidas e as políticas que vamos concretizar na Região.

Fica assim dado mais um importante sinal, concreto e objetivo, não só do respeito institucional que nos merece este Parlamento, mas também do nosso interesse em contribuir para a elevação do debate político, construindo pontes de diálogo e de consensos para a legislatura que agora se inicia.

O debate sobre um Programa de Governo constitui um dos mais importantes momentos, e momento solene, nos regimes democráticos parlamentares.

É, por excelência, o momento para aprofundar e esclarecer, num debate que se pretende vivo e dinâmico, quais são os grandes objetivos e as metas que pretendemos, nas mais diversas áreas, alcançar nos tempos à frente.

É, pois, um momento para falar do futuro.

É um debate que, no fundo, reflete o que somos, de onde partimos, para onde vamos e como queremos atingir os resultados pretendidos.

Foi isso que o Governo dos Açores fez nestes últimos três dias.

Apresentamos aqui o Programa para o futuro dos Açores.

E foi essa ambição, essa vontade e essa força que norteou a nossa postura nestes três dias de debate parlamentar.

Interessa, e muito, a este propósito, deixar claro, de forma a que não restem quaisquer dúvidas, um dos aspetos que reputo essencial nesta jornada que agora iniciamos.

As Açorianas e os Açorianos escolheram.

Em Democracia, respeitar essa escolha é saber seguir em frente.

É com isto bem presente que quero, com a solenidade que reside neste espaço e com a importância que resulta deste momento, deixar, desta tribuna, simultaneamente, um lamento e um apelo.

Lamento porque, ao mesmo tempo que, desde a primeira hora, nos empenhamos em honrar o mandato e o juramento que fizemos perante este Parlamento há cerca de 15 dias, outros pareceram apostados em desvalorizar esta Casa e este processo democrático.

Barricados no seu programa, entrincheirados apenas na sua maneira de ver, orgulhosamente sós na sua derrota,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... não se coibiram, logo nas primeiras horas, de afirmar que o seu guia aqui dentro será o programa que os Açorianos maioritariamente recusaram.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Pois, eis aqui, e mais uma vez, o que o XII Governo dos Açores tem a dizer a esse propósito.

Aos que assim se afirmaram, apelo a que repensem essa postura a bem dos Açores e a bem dos Açorianos.

Aos que, antes mesmo do Programa ter sido debatido, afirmaram o seu voto contra, apelo a que, ao menos ouçam as razões, os esclarecimentos, os propósitos do Governo dos Açores.

Valorizar o Parlamento não é dever, objetivo ou propósito apenas deste Governo.

Cometo a ousadia de pensar que valorizar o Parlamento dos Açores é obrigação de todos nós.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Da parte do Governo, estendemos a mão e escancaramos as portas ao diálogo e à concertação com os partidos políticos, com os parceiros sociais e com as organizações representativas dos Açorianos.

E daqui afirmamos que os limites, se, porventura, existirem limites, para esse esforço conjunto, para esse trabalho de união, são apenas o interesse dos Açores, o interesse dos Açorianos e o desvirtuar dos objetivos estratégicos que o Povo maioritariamente sufragou.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Como demonstrado à sociedade durante este debate, o XII Governo dos Açores tem um rumo, tem um projeto e tem uma equipa.

Desde logo, tem um rumo bem definido para levar os Açores para a frente, através de medidas estratégicas que reforçam a nossa economia, fortalecem e robustecem o nosso tecido social, lançam pontes para o nosso futuro coletivo, alicerçadas na Educação e na Qualificação dos Açorianos, na valorização do nosso território e na abertura de novas áreas de desenvolvimento, como sejam as relativas à Ciência, à Tecnologia, à Cultura, entre outras.

E nessa ambição de levar os Açores para a frente, entendemos que é a própria administração regional que, desde logo, pelo exemplo, deve liderar esse processo de procura de novas dinâmicas, de busca permanente de inovação e de novas soluções mais fáceis, mais simples e mais eficazes para servir os Açorianos.

É por isso que quero anunciar que o XII Governo dos Açores lançará, com os objetivos atrás referidos, e até ao final do corrente ano, um processo de reforma da Administração Pública Regional, numa primeira fase de diagnóstico e de

propostas de medidas reformistas e, numa segunda fase, de concertação e consensualização das mesmas com os diversos intervenientes.

Estimamos que, no prazo de 12 a 18 meses, estaremos em condições de entrar na fase de execução dessa reforma.

Assumimos, pois, sem tibiezas, a vontade de querer uma administração regional cada vez mais eficiente, cada vez mais aberta, cada vez mais transparente.

E, como medidas de reforma que queremos ver debatidas e analisadas nesse âmbito, para além das já aqui referidas de privilegiar métodos objetivos de seleção, como a prova escrita, gostaria de acrescentar a, referida pelo CDS-PP neste debate, de definir uma nova metodologia no processo de seleção dos júris dos concursos públicos de contratação de pessoal, bem como a valorização da inovação como critério de seleção de quadros.

Para além destas, e com o objetivo de assegurar uma permanente atualização e rejuvenescimento da Administração Pública, gostaria de anunciar que, nesse âmbito, o Governo pretende apresentar a proposta de limitar a 12 anos o tempo máximo de exercício ininterrupto no mesmo cargo dirigente de direção intermédia de 1.º e 2.º graus (direções de serviço e chefia de divisão) na Administração Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Consideramos esta uma medida importante de reforço da renovação da Administração Pública Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

O Governo dos Açores apresentou-se disponível para, estrategicamente e em conjunto, olhar o futuro da economia dos Açores, disponível para, em articulação, definir linhas de ação quanto à empregabilidade na Região e disponível para, em concertação, concretizar as medidas prioritárias.

Esta é uma estratégia conjunta e transversal que queremos estender a todos os setores de atividade económica da Região, seja aos emergentes, como o Mar e as Tecnologias, ou aos em crescimento, como o Turismo, mas que não fazem esquecer, antes reforçam, a necessidade de olhar com atenção redobrada para dois pilares da nossa economia que estão, atualmente, sob tensão acrescida – a Agricultura e as Pescas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Dois setores estruturais para o crescimento económico e das exportações regionais, mas que, sobretudo, representam muitas famílias Açorianas, e aos quais o Programa do XII Governo dos Açores dá especial enfoque e que necessitam do melhor do nosso esforço para que possam vencer os enormes desafios com que estão confrontados, entre os quais avulta a, mais que justa, melhoria do rendimento dos profissionais destas fileiras.

Assumirão, por isso, um acrescido valor todas as ações de concertação de posições e de energias que possamos definir e concretizar nestes setores, para que nos batamos, onde quer que seja, em Lisboa ou em Bruxelas, em prol das posições dos Açores para que seja possível reforçar a atenção das políticas europeias aos efeitos que se refletem nos nossos agricultores e nos nossos pescadores que, justiça lhes seja feita, tudo têm feito para poder responder às novas dinâmicas mundiais de que são alvo os seus setores.

Deputada Isabel Quinto e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No que respeita à Agricultura, são conhecidas de todos as circunstâncias externas que colocaram sob tensão o setor leiteiro na Região e em toda a Europa, algumas das quais com grande impacto e que, apesar de

alguns indícios encorajadores mas que tardam em repercutir-se no preço do leite pago à produção, é previsível que ainda se mantenham por mais algum tempo, como é o caso do embargo russo.

Face a esta realidade, queremos pôr em prática um conjunto de medidas, visando a consolidação do estatuto “Açores – Região de Excelência”, que se funda na sustentabilidade ambiental, económica e social do setor agrícola, florestal e agroalimentar, no âmbito de uma Estratégia de Criação de Valor assente na qualificação e na diversificação.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: No âmbito da qualificação, para aumentar a competitividade e o potencial exportador destas fileiras estratégicas, consolidadas, como a do leite, em fase de consolidação, como a carne, ou em crescimento, nomeadamente hortofrutícolas, flores, vinho e floresta, vamos intervir em várias componentes que, no seu conjunto, traduzem uma estratégia global.

Desde logo, na contínua melhoria do estatuto sanitário dos bovinos dos Açores, visando um patamar que reforce a imagem da Região ao nível de referência internacional.

Criaremos, também, um Programa de Promoção para a Agroindústria Regional, para reforçar a sua presença e dos seus produtos nos mercados de exportação tradicionais, mas também na procura de novos mercados.

Paralelamente, queremos criar um modelo de decisão conjunta para a fileira da carne dos Açores, à semelhança do desenvolvido na fileira do leite, como ferramenta, como instrumento, para a definição de uma estratégia mais global e mais concertada para o seu futuro.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Mas também do lado dos produtores, reforçaremos a aposta na formação dos agricultores e dos técnicos que dão apoio às explorações, em

áreas de grande relevância, como o manuseio sanitário e de bem-estar animal, reprodutivo, alimentar e melhoramento genético.

Para garantir o futuro, queremos avançar com o Programa Jovem Agricultor que facilite a entrada de jovens no setor agrícola regional, consolidando o rejuvenescimento que se tem registado aí e assegurando, simultaneamente, a sua sustentabilidade a longo prazo.

Já do lado da diversificação, centramos a nossa atenção no planeamento estratégico adequado a cada uma das ilhas em estreita articulação com as organizações e com os produtores.

Na prática, criaremos um instrumento que permita a obtenção de informação dos setores produtivos deficitários, a nível da Região, mas também ao nível de cada ilha, e, sempre que possível à escala, para determinar a capacidade e potencial produtivo de cada ilha.

Porque é de futuro que estamos a falar, avançaremos com a criação da Plataforma Digital de Mercado Interno – “Mercado Agrícola Digital” –, que promova a proximidade entre os fornecedores, quer seja através das suas organizações de produtores, quer de forma individual, e os compradores, permitindo que, de uma forma cómoda e célere, se intensifiquem os negócios numa dinâmica de mercado único de dimensão arquipelágica.

No âmbito das Pescas, o XII Governo dos Açores pretende avançar com medidas concretas que ajudem a que os rendimentos gerados nesta fileira sejam distribuídos com maior benefício para os pescadores, assegurando, simultaneamente, a qualificação e a dignificação das suas condições de trabalho.

Para isso, e apesar da recente vitória alcançada pelo Governo dos Açores com o apoio, que louvamos e agradecemos, sempre presente e imprescindível do Governo da República, no que diz respeito à manutenção da quota do goraz para os próximos anos, o Governo não baixará os braços na defesa da

especificidade deste setor na nossa Região, pugnando sempre pela melhor adaptação possível das políticas comunitárias às características, aos constrangimentos e às especificidades do setor aqui nos Açores.

Deputados Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o que o Governo dos Açores está a fazer nesta Casa é delinear o Futuro e o Futuro nas Pescas dos Açores, onde pretendemos abordar o desafio que é, não o de pescar mais, mas sim o de vender melhor, fomentando pescarias mais rentáveis, diversificando atividades e marcando a diferença pela qualidade do produto.

É na prossecução deste objetivo que vamos implementar um Programa de Promoção dos Produtos da Pesca dos Açores, seja o pescado fresco, seja os produtos das conserveiras, alicerçado na Marca Açores, ou noutras marcas, como a Reserva da Biosfera, bem como na sustentabilidade dos métodos de pesca e na qualidade do pescado regional.

E é também para avançar na sustentabilidade do setor que pretendemos lançar medidas de reorientação dos ativos da pesca, com a adequação dos contratos de trabalho e a criação de rendimento alternativo, complementar a esta atividade.

Quero, ainda, destacar o Programa de Reestruturação da Frota de Pesca, que concilie apoios ao abate de embarcações com um regime especial de apoio à reforma antecipada, em condições de dignidade, de armadores e pescadores, num processo para o qual contamos com os parceiros do setor.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Duas referências mais, neste setor, para aspetos que reputamos de verdadeiramente essenciais:

Um, o da produção de conhecimento, nas áreas do ambiente, da economia e das ciências sociais, que ajude à defesa e sustentabilidade do setor, seja na implementação de medidas ao nível local, seja ao nível de outros centros de decisão nacionais e europeus, para o qual contamos com a Universidade dos Açores.

Outro, o da qualificação dos pescadores e dos trabalhadores das atividades tradicionais ligadas ao Mar, enquanto fator determinante para a competitividade e a criação de emprego, organizando e disponibilizando, de forma faseada, a oferta formativa de acordo com as necessidades regionais, para o que contamos claramente com a Escola do Mar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros dos Governo, Açorianas e Açorianos:

O Governo dos Açores, no âmbito deste debate, falou do Turismo, não porque o setor cresce a dois dígitos na maioria das nossas ilhas, confirmando ser uma aposta ganha do Governo na afirmação deste pilar, como uma importante fonte de criação de emprego e de criação de riqueza na Região.

Falamos de Turismo, sobretudo porque, embora não falem indicadores positivos, nós sabemos que ainda existem fatores que necessitam de um trabalho aturado de desenvolvimento e de sistematização que nos permitam melhorar, por exemplo, a taxa de ocupação média e os proveitos totais ou por quarto.

Porque é de futuro que estamos a falar, torna-se imperioso não cair no facilitismo da reprodução de modelos de desenvolvimento deste setor similares em todas as ilhas, evitando a uniformização da oferta e a conseqüente descaraterização da singularidade do nosso destino.

Temos, também nesta área, muito trabalho para fazer.

Da nossa parte estamos prontos.

Prontos para colocar o Turismo, cada vez mais, ao serviço do desenvolvimento sustentável, prontos para garantir que o Turismo gere, cada vez mais, emprego e melhor remunerado, no fundo, prontos para que o Turismo contribua para uns Açores mais desenvolvidos, mais ricos e mais coesos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Gostaria, a este propósito, de anunciar que o Governo pretende, durante esta legislatura, implementar, de forma gradual, nas infraestruturas de recreio e lazer que já tenham atingido níveis de qualidade e de disponibilização de equipamentos ou serviços que o justifiquem, o pagamento de acesso por parte de visitantes.

Deputados Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Deste pagamento estarão isentos, repito, deste pagamento estarão isentos, os residentes nos Açores que já contribuem com o dinheiro dos seus impostos para os objetivos desta medida:...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

O Orador: A qualificação, o embelezamento e a manutenção desses espaços.

Deputada Isabel Quinto e Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Permitam-me, ainda, que dê um especial destaque à área dos Recursos Humanos, enquanto fator essencial para a qualificação do destino Açores, e que merecerá, nesta legislatura, um esforço redobrado a vários níveis. Pretendemos, desde logo, uma aposta decisiva na criação de programas de formação e de qualificação, tanto do setor público como do privado, para reforçar a qualidade e a diversificação do serviço nas suas mais variadas

vertentes, assim como incentivar a criação de programas de intercâmbios profissionais com outros destinos com as mesmas características do nosso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Estas são, entre as muitas que foram analisadas nesta Casa ao longo deste debate, algumas das prioridades da nossa ação nos próximos quatro anos, dando cumprimento ao compromisso que assumimos com os Açorianos e que, neste Programa, fizemos questão de refletir.

No fundo, trata-se de ter um projeto para a nossa Região, que consolide os indicadores positivos que são evidentes em várias áreas, que reforce a coesão social e territorial do nosso arquipélago e aproveite as novas oportunidades que estão a surgir para garantir o nosso futuro.

Sabemos que muitos serão os obstáculos que teremos de ultrapassar, sabemos que serão muitos os desafios que teremos de vencer, sabemos que nem sempre tudo correrá como o planeado e como desejado, mas sabemos, os Açorianos sabem, que não vacilaremos por um minuto que seja neste projeto coletivo de levar os Açores para frente.

Esta é a nossa obrigação. Agora é tempo de trabalhar, de arregaçar as mangas e abraçar este magnífico desafio de construir o futuro da nossa terra.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está assim encerrado o debate do Programa do Governo. Estamos em condições de passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa do Governo apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos entrar agora no ponto 2 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução: “Comissões Especializadas Permanentes”**.

Este Projeto de Resolução refere-se à constituição das Comissões Permanentes Especializadas que decorreu durante esta semana. Foi devidamente consensualizado na Conferência de Líderes e distribuído por todos, pelo que deduzo que não há inscrições para esclarecimentos. Penso que não.

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Antes de ler a Proposta de Deliberação final, queria naturalmente agradecer todas as palavras que me foram dirigidas e à Mesa e retribuo desejando também a todos vós um bom trabalho e muitos sucessos, assim como também ao Sr. Presidente de Governo e a todas as Sras. e Srs. Secretários.

Passo então a ler a Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de novembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agradeço a todos a colaboração na condução dos trabalhos. Está encerrada a sessão. Uma boa noite a todos e um bom regresso a Casa.

Eram 19 horas e 16 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Renata Correia **Botelho**

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1– Projeto de Resolução:

Assunto: [Comissões Especializadas Permanentes](#) n.º 2/XI

Proveniência: ALRAA

Data de Entrada: 2016 – 11 – 16.

2 – Requerimentos:

Assunto: [Integração nos quadros da Administração Pública Regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 5/XI.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a indicar que integra a Comissão de Assuntos Sociais e, sem direito a voto, a Comissão Permanente de Economia

Autor: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2016 – 11 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar que na XI Legislatura os Srs. Deputados que passam a integrar as seguintes Comissões;

Comissão Permanente:

- Artur Lima
- Catarina Cabeceiras

Comissão de Política Geral:

- Alonso Miguel

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho:

- Alonso Miguel

Comissão de Economia:

- Catarina Cabeceiras

Comissão de Assuntos Sociais:

- Graça Silveira

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2016 – 11 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar os deputados que integrarão as Comissões Permanentes:

Comissão Permanente

- António Augusto Baptista Soares Marinho
- Bruno Filipe de Freitas Belo
- Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
- Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge
- Luís Carlos Correia Garcia
- Luís Maurício Mendonça Santos
- Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

- Catarina Goulart Chamacame Furtado
- Jaime Luís Melo Vieira
- Luís Miguel Forjaz Rendeiro
- Paulo Henrique Parece Baptista

Comissão de Política Geral

- António Augusto Baptista Soares Marinho
- Bruno Filipe de Freitas Belo
- Carlos Manuel da Silva Ferreira
- Marco José Freitas da Costa

Comissão de Economia

- António Manuel Silva Almeida

- António Oldemiro das Neves Pedroso
- António Vasco Vieira Neto de Viveiros
- Luís Carlos Correia Garcia

Comissão de Assuntos Sociais

- César Leandro Costa Toste
- João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
- Maria João Soares Carreiro
- Mónica Reis Simões Seidi

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho

Data de Entrada: 2016 – 11 – 15;

Assunto: Email a enviar relatório sobre a Análise da Proposta de Orçamento do Estado para 2017

Autora: Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas, Cláudia Henriques

Data de Entrada: 2016 – 11 – 15;

Assunto: Ofício a indicar que o deputado Paulo Mendes passa a integrar a Comissão de Economia e a Comissão de Política Geral, (sem direito a voto), bem com a Deputada Zuraida Soares que integrará a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, e a Comissão Permanente

Autora: A Deputada do BE, Zuraida Soares

Data de Entrada: 2016 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a indicar que o deputado João Paulo Corvelo passa a integrar a Comissão de Comissão de Política Geral, e a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (sem direito a voto)

Autor: O Deputado do PCP, João Paulo Corvelo

Data de Entrada: 2016 – 11 – 16.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P¹la redatora: Noélia Escobar